



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Thaís Simões Dória

O Dragão visto pelos Olhos da Águia: Como a Opinião Pública Estadunidense enxerga a República Popular da China?

Florianópolis
2019

Thaís Simões Dória

O Dragão visto pelos Olhos da Águia: Como a Opinião Pública Estadunidense enxerga a República Popular da China?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestrado em Relações Internacionais.

Orientadora: Dra. Profa. Monica Salomon

Coorientador: Dr. Prof. Yan de Souza Carreirão

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra

Doria, Thais

O Dragão visto pelos Olhos da Águia : Como a Opinião Pública Estadunidense entrevê a República Popular da China? / Thais Doria ; orientadora, Monica Salomon, coorientador, Yan Carreirão , 2019.

133 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa Estadunidense. 3. Relação Sino-Americana. 4. Opinião Pública Estadunidense. 5. Instituições Políticas . I. Salomon, Monica . II. Carreirão , Yan. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

Thaís Simões Dória
O Dragão visto pelos Olhos da Águia: Como a Opinião Pública Estadunidense enxerga a República Popular da China?

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Dra. Prof.(a) Letícia Pinheiro,
Instituição UERJ

Dr. Prof.(a) Daniel Castelán,
Instituição UFSC

Dr. Prof.(a) Yan de Souza Carreirão,
Instituição UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Universidade Federal de Santa Catarina.

Dr. Prof.(a) Helton Ouriques,
Coordenador(a) do Programa

Dra. Prof.(a) Monica Salomon,
Orientador(a)

Florianópolis, 2019

Dedico esta dissertação ao amor incomensurável e ininterrupto dos meus pais e irmão. Vocês são mais que meu alicerce, são meu voo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal de Santa Catarina por me prover a oportunidade de crescer, aprender e amadurecer; devo a esta, toda minha formação acadêmica e os caminhos que desta advirem.

Em segundo lugar, agradeço a meus pais, meu irmão, minha cunhada, meu sobrinho e meu companheiro por todo o suporte emocional e motivacional que vocês perpetuamente me provêm. Sou eternamente grata e feliz por tê-los na minha vida.

A minha orientadora, Mónica Salomón, meu mais sincero e profundo agradecimento. Obrigada por acreditar na minha proposta de trabalho e por ter contribuído enormemente a mesma. Além disto, obrigada pela generosidade com a qual contei em todos os passos da elaboração do trabalho.

Ao professor, Daniel Ricardo Castelan, agradeço por ser infalível e carinhosamente meu mentor e maior incentivador. Ao professor e meu coorientador, Yan de Souza Carreirão, agradeço verdadeiramente pelas infindas contribuições não somente a este trabalho, mas há outros artigos que em muito solidificaram esta dissertação.

Que me pode dar a China que a minha alma me não tenha já dado? E, se a minha alma mo não pode dar, como mo dará a China, se é com a minha alma que verei a China, se a vir? Poderei ir buscar riqueza ao Oriente, mas não riqueza de alma, porque a riqueza de minha alma sou eu, e eu estou onde estou, sem Oriente ou com ele. (PESSOA, 1982)

RESUMO

A relação sino-americana é fundamental à compreensão da conjuntura internacional, senão da estrutura. Esta dissertação, seguindo as tendências mais recentes de se analisarem condicionantes domésticos e os possíveis papéis dos mesmos na formulação e prática de política externa, estudará como a opinião pública estadunidense enxerga a República Popular da China. Para tanto, elegeu-se o período entre os anos 1991 e 2019, uma vez que há pesquisas de opinião metodologicamente sólidas para este íterim e por ter constatado não existirem trabalhos que analisem a relação sino-americana sob os olhos da águia após o fim da Guerra Fria. Vale ressaltar, como será fundamentado no corpo deste trabalho, que a opinião pública é aqui entendida como a opinião expressa pela maioria em pesquisas de opinião. Desta forma, os *surveys* são o meio pelo qual se terá acesso às avaliações da opinião pública estadunidense, analisando como esta pensa a República Popular da China no período aqui proposto. A título de comparação, os resultados das pesquisas, portanto, de como a opinião pública estadunidense pensa o dragão, serão postos em paralelo à política externa estadunidense propriamente dita e às análises acadêmicas em torno da mesma para o período escolhido.

Palavras-chave: Relação Sino-americana. Opinião pública estadunidense. Pesquisas de opinião.

ABSTRACT

The Sino-American relationship is core to understanding the current international conjuncture, if not structure. Following the trend to consider the role of domestic institutions in the formulation as well as practice of foreign policy, this thesis will study American public opinion, specifically how it evaluates the People Republic of China between 1991 and 2019. This period was elected based on two reasons. First, there are solid surveys for this period and the author had access to them. Second, there is no research analyzing the Sino-American relationship, through the eyes of the Eagle, after the end of the Cold War. It is important to highlight that, as it will be further analysed, public opinion is understood by this work as the majoritarian opinion expressed on surveys. In conclusion, as a matter of comparison, it will be addressed how American foreign policy towards the People Republic of China was implemented during this period as well as different academic analyses relating to it.

Keywords: Sino-American relationship. American public opinion. Surveys.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Papel dos EUA no Mundo	56
Gráfico 2 – O que inclui em Inserção Ativa dos EUA no Mundo?	58
Gráfico 3 – Liderança Compartilhada (%)	59
Gráfico 4 – Pratica Comércio Justo ou Injusto (%)	61
Gráfico 5 – Globalização e seus Desencadeamentos para a Criação de Empregos e para a Economia Estadunidense (%)	63
Gráfico 6 – Comércio: Oportunidade ou Ameaça (%)	65
Gráfico 7 – Posicionamento acerca das Barreiras Comerciais	66
Gráfico 8 – Objetivos de Política Externa (% muito importantes)	68
Gráfico 9 – Ameaças aos Interesses Vitais dos EUA (% ameaça crítica)	70
Gráfico 10 – Novas Ameaças aos Interesses Vitais dos EUA (% crítica)	70
Gráfico 11 – Interesse Vital dos EUA por Continente	74
Gráfico 12 – Interesse Vital dos EUA por País: Japão ou RPC	75
Gráfico 13 – Perspectivas Favoráveis e Desfavoráveis da RPC (%)	76
Gráfico 14 – Perspectivas Favoráveis e Desfavoráveis do Japão (%)	77
Gráfico 15 – Perspectivas da RPC: de Aliados a Inimigos (%)	77
Gráfico 16 – Perspectivas Desfavoráveis da RPC por Partido (%)	83
Gráfico 17 – Desenvolvimento da RPC como Poder Mundial: Percepção de Ameaça por Partido (%)	84
Gráfico 18 - Qual país do mundo você considera ser o maior inimigo dos EUA hoje? (%)	87
Gráfico 19 – Porcentagem das Taxas de Importação Aplicadas pelos EUA em 2017 – em duas representações gráficas	88
Gráfico 20 – Perspectiva acerca do Líder Econômico Mundial Hoje	89
Gráfico 21 – Perspectiva acerca do Líder Econômico em 20 Anos	90
Gráfico 22 – Percentual da Opinião Pública que acredita que os EUA Declinarão Economicamente no Próximo Ano (%)	92
Gráfico 23 – Uso de Tropas Estadunidenses (% Apoia)	93
Gráfico 24 – Políticas para RPC (% Apoia)	94
Gráfico 25 – Opiniões favoráveis à RPC por Identificação Partidária (%)	100
Gráfico 26 – [...] é um Problema Muito Sério para os EUA? 2017 e 2018 por Identificação Partidária	101

Gráfico 27 – [...] é um Problema <i> muito sério</i> na Relação Sino-Americana, 2012-2018, % por Identificação Partidária	102
Gráfico 28 – Quem é o Maior Poder Econômico na Atualidade: EUA x RPC, por Partido	105
Gráfico 29 – Avaliação de Liderança Global (Média de Aprovação, %)	106
Gráfico 30 – Mapa da Média de Aprovação da Liderança dos EUA de 2017 para 2018	106
Gráfico 31 – Mapa de Visões Favoráveis da RPC em Percentual, pelo Mundo	107
Gráfico 32 – Taxa de Aprovação Média da Liderança Chinesa dividida em Quatro Regiões	107
Gráfico 33 – Taxa de Aprovação dos EUA e da RPC por País em 2018(%)	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – EUA como Líder Econômico Mundial Por Partido (%)	91
Tabela 2 – Percentual de “Não Sei”: 1990 – 2019	96
Tabela 3 – Percentual “Não Sei”, Novas Perguntas: 1998 – 2018	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI Belt and Road Initiative, sigla em inglês

BRICS Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

EUA Estados Unidos da América

FBI Departamento Federal de Investigação, sigla em inglês

GF Guerra Fria

ICPSR Consórcio Interuniversitário de Pesquisa Política e Social

IPS Indo-Pacific Strategy, sigla em inglês

MFN Most Favored Nation, sigla em inglês

MIP Most Important Problem, sigla em inglês

NMF Nação Mais Favorecida

OMC Organização Mundial do Comércio

ONU Organização das Nações Unidas

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEE Política Externa estadunidense

RIs Relações Internacionais

RPC República Popular da China

SVAR Modelos de regressão vetorial espacial estrutural, sigla em inglês

UE União Europeia

VAR Modelos vetoriais autorregressivos, sigla em inglês

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 POR QUE ESTUDAR A RELAÇÃO SINO-AMERICANA SE VIVEMOS NA REPÚBLICA DE <i>BRUZUNDANGAS</i> ?	23
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 <i>KAMPFBEGRIFF</i> : OPINIÃO PÚBLICA	26
2.2 DE <i>CONCEPTU NON GRATO</i> À ALICERCE DE ANÁLISE: OS AVANÇOS NOS ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA CONTEXTUALIZADOS HISTORICAMENTE	29
2.2.1 Estudos de Congruência	32
2.3 <i>PANDA HUGGERS VS DRAGON SLAYERS</i> : A LITERATURA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A VISÃO DESTA DA RPC	41
2.4 <i>SAME DREAMS, DIFFERENT BEDS</i>	43
<i>BETTER BE GODZILLA THAN BAMBI X MAKE MONEY, NOT WAR</i> : RETOMANDO OS ARGUMENTOS PRINCIPAIS	50
3. DOS RETRATOS DE MAO PINTADOS POR WARHOL A TANQUES EM TIANANMEN: O DRAGÃO INTERPRETADO PELA ÁGUIA	53
3.1 VISÃO PANORÂMICA PELOS OLHOS DA ÁGUIA: A INSERÇÃO DOS EUA NO MUNDO	55
3.2 OLHANDO O MUNDO ATRAVÉS DO PRÓPRIO VOO: O ANSEIO DA ÁGUIA PELA DOMESTICAÇÃO DO DRAGÃO	72
3.2.1 Análise das hipóteses	95
3.3 PANORAMA INTERNACIONAL: O DRAGÃO VIS-À-VIS A ÁGUIA	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	115
ANEXO A – PERGUNTAS RETIRADAS DAS PESQUISAS DE OPINIÃO VINCULADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, À RELAÇÃO SINO-AMERICANA	123

1. INTRODUÇÃO

A relação entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China oscilou tradicionalmente entre animosidade e cooperação. As divergências entre os dois países começam já em seus termos mais fundamentais, nas suas *Weltanschauung*¹. Como ressalta Henry Kissinger, “Na versão chinesa de excepcionalismo, a China não exportava suas ideias para o mundo, mas induzia os outros a irem buscá-las²” (2011, p. 40, tradução nossa); enquanto o conceito de excepcionalismo estadunidense³ consistia e consiste em levar os ideais estadunidenses, pretensamente americanos⁴, ao mundo.

A ideia de promover a democracia e seus valores no mundo, um pilar indispensável do conceito de excepcionalismo estadunidense⁵, é uma das principais fontes de dissenso na relação sino-americana. O vertiginoso e, em alguma medida, inesperado crescimento econômico chinês alimenta as narrativas da República Popular da China (RPC) como ameaça à hegemonia estadunidense. Não exclusivamente, entretanto. No emaranhado de fatores que fomentariam esta visão – *the China threat* – estão também: o concomitante crescimento do poderio militar chinês; as desconsiderações aos direitos humanos; o controle artificial do renminbi, desvalorizando-o a fim de favorecer as exportações chinesas; o déficit comercial estadunidense com relação à RPC; a detenção dos títulos da dívida estadunidense por parte do governo chinês⁶ – para citar somente alguns.

Destarte, os diferentes presidentes, congressos, a mídia, e sobretudo, uma vez que objeto de estudo do presente trabalho, a opinião pública estadunidenses apresentaram

¹ *Weltanschauung* é um conceito alemão que significa, em sua tradução mais literal, visão de mundo. Isto é, os princípios, fundamentos, orientações, valores sob os quais um indivíduo, uma sociedade e/ou um Estado enxerga o mundo ao qual pertence.

² No original: “In the Chinese version of exceptionalism, China did not export its ideas but led others come to seek them” (KISSINGER, 2011, p.40)

³ Quando perguntados se os EUA, devido à história e à Constituição do mesmo, tinham um perfil único e especial no mundo, fazendo com que fosse a nação mais importante do mundo? 80% dos estadunidenses responderam que sim, em 2010, mantendo o percentual alto de 78%, quando expostos a mesma pergunta em 2018. (GALLUP, 2018).

⁴ “América para os americanos.” – lema da Doutrina Monroe de 1823, que imputa a ideia de que todos somos americanos, de uma identidade comum aos povos do continente americano.

⁵ Em pesquisas elaboradas pelo instituto Gallup Poll, quando perguntados a importância de construir democracias em outros países (*Wording: Helping other countries build democracies*), em 2001, 78% dos estadunidenses responderam que era importante ou muito importante; em 2017, o percentual achado para a mesma pergunta foi de 72% - mostrando consistência dos números ao longo do tempo. (GALLUP, 2018)

Percentuais ratificados pela existência na *National Endowment for Democracy*, instituição criada em 1983, durante o governo de Ronald Reagan, com o intuito de promover a democracia pelo mundo.

⁶ “Though many may believe that “China owns our debt,” *mainland China only held about 5% of the total debt* as of May, or about \$1.11 trillion. Hong Kong, a “special administrative region” of China, held another \$204 billion. China was the top foreign holder of Treasury securities, ahead of Japan, which held roughly \$1.1 trillion.” (PEW RESEARCH CENTER, 2019a, grifo do autor)

diferentes perspectivas acerca da República Popular da China. Em tempos mais recentes, a narrativa da relação sino-americana tornou-se e torna-se cada vez mais múltipla e ambivalente, senão contraditória. Por vezes, vincula-se a RPC à falta do cumprimento dos direitos humanos, outras a pequenas melhorias em relação ao mesmo; ora fala-se de como os chineses, através das políticas de *outsourcing* e da imigração, “roubam” os empregos dos estadunidenses, ora de como a RPC é uma oportunidade de incrementar o comércio estadunidense, através das exportações⁷. Ainda que aparentem ser perspectivas dicotômicas, há espaço para ambivalência nas mesmas.

A aparente ambiguidade e inexactidão nos posicionamentos devem-se, em grande medida, a *Weltanschauung* estadunidense e de como, através da mesma, os EUA se veem no mundos, dos papéis que assumiu no mesmo, da estrutura que engehou, sobretudo, mas não somente, através das instituições de Bretton Woods; bem como, da unipolaridade que preside, ou – há quem já afirme – presidiu e cujo fim, agora, reluta em aceitar⁹.

Deste modo, a questão que permeia a relação sino-americana sob a ótica dos EUA é: quais são as intenções da República Popular da China? Subjacente a mesma, têm-se: O que esta fará com o crescimento dos poderes econômico e militar? Este resultará em uma maior influência geopolítica chinesa em países/ regiões estratégicas para os EUA, como o Brasil, a União Europeia, e sobretudo, na região Ásia-Pacífico? Em bom português, temem-se *as intenções* da RPC para o mundo, sobretudo a maneira segundo a qual estas afetarão os EUA, a hegemonia mundial do mesmo.

Kevin Rudd (2014), antigo primeiro ministro australiano e notório estudioso das relações transpacíficas, afirma que a relação sino-americana pode ser bem categorizada como “*mutually assured misperception*” – isto é, a perspectiva distorcida seria predominante tanto na visão dos estadunidenses em relação à RPC, quanto no sentido inverso. Vista sob os olhos

⁷ “Em um ambiente no qual existem variados grupos domésticos em disputa por espaço na política externa para terem atendidos os seus interesses particulares, é lícito assumir também a existência de grupos privados que se beneficiam da possibilidade da competição. As duas vertentes indutoras da política externa para a RPC – a da imbricação das relações econômico-comerciais e a da manutenção do status quo da segurança no Extremo Oriente – parecem estar equilibradas.” (LAMBERT, 2008, p. 16-17) Para além das possíveis divergências entre grupos de interesse mais preocupados com a Segurança Nacional e os focados na promoção do comércio, na população encontra-se uma gama mais diversa de possíveis preferências, tornando-se a questão mais multiforme, não se restringindo aos âmbitos da cooperação e da competição irrestritas, podendo variar de acordo com a área em questão.

⁸ Ver mais em nota de rodapé 3.

⁹ “Power cannot be tested; different elements of power possess different utilities at different times; the relation of perceived power to material resources can be capricious; the mechanics of power are surrounded by uncertainty; states possess different conversion ratios and comparative advantages; the perceived prestige hierarchy and the military distribution may not coincide for prolonged periods; states adopt asymmetrical strategies to maximize their positions and undercut rivals; signals get confused among allies, rivals and domestic audiences.” (Wohlforth in Taliaferro et al. 2009, p.29 apud REIBY 2012, p. 15).

da águia, ou seja, a partir dos EUA, as problemáticas que nascem desta afirmação são: primeiro, se esta é confirmada pelos *surveys*, ou seja, se a opinião pública estadunidense tem demonstrado cultivar perspectivas errôneas a respeito da RPC, ou mais amplamente, como a opinião pública enxerga a RPC; segundo, caso realmente nutram uma perspectiva errônea, sem lastro na realidade, se uma percepção adequada à realidade possivelmente impactaria na relação sino-americana, mais diretamente na Política Externa dos EUA para a RPC.

No que tange o segundo ponto, Audun Reiby (2012) argumenta que a opinião pública estadunidense, a rotina burocrática dos EUA e a política externa chinesa para os EUA contribuem para a formulação da Política externa estadunidense (PEE) para a República Popular da China. Através de modelos vetoriais autorregressivos e de regressão vetorial espacial estrutural (VAR e SVAR, siglas em inglês), Reiby busca verificar se existe uma relação de causalidade de Granger, isto é, se uma variável (como a opinião pública) permite prever outra (como a PEE para a RPC), tendo confirmado a mesma¹⁰.

Em consonância, porém utilizando-se de outra metodologia, Peter H. Gries et al. (2012) argumentam que a ideologia¹¹ dos estadunidenses influenciam nas preferências de políticas externas dos mesmos para a RPC¹². Um dos exemplos citados no texto seria o de pessoas mais inclinadas a posicionamentos de esquerda que apoiam e advogam por direitos de mulheres, minorias e outros grupos desfavorecidos. Elas seriam menos propensas a ter visões preconceituosas dos chineses, o que por sua vez as faria ansiar por políticas mais amigáveis para a RPC.

Em suma, mesmo que haja uma incipiente literatura que analisa a relação sino-americana pelos olhos da águia, bem como o possível papel da opinião pública estadunidense na formulação da PEE para a RPC, esta ainda apresenta fragilidade metodológica, impossibilitando afirmações mais gerais e fundamentadas a respeito do vínculo entre opinião pública e formulação e prática da política externa estadunidenses.

¹⁰ “Granger causality is used to investigate whether one variable can forecast another variable. However, the Granger causality test may uncover causal relationships. By testing whether it is a coincidence that the content of editorials in their assessments of China and American China policy in the months prior to the US government can be used to forecast changes in US China policy, we are also testing whether it is probable that the perceived public opinion may have had an impact on US politicians.”(REIBY, 2012, p.59) Tendo isto em mente, Reiby confirmou as hipóteses de que: a opinião pública *granger-cause* a PEE; mudanças na PE chinesa para os EUA *granger-cause* mudanças na PEE para a RPC; de que mudanças na PEE para a RPC não *granger-cause* mudanças na opinião pública estadunidense – para citar somente algumas.

¹¹ Por ideologia o estudo entende: “Given Jost’s (2006, p. 652) definition of ideology ‘as an interrelated set of moral and political attitudes that possesses cognitive, affective, and motivational components’ [...]”. (GRIES, 2012, p.4)

¹² “Specifically, American ideologies have a substantial impact on both American attitudes and policy preferences toward China. While most Americans do not appear to know very much about China, it appears that ideology plays a major role in filling in the blanks, allowing Americans to form consistent attitudes toward China anyways.” (GRIES et al, 2012, p. 34)

Dito isto, este trabalho buscará se debruçar sobre o primeiro ponto, qual seja, como a opinião pública enxerga a RPC. Reconhecendo ser este o passo inicial para enfim estudar se há relação entre a opinião pública e a política externa estadunidenses. Para tanto, serão analisadas pesquisas de opinião de três grandes institutos estadunidenses: Pew Research Center, Gallup Poll e Chicago Council on Global Affairs¹³. Ainda que existam debilidades em usar múltiplas fontes, entendemos que ao fazê-lo abrangerá um número mais expressivo de pesquisas e, com isso, de resultados. A fim de mitigar as possíveis fragilidades, diferenças no enquadramento ou na formulação das perguntas – *framing* ou *wording* – serão apontadas, quando encontradas.

Desta forma, o objetivo principal e pergunta desta dissertação é identificar como a opinião pública estadunidense enxerga a República Popular da China, tendo como paralelos comparativos e referenciais tanto as perspectivas da literatura acadêmica, bem como efetivamente a política externa estadunidense para a RPC empreendida entre 1991 e 2019. A fim de fazê-lo, serão analisadas pesquisas de opinião – visto que, como será debatido mais adiante, entendemos por opinião pública, opiniões expressas pela maioria em pesquisas de opinião – e as perguntas, bem como as respostas, que foram formuladas e respondidas em torno da RPC no período aqui proposto.

Este recorte temporal foi escolhido por três razões. Primeiro, por constatar que existem pesquisas de opinião metodologicamente sólidas para este período e por ter conseguido acesso as mesmas. Segundo, por já haver um trabalho seminal e pioneiro elaborado por Leonard Kusnitz (1984) que analisa a relação entre a opinião pública estadunidense e a formulação da PEE para a RPC entre os anos 1949 – 1979. Por fim, como será mais detalhado adiante, para testar a hipótese de que questões de Política Externa tornaram-se mais salientes¹⁴ ao público com o fim da Guerra Fria, a hipótese, então seria, a de que a relação sino-americana é uma questão saliente ao público estadunidense.

No concernente à última motivação que desencadeou na escolha do período supracitado, será ressaltada a importância bem como as amplas mudanças ocorridas na relação sino-americana durante a Guerra Fria e com o fim da mesma. É imperativo fazê-lo, pois o histórico da mesma possivelmente sombreia ou ilumina as perspectivas nutridas em torno desta atualmente. Além disso, à luz da hipótese de saliência, testar-se-á também a

¹³ As pesquisas, em sua maioria, foram acessadas pelos sites da Gallup Poll, da Pew Research Center e do ICPSR, o Consórcio Interuniversitário de Pesquisa Política e Social.

¹⁴ Como critica Wlezein (2005), o conceito de saliência é amplamente utilizado pela literatura, porém poucos o definem. Este trabalho entenderá por saliência questões caras a opinião pública, isto é, que sejam mais importantes para a mesma, entendimento fruto das leituras de Monroe (1979), Page e Shapiro (1983), Graham (1989) e Carreirão (2015).

hipótese de que a opinião pública estadunidense não enxerga a relação sino-americana sob o viés bipartidário.

Além desta introdução e das considerações finais, esta dissertação será dividida em dois capítulos. No primeiro, abordar-se-á a fundamentação teórica, elucidando e concretizando o conceito de opinião pública que será entendido e utilizado por este trabalho, bem como erguendo o escopo, através da literatura, para compreensão e teste das hipóteses elaboradas. Além disto, serão abordadas sucintamente a questão de como a literatura de Relações Internacionais trata a relação sino-americana, e de como a política externa estadunidense se desenhou entre 1991 e 2019.

No segundo, serão feitas análises das pesquisas de opinião estadunidenses a respeito da RPC, testando as hipóteses supracitadas. Desta maneira, acredita-se que este estudo será de fundamental importância para uma análise subsequente que busque entender se existe um vínculo entre a opinião pública e a formulação da política externa estadunidenses em torno da República Popular da China.

Antes de seguir à elaboração dos dois capítulos, esta introdução ainda pontuará a importância e motivações de se estudar a relação sino-americana, sob os prismas dos EUA, o da relação sino-americana em si, e o do Brasil.

O estudo da relação sino-americana e das mudanças ocorridas na mesma faz-se urgente. A China e os EUA são as duas maiores potências mundiais, estes são os dois países com maior capacidade de influência global, seja na área política, econômica ou militar, são grandes atores em suas regiões e no mundo. Os Estados Unidos da América e a República Popular da China são atualmente as duas maiores economias; em agregado, têm os dois maiores orçamentos militares e navais, são os dois maiores consumidores de energia, importadores de petróleo do mundo, são os dois maiores emissores de gases poluentes e, conseqüentemente, os maiores contribuidores para as mudanças climáticas, têm os maiores números de Ph.Ds. e de aplicações de patentes [...] (SHAMBAUGH, 2014, p.73 apud DÓRIA, 2016, p.14)¹⁵

A relação sino-americana é em si uma justificativa. Como esta se desenha impacta grande parte do globo. Em muitos aspectos, os Estados Unidos da América e a República Popular da China são os líderes mundiais: no comércio internacional, no desenvolvimento de patentes, no arcabouço militar, no número de Ph.Ds. Desta feita, é imperativo compreender

¹⁵ No original: “By many measures, they are the world’s two most important powers. The United States and China today have the world’s two largest economies, in aggregate the two largest military budgets and navies, are the two largest consumers of energy and importers of oil in the world, are the two largest emitters of greenhouse gases and contributors to climate change, contribute the two largest numbers of Ph.Ds. and patent applications in the world, and are the only two true global actors on the world stage today.” (SHAMBAUGH, 2014, p.73)

melhor a dinâmica da mesma para entender a conjuntura, e quiçá estrutura, na qual a política internacional acontece.

Sendo assim, este trabalho prisma analisar a mesma através de um ângulo menos observado na literatura, qual seja o do papel dos condicionantes domésticos na relação sino-americana. Nomeadamente, o da opinião pública estadunidense – principiando o estudo da mesma pela constatação, ou seja, identificando as características e os olhares desta demonstrados em pesquisas de opinião.

Em estudo anterior, a autora, a que vos refere, debruçou-se sobre os papéis dos poderes Executivos e Legislativos na formulação da PEE para a RPC entre 1989 e 2001 (DORIA, 2016). Este trabalho encetou o interesse e o reconhecimento da imprescindibilidade de se estudar a opinião pública, e da carência do mesmo, a fim de compreender a relação sino-americana a partir dos olhos da águia.

A literatura de Relações Internacionais (RIs) aborda amplamente – direta e indiretamente – a relação entre o dragão e a águia. Vinculado ao estudo das relações sino-americanas atualmente, encontram-se estudos das diferentes escolas de RIs. Entretanto, o que parece dominar a literatura, são as teorias realistas. Isto se deve, em grande medida, ao entendimento de que o crescimento econômico da RPC desencadeará uma mudança sistêmica – ou ainda, que já a desencadeou, juntamente com a Rússia, constituindo agora um sistema multipolar, tripolar, o mais instável de todos¹⁶.

Ainda em 2005, em um debate emblemático, Brzezinski e Mearsheimer expuseram seus posicionamentos a respeito de como o crescimento da RPC deve ser entendido e tratado pelos EUA. De um lado, Brzezinski defendia que a RPC não objetivava nada além do crescimento econômico, que o conflito entre este país e os EUA, desta maneira, não era nem inevitável nem provável. E ainda, que uma política mais ofensiva direcionada à RPC poderia danificar o crescimento econômico da mesma, prejudicando milhares de chineses. Sendo assim, um investimento nas relações comerciais entre os países seria a melhor estratégia para os EUA, este beneficiar-se-ia com tal política ao mesmo tempo que, através dela, poderia angariar melhorias (democratização) no regime político chinês.

Do outro lado, Mearsheimer argumentava que a RPC não pode crescer pacificamente, que o crescimento econômico da mesma geraria um incremento na competitividade com os EUA, resultando possivelmente em guerra. Mearsheimer argumentava que para antecipar o futuro na Ásia era preciso respaldar-se em teorias que expliquem como potências emergentes

¹⁶ Waltz (1979) afirma que o sistema multipolar seria o mais instável de todos. Sendo o bipolar o intermediário e o unipolar o mais estável.

– *rising powers* – se comportam e como os demais países reagem ao crescimento da mesma (FOREIGN POLICY, 2005).

Vale evidenciar esta referência, dado que boa parte da literatura que trata da relação sino-americana parte desta premissa, qual seja: a da probabilidade, senão *quasi* inevitabilidade, de um conflito entre uma potência emergente e a hegemônica, sendo os EUA como a última¹⁷. Este entendimento pressupõe, primeiro, que os EUA constituiriam uma hegemonia global, sendo, portanto, o sistema internacional unipolar. Segundo, que a RPC, com seu alarmante e vasto crescimento econômico, seria uma ameaça à unipolaridade, logo à hegemonia estadunidense.

Desde abordagens mais históricas como a do sistemas-mundo, ancoradas nos escritos de Fernand Braudel, até uma literatura mais recente, como a de Segurança Internacional, prevalece a compreensão do crescimento econômico da RPC como um provável propulsor de conflitos entre esta e os EUA. Da Economia Política Internacional aos estudos de Direitos Humanos, de análises comercial-tarifárias aos estudos de Organizações Internacionais, a República Popular da China é majoritariamente retratada como uma ameaça à hegemonia estadunidense – *dragon slayers*. A pergunta que aqui cabe é: a opinião pública corresponderia a estas análises? Como esta enxerga a RPC e o crescimento econômico da mesma?

Mas, antes, por que estudar a opinião pública? E, ainda, como fazê-lo? Na primeira pergunta reside a justificativa que motiva este trabalho. O estudo da opinião pública é imperativo caso se objetive compreender melhor regimes democráticos e quais instituições, ou melhor, como a interação entre suas instituições políticas deve se desenhar para que estes sobrevivam democraticamente – de modo que, a opinião pública seria uma das instituições aqui referidas, sendo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, a mídia, os grupos de interesse, os partidos políticos, os *think tanks*, quiçá inclusive a Academia, outros exemplos de instituições políticas.

A diferença essencial entre democracia e outros regimes é o seu elemento mais basilar, qual seja: a soberania popular. Inerente ou coexistente a este conceito, têm-se outros dois: o de responsividade e o de representatividade. Conceitos estes que seriam também característicos de regimes democráticos; porém não necessariamente exclusivos ao mesmo.

O conceito de responsividade é relativamente incontroverso: uma política responsiva seria aquela que correspondesse às demandas populares, à opinião pública como entendida por este trabalho. Sendo assim, se a opinião pública – maioria expressa em pesquisas de

¹⁷ John Mearsheimer e Stephen Walt (2016); Aaron Friedberg (2015).

opinião – manifestasse preferência em romper as relações diplomáticas com a RPC, esta seria *subsequentemente* rompida pelos *policymakers*.

Neste ponto, sobressai uma reflexão importante e crucial para a diferenciação entre os conceitos de responsividade e representatividade, é dizer, o primeiro não é condição necessária do segundo. Uma política responsiva aos anseios da população não é necessariamente representativa. Esta constatação é sabida há muito. O debate, entretanto, não se acomoda por inexistir um conceito de representação que seja unanimemente aceito pela literatura¹⁸.

Nesta toada, como a responsividade deve ser entendida no espectro da representatividade também é objeto de divergências. Classicamente, as divergências são divididas em duas visões da representatividade: *delegate e trustee*. De acordo com a primeira, para que exista representação democrática, os políticos deveriam agir como representantes do povo, ou seja, agir de acordo com os desejos do mesmo. A opinião pública, portanto, teria papel central na formulação de políticas públicas¹⁹ - o expoente mais famoso de tal visão foi Abraham Lincoln.

Em contrapartida, aqueles que entendem a representação política e, conseqüentemente, o papel dos políticos como *trustee*, argumentam que os políticos eleitos deveriam fundamentar-se em seus próprios julgamentos para a formulação e prática de políticas públicas, em vez de pautarem-se nos da opinião pública. De modo que, a esfera na qual a opinião pública poderia influenciar em políticas públicas se limitaria ao momento das eleições – estas seriam o instrumento de envolvimento popular, através dela a opinião pública sinalizaria quais políticas seriam preferíveis, tendo os manifestos partidários como base, uma vez que por receio ou anseio em se reeleger, os políticos tenderiam a seguir seus manifestos partidários, posto que caso não o fizessem, não se reelegeriam. Os mais conhecidos

¹⁸ “Mas, as relações entre responsividade e (boa) representação não são simples. Um governo pode ser representativo mesmo que não seja responsivo aos desejos expressos do público e, inversamente, pode ser não representativo mesmo que siga as preferências sinalizadas pelo público. Se as “instruções” dos eleitores são baseadas em pressupostos errados, então o governo pode traí-los de boa fé, para alcançar seus melhores interesses (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999: 10-11). Não haveria, portanto, uma relação necessária entre ser responsivo e ser um bom representante.” (CARREIRÃO, 2017, p.2).

¹⁹ “A política externa, com efeito, é uma *política pública*, embora com uma especificidade que a diferencia do resto das políticas públicas: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultados. Por sua condição de política pública, cabe distinguir a política externa da mera “ação externa”, um conceito mais amplo que inclui todo tipo de contatos, planejados ou não, de um governo com outro ator fora de suas fronteiras. *Por sua vez, entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos.*” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.41, grifo nosso)

defensores desta visão são Edmund Burke e Alexander Hamilton. Nesta toada, Edmund Burke afirma²⁰,

Uma opinião enviesada do representante, seu julgamento maduro, sua consciência iluminada, ele não deve sacrificar por você, por homem algum, ou por qualquer conjunto de homens que exista. [...] Seu representante lhe deve, não somente sua indústria, mas seu julgamento; e ele lhe trairia, em vez de servi-lo, caso ele o sacrificasse por sua opinião. (HOFMAN e LEVACK, 1949, p.115 apud FOYLE, 1999, p.3)²¹

O papel que a opinião pública deve ter sobre a formulação da política externa evidentemente não está isento desta problemática, estaria possivelmente até ampliado – por ainda não haver consonância sobre a importância da política externa e do entrelaçamento da mesma com as políticas domésticas. Contudo, para este trabalho e o objetivo do mesmo de preparar os pilares para um futuro estudo de convergência entre a opinião pública e a política externa estadunidenses, é suficiente e eficiente metodologicamente focar nas características da opinião pública, testando as hipóteses de que a relação sino-americana é saliente para a mesma e, ainda, que esta é uma questão que divide a opinião pública em partidos, ou seja, a relação sino-americana seria uma questão bipartidária na opinião pública. A partir da verificação ou não desta hipótese seria possível analisar se a opinião pública tem relação com a formulação da PEE. Só aí, poder-se-á debater se esta deve ou não exercer dado papel, uma vez que ele exista.

Destarte, este trabalho justifica-se estudar a relação sino-americana, dada a repercussão que esta tem na dinâmica do sistema internacional; bem como por ter escolhido estudá-la a partir da opinião pública estadunidense visando evidenciar, a partir do conceito de soberania popular, o conceito de responsividade e representatividade, principiando a pesquisa através da caracterização das visões da opinião pública e iluminando, ao mesmo tempo que questionando, a prática democrática para além do seu enquadramento teórico.

Além destas justificativas, esta dissertação também deve ser contextualizada, visto que esta faz parte de uma agenda acadêmica de pesquisa pessoal que busca analisar instituições políticas em democracias contemporâneas a fim de visualizar se as mesmas têm influência na

²⁰ Ler mais em “Os eleitores de Bristol” de Burke: “O Parlamento não é um congresso formado por embaixadores de interesses diferentes e hostis, que cada um deve sustentar como agente e advogado contra outros agentes e advogados. O Parlamento é uma assembleia deliberativa da nação, com um interesse, o interesse do todo – onde os preconceitos locais não devem servir de guia, mas sim o bem geral, que resulta do juízo geral do todo. É verdade que os senhores escolhem um membro; mas ele, uma vez escolhido, não é um membro de Bristol, é um membro do Parlamento”. (Burke, 1949c [1774], p. 116 apud PITKIN, 2006, p.31)

²¹ No original: “[A representative’s] unbiased opinion, his mature judgment, his enlightened conscience, he ought not to sacrifice to you, to any man, or to any set of men living. [...] Your representative owes you, not his industry only, but his judgment; and he betrays, instead of serving you, if he sacrifices it to your opinion.”

formulação de políticas públicas, no caso a política externa, e portanto, em que medida as democracias levariam em conta as suas instituições na formulação e prática de políticas públicas.

Análogo a esta, é a reflexão que se faz a partir das conclusões do mesmo – ou seja, em que medida as democracias liberais seriam realmente liberais, contando com o conjunto de instituições políticas para a formulação e prática de políticas públicas, estando sobre o escrutínio das suas populações – não somente de suas maiorias, mas também de suas minorias. Um debate imperativo não somente aos interessados em teorias normativas da democracia, mas também para qualquer cidadão, cidadã que preze por uma sociedade mais plural e democrática.

1.1 POR QUE ESTUDAR A RELAÇÃO SINO-AMERICANA SE VIVEMOS NA REPÚBLICA DE *BRUZUNDANGAS*?²²

“Finally, while it is in many ways unique in current world politics, the case of US–Chinese relations may provide a glimpse into the future of US relations with other rising economic powers, such as Brazil and India.” (FORDHAM; KLEINBERG, 2011, p. 219)

Na América Latina, não é incomum a constatação de que mesmo havendo uma possível multipolaridade sistêmica hoje – protagonizada pelos EUA, pela RPC e pela Rússia – na região, existe uma hegemonia estadunidense; geograficamente estamos situados no mesmo continente. Não à toa, sempre houve políticas externas estadunidenses que buscassem consolidar a hegemonia dos EUA na região, como a já citada “América para os americanos”.

No entanto, muitos países latino-americanos, e certamente o Brasil, sentiram-se, por muitas vezes, isolados dos investimentos em desenvolvimento promovidos pelos EUA. Após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os EUA lançaram o Plano Marshall para a Europa ocidental e trabalharam na reestruturação econômica do Japão; enquanto, não houve plano algum que implementasse tais políticas na América Latina.

Concomitante a isso, o comércio entre a América Latina e a República Popular da China foi aumentando gradativamente. A região, tradicional produtora de *commodities*, teve na RPC um mercado consumidor para as mesmas. O crescimento econômico-industrial chinês demandava por matérias-primas produzidas na região em abundância – visivelmente notável de como esta demanda *empoderou* a região, sobretudo o Brasil por ser o foco desta subseção,

²² Em referência ao livro, *os Bruzundangas*, de Lima Barreto, publicado, pela primeira vez, em 1923.

foi o segundo mandato do governo Lula, muitos afirmam que guiados pelo *boom das commodities*.

Tem-se, então, de um lado a percepção por parte do Brasil de que o hegemon regional, quiçá global, negligencia o país, que este não tem no Brasil, ou ainda, na região, sua prioridade geopolítica nem econômica. Por outro lado, sobretudo a partir dos anos 1990, tem-se uma potência emergente, a RPC, com a qual inclusive juntamente com o Brasil forma os BRICS²³, demandando crescentemente exportações brasileiras – como o minério de ferro, a soja – e, ao mesmo tempo, empreendendo seu *soft power* na região – seja através de construções de pontes, de escolas em regiões mais abastadas.

Da perspectiva do Brasil, país cuja aspiração de ser um *global trader* nunca foi secreta, existe no comércio com a RPC, uma possibilidade de reposicionar o país no mundo – avançando em outras agendas subjacentes que foram postas no início do século XXI, como a luta para tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o incremento nas relações diplomáticas e econômicas no eixo Sul-Sul, ao mesmo tempo que buscava um acordo entre o Mercosul e a União Europeia – dentre outros.

Por fim, se feito um estudo da história recente entre o Brasil e os EUA, de um lado, e o Brasil e a RPC, notar-se-á que houve uma intensificação na relação comercial com a RPC, que desencadeou em um fortalecimento das relações entre os países – demonstrados pelos BRICS, bem como percebido nas pesquisas de opinião – que apontam para crescente perspectiva favorável da população brasileira em relação à RPC; de outro lado, tem-se os EUA, por muitas vezes este foi retratado como imperialista, e as políticas externas brasileiras que fossem mais alinhadas ao mesmo, eram acusadas de *entreguistas*.

Em conclusão, fica evidente que os países como o Brasil, a Índia, a Austrália, serão, ou já estão sendo, palcos crescentes da disputa de poder entre os EUA e a RPC. Cobra-se estes países se posicionem de um dos lados. As eleições de 2018 no Brasil, e como os candidatos à presidência ressaltavam suas visões para a política externa brasileira, sendo alguns claramente alinhados aos EUA, e outros mais à RPC, demonstra o quanto esta questão tornou-se importante para o direcionamento da nossa política externa. Resta refletir agora, como o crescimento econômico e político da RPC refletirá na formulação e prática da nossa política externa.

²³ Grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste primeiro capítulo, será feito um diálogo com a literatura, buscando contribuir e dialogar com a mesma. Este diálogo é fundamental para a compreensão e análise das pesquisas de opinião, a qual será feita no capítulo seguinte, quando esmiuçaremos os resultados dos *surveys*. Este capítulo está dividido em quatro subseções.

Na primeira será elucidado o conceito de opinião pública adotado nesta dissertação, qual seja, o de maioria expressa em pesquisas de opinião. A fim de fazê-lo, na segunda subseção, percorrer-se-á pelas problemáticas encontradas na conceituação do mesmo postas pela literatura. Uma vez alcançada a definição com a qual trabalharemos, far-se-á uma mostra de como os estudos de opinião pública, sobretudo as pesquisas de opinião *per se*, têm evoluído, sendo hoje metodologicamente sólidos.

Na terceira subseção será apontado sucintamente como a literatura de Relações Internacionais aborda a relação sino-americana, apresentando uma dicotomia que já deixa claro seu impasse na terminologia – *dragon slayers or panda huggers* – quer dizer, enxergar a República Popular da China pela voracidade e impiedade de dragões ou pelo acalento de adoradores de pandas.

Por fim, este capítulo trará, na quarta subseção, um breve histórico das políticas externas estadunidenses para a República Popular da China no período aqui considerado, evidenciando as continuidades, porém também as mudanças nas mesma e como estas confluíram com o momento político e histórico, ficará perceptível como os governantes estadunidenses costumam estar entre a cruz e a espada no concernente à formulação da PEE para a RPC. Nos momentos de suas campanhas presidenciais eles costumam prometer políticas duras e impiedosas para a RPC. Uma vez presidentes, entretanto, os constrangimentos geopolíticos e os custos associados à adoção de tais políticas fazem com que estas não sejam efetivamente adotadas – ou não o fossem até a eleição de Donald Trump.

Em suma, este primeiro capítulo erguerá tanto os alicerces conceituais de opinião pública, de saliência, de responsividade e de representação, bem como os pilares históricos da relação sino-americana, para que no capítulo subsequente possamos analisar se as pesquisas de opinião apontam que o público está mais ou menos alinhado com a política externa estadunidense para a RPC bem como com a literatura de RIs.

2.1 KAMPFBEGRIFF: OPINIÃO PÚBLICA²⁴

Para um filósofo, para um cientista social, as palavras não são “meramente” alguma coisa; elas são ferramentas com as quais ele se comunica, além de uma parte vital de seu objeto de análise. Visto que os seres humanos não são unicamente animais políticos, mas também animais que fazem uso da linguagem, o comportamento dos mesmos é moldado pelas ideias que nutrem. O que eles fazem e como o fazem depende de como eles se veem, e de como enxergam o mundo; e isto, por sua vez, depende dos conceitos pelos quais estes veem. Aprender o que “representação” significa e aprender como representar estão intimamente conectados (PITKIN, 1967, p.1)²⁵.

Opinião Pública é objeto de estudo de diferentes áreas das Ciências Humanas, tais como: Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Psicologia Social, Economia. Sendo assim, a sua conceituação é problemática, visto que um conceito de opinião pública que pretenda ser universal tem que ser, conseqüentemente, multidisciplinar. Entretanto, o que se tem hoje são diferentes entendimentos do que seria a opinião pública (FIGUEIREDO e CERVELLINI, 1995).

Por vezes, os autores referem-se à opinião pública como sendo àquela expressa em pesquisas de opinião. Por outras, nega-se a própria existência da mesma. A ausência de um único conceito de opinião pública dificulta o diálogo entre os pesquisadores e o avanço na pesquisa da área. Tendo isto em mente, o presente trabalho fará uma breve revisão de literatura a fim de elucidar as possibilidades de conceituação de opinião pública para enfim definir como esta será aqui entendida.

Glynn, Herbst, Shapiro et al. (1999) no emblemático livro *Public Opinion* fazem um debate sobre os diferentes conceitos de opinião pública cunhados até então. Os autores categorizam cinco abordagens para opinião pública e as dividem assim: opinião pública 1) sendo opinião agregada; 2) sendo opinião majoritária; 3) representando o debate entre grupos de interesse; 4) como a opinião da mídia e das elites; e, por fim, 5) sendo uma ficção.

A primeira categoria entende que a opinião pública é um agregado de opiniões individuais, de modo que para identificá-la bastaria reger pesquisas de opinião. Faz-se ainda a

²⁴ Definindo o conceito de populismo, Cas Mudde e Kaltwasser (2017), argumentam que este é fundamentalmente um *Kampfbegriff*, isto é, um termo disputado por diferentes visões políticas, ou seja, com o risco de ser redundante, o que este significa tem implicações políticas. Deste mesmo modo, esta dissertação argumenta, é o caso do conceito de opinião pública. Porém, diferentemente do conceito de populismo, o de opinião pública não é um conceito *inerentemente contestável*.

²⁵ No original: “For the social philosopher, for the social scientist, words are not “mere”; they are the tools of his trade and a vital part of his subject matter. Since human beings are not merely political animals but also language-using animals, their behavior is shaped by their ideas. What they do and how they do it depends upon how they see themselves and their world, and this in turn depends upon the concepts through which they see. Learning what “representation” means and learning how to represent are intimately connected.”

analogia das pesquisas de opinião (*surveys*) a votos eleitorais, ou seja, a expressão da opinião de um indivíduo em uma pesquisa seria semelhante ao ato deste de votar em uma eleição.

Já na segunda categoria, trata-se a opinião pública como um reflexo da opinião da maioria. Isto é, as pessoas tenderiam a conformar suas opiniões àquelas expressas pela maioria. Vale ressaltar que nesta categoria não se faz um juízo de valor sobre se a opinião da maioria seria boa ou ruim. Esta noção de opinião pública, que mensura a opinião da maioria, corrobora a teoria da espiral do silêncio de Noelle-Noeman (1993), que defende que a opinião pública é aquela que as pessoas se sentem confortáveis a expressarem em público sem serem julgadas por isso. Ou seja, os indivíduos só expressariam opiniões que fossem socialmente aceitas.

De acordo com a terceira categoria, a opinião pública é identificada nos debates entre grupos de interesse, ressaltando as dinâmicas de poder. As opiniões individuais seriam reflexo de como as opiniões são cultivadas, consolidadas e comunicadas pelos grupos de interesse. Dentre os grupos em debate estariam: os partidos políticos, as organizações comerciais, corporações, ativistas – variando de acordo com a pauta em questão. Esta definição nasce da ideia de que o conflito é permanente nas vidas política e social e de que as opiniões individuais não têm o mesmo peso (como em “uma opinião, um voto”); portanto, foca-se em quem julgam ter maior poder em influenciar na formulação e prática das políticas públicas: os grupos de interesse.

A quarta categoria define a opinião pública como uma projeção do que é expresso pela mídia e pelas elites. Um grande expoente deste pensamento é Walter Lippmann (1997)²⁶. Este argumenta que um cidadão comum não consegue manter-se informado sobre toda causa concernente à política do seu país, logo este não deveria ser uma fonte confiável para influenciar nas políticas públicas.

Por fim, a quinta categoria identificada por Glynn et al. (1999) entende que a opinião pública é uma mera ficção. Esta seria uma construção retórica usada sem cautela pela mídia. Os críticos desta categoria entendem que a opinião pública pode ser forjada pela retórica. Pierre Bourdieu (1982) argumenta que a opinião pública expressa nas pesquisas de opinião é facilmente manipulável, seja pela terminologia, pelo enquadramento ou pelo ordenamento das perguntas. Logo, este defende que a opinião publicada é diferente do que se chama de opinião pública. Sendo assim, essa não existe, não nos moldes de então.

²⁶ Este entendimento de opinião pública foi o qual inspirou Holsti (1992) a nomeá-lo de consenso Almond-Lippman, que será mostrado mais adiante na subseção 1.2.

Muito do dissenso sobre o conceito de opinião pública reside na dificuldade dos autores de diferentes disciplinas em separar os possíveis usos do conceito em áreas, como por exemplo os quatro aspectos da proposta de opinião pública identificados por Figueiredo e Cervellini (1995): a origem ou processo de formação da opinião; a forma: a expressão pública da opinião; o objeto específico; e, por fim, o sujeito da opinião pública. Vale dizer que este trabalho tratará a opinião pública através da forma²⁷, isto é, da expressão da opinião da maioria em *surveys*; com isso, dialogará com a literatura que faz o mesmo.

Como chega-se a conclusões diferentes a depender do aspecto utilizado e do momento analisado, acaba-se por expandir as divergências e carregar o debate de normatividade. Como ressalta Carreirão (2015, p. 393-394), falando especificamente dos estudos de convergência entre política e opinião públicas: “A ideia central que norteia e justifica esses estudos é a de que na democracia representativa se espera que os representantes sejam “responsivos” a preferências, opiniões ou interesses dos cidadãos”.

Os estudos de convergência, portanto, no seu pano de fundo, estão preocupados em entender se os formuladores de políticas – sejam eles congressistas, presidentes, juízes e/ou grupos de interesse – são responsivos aos anseios da opinião pública, expressa em pesquisas de opinião (*surveys*). É nesta motivação que os estudos de convergência e a atual dissertação convergem; ambos visam, no fundo, analisar o papel dos condicionantes domésticos da opinião pública, e ainda se estes influem no cenário político de uma democracia.

Friedrich sugeriu que enfatizar o vínculo da representação com a sociedade ao mesmo tempo em que se separem as atividades políticas informais dos cidadãos da autorização eleitoral implica em “influência” ao invés de “participação”: “Falamos advertidamente de *influência* em vez de participação ou controle, já que a maior parte dos cidadãos não está propensa a participar na ou efetivamente controlar a ação governamental” através da representação política (PITKIN, 1967, p.60).

Além do comum interesse adjacente entre o presente trabalho e os estudos de convergência, esse também conflui e é enriquecido pela literatura de Análise de Política Externa, que desde os anos 1950 têm demonstrado um interesse crescente pelo estudo dos condicionantes domésticos na formulação e exercício da Política Externa. Como afirmam Salomón e Pinheiro (2013),

²⁷ “Um segundo elemento do conceito diz respeito à *sua forma*. Trata-se da necessidade de que haja expressão pública da opinião, pois isso seria um pré-requisito ao debate. Daí a importância das pesquisas, pois elas são capazes de expressar aspectos latentes do conjunto dos pensamentos individuais e, portanto, da própria sociedade.” (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995, p.177)

Uma das principais inovações da nascente subdisciplina da Análise de Política Externa nos anos 1950 foi a de abrir a caixa preta do Estado e passar a considerar a importância dos fatores domésticos na formação de políticas externas (sem que isso significasse ignorar os fatores sistêmicos) (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.45).

Desta maneira, tendo evidenciado com quais literaturas este trabalho busca dialogar e contribuir, far-se-á uma breve revisão das mesmas nas próximas duas subseções, visando ressaltar conceitos que serão aqui utilizados e iluminando e fortalecendo a metodologia escolhida para testar as hipóteses. Vale ressaltar que no que tange à literatura da subdisciplina de Análise de Política Externa, esta será inserida na subseção que abordará como e quais escolas de Relações Internacionais têm estudado a relação sino-americana e quais as conclusões das mesmas.

2.2 DE *CONCEPTU NON GRATO* À ALICERCE DE ANÁLISE: OS AVANÇOS NOS ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA CONTEXTUALIZADOS HISTORICAMENTE

Como ressaltado, a literatura que estuda opinião pública não é unânime. Por muitos anos prevaleceu o entendimento da opinião pública como volátil, desestruturada e sem capacidade de influir na política externa estadunidense, ou ainda, sem que se cobiçasse que ela possuísse a mesma. Estas três proposições eram a base para o que ficou conhecido como o *consenso Almond-Lippmann*. Segundo o mesmo, por ser volátil e sem estrutura, a opinião pública era uma fonte inadequada e instável para servir de influência à política externa estadunidense (PEE). Este consenso predominou sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, quando por duas décadas, os poderes Legislativo e Executivo dos EUA apresentaram maior alinhamento no direcionamento da PEE (HOLSTI, 1992).

A Guerra do Vietnã viria a ser um ponto de inflexão tanto no que diz respeito ao entendimento que a literatura tinha da opinião pública como do posicionamento e interesse do público por Política Externa. Como Holsti (1992, p.445) argumenta

Assim como a Segunda Guerra Mundial e os temores do isolacionismo do pós-guerra, entre a maioria esmagadora do público, causaram preocupação com a opinião pública e seu impacto na política externa, a guerra do Vietnã foi o ímpeto para um interesse renovado no assunto [...] Em termos gerais, muitos dos que acreditavam que um poder executivo mais forte na política pública, relativamente livre dos ditames do humor do público, melhor atendia tanto aos interesses nacionais quanto à estabilidade global, passaram a reexaminar suas opiniões à luz da guerra do Vietnã (1992, p. 445, tradução nossa).

O contexto internacional impactou a dinâmica institucional nos EUA, de modo que o poder Executivo, que tinha ganho proeminência e maior autonomia frente ao Legislativo após

a participação vitoriosa dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, tivesse seu papel repensado. O relativo alinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo, frente à ameaça comunista e ao entendimento dos benefícios de um Executivo forte em momentos de guerra, desfez-se (WAYNE, 2000).

Para além do contexto internacional, houve uma outra mudança que influenciou em muito a visão do que é opinião pública e da credibilidade da mesma: a evolução das pesquisas de opinião. Em 1896, a Chicago Records conduziu uma das mais elaboradas e dispendiosas *straw polls*. Este tipo de pesquisa, bem como as atuais, buscava medir as preferências da população; naquele momento o objetivo era mensurar as intenções de voto em relação às eleições presidenciais em que disputavam William McKinley e William Jennings Bryan (ERICSON, TEDIN, 2011).

As *straw polls* eram baseadas em enviar correspondência a possíveis eleitores. A de 1896 foi feita através de correspondências para múltiplos estados dos EUA; os potenciais eleitores deveriam registrar suas pretensões de voto e retornar a correspondência à Chicago Records. Por fim, esta previu que McKinley ganharia em Chicago com 57.95% do percentual de votos. McKinley ganhou com 57.91% (ERICSON, TEDIN, 2011).

Apesar deste surpreendente resultado, a previsão não foi feita só pautada nas correspondências; a Chicago Records também juntou uma equipe de matemáticos para calcular as probabilidades, visto que muitos eleitores democratas boicotaram a pesquisa por entenderem que a Chicago Records tinha um viés republicano (THIES, 2018).

Ainda que admiravelmente a *straw poll* de 1896 tenha previsto, quase que com exatidão, o vencedor à presidência daquela eleição, este tipo de pesquisa possui diversos problemas metodológicos. Para começar, a amostra não é aleatória, ela é muito suscetível a boicotes e nem sempre se consegue uma amostra numericamente expressiva.

Possivelmente por estas razões, nas eleições presidenciais de 1928 nos EUA, a *Literary Digest* – a maior revista produtora de *straw polls*, que contava então com dois milhões de assinantes – errou enormemente nas previsões; esta calculou que Alf Landon receberia 57% dos votos, enquanto Franklin Roosevelt, 43%, quando no fim, Roosevelt recebeu 62.5% dos votos. No mesmo ano, Crossley, Roper e Gallup – precursores do método científico de amostragem – acertaram na previsão de que Roosevelt ganharia as eleições (ERICSON, TEDIN, 2011).

Cada um dos três viria a formar seu próprio instituto comercial de pesquisa, sendo o mais notório o *Gallup Poll*, aos quais as pesquisas poderiam ser encomendadas e teriam maior rigor metodológico. A partir de então, as pesquisas de opinião se defrontaram com inúmeros

problemas e foram evoluindo metodologicamente. Tem-se hoje não somente institutos comerciais elaborando pesquisas, mas também acadêmicos e midiáticos; avança-se gradualmente nas problemáticas de *wording e framing*, ou seja, de como a escolha do uso das palavras e dos enquadramentos podem influir nas respostas dos entrevistados.

Enfim, o que vale notar tanto do papel da Guerra do Vietnã como das evoluções metodológicas nas pesquisas de opinião é a visibilidade que trouxeram para a opinião pública em questões de Política Externa. O momento da Guerra Fria foi intensamente televisionado e reportado pelas mídias tradicionais, a população acompanhava diariamente o que estava acontecendo e posicionava-se; sobretudo a partir da Guerra do Vietnã – quando os estadunidenses já estavam cansados de arcar com as próprias vidas em batalhas que eles nem sabiam ao certo o porquê.

Além disso, é importante destacar o uso crescente de pesquisas de opinião pelos gabinetes presidenciais, sobretudo a partir do presidente Franklin D. Roosevelt. Henry Cantril foi encarregado de informar os presidentes Roosevelt (1933-45), Dwight D. Eisenhower (1953-61) e John F. Kennedy (1961-63) sobre o *humor do público* (*public mood*). É importante ressaltar que dois destes presidentes eram democratas e um republicano, ou seja, a atenção dada ao *humor do público* aparentemente não era restrita a um partido (HOLSTI, 1992).

Cantril (1967) afirma que,

Quero enfatizar que nenhuma alegação é feita aqui de que os dados e sugestões (da opinião pública) que Lambert e eu fornecemos ao Presidente (Roosevelt) foram cruciais para suas decisões. Mas as ações tomadas com certeza foram muitas vezes completamente consistentes com nossas recomendações (CANTRIL, 1967, p.42 apud HOLSTI, 1992, p. 452, tradução nossa).

A partir, então, das evoluções nas pesquisas de opinião, surgiu uma fértil literatura que analisa e testa se existe vínculo entre a opinião pública e a formulação de políticas públicas²⁸ - os chamados estudos de congruência/convergência. Através de análises de correlação, estes estudos buscam visualizar a relação, caso exista, entre opinião e política públicas, para então, inferirem causalidade. Crucial para este último ponto foi a constatação da importância do elemento temporal – ou seja, quem foi expressa primeiro, a opinião pública ou a formulação da política. Ainda que correlação não indique, de modo algum, causa, far-se-á uma breve retomada dos principais achados destes estudos, visto que estes contribuíram enormemente à literatura que se preocupa em estudar opinião pública, jogando um holofote na mesma.

²⁸ Este trabalho pressupõe que a política externa é uma política pública, bem como defendido por Maria Regina Soares de Lima (2002).

2.2.1 Estudos de Congruência

“[...] causes may be said to refer to events or conditions that raise *the probability* of some outcome occurring (under *ceteris paribus* conditions)” (GERRING, 2005, p.169).

O estudo de Miller & Stokes (1963) antecipou a literatura que viria a se desenvolver de estudos de congruência. Os autores analisaram se o congresso, ou melhor, se os congressistas eram responsivos com o seu eleitorado, entrevistando legislador a legislador. A partir deste estudo, muito outros surgiram e o objeto de pesquisa foi ampliado, isto é, não somente se analisa se há congruência entre congressistas e eleitorado, como também entre opinião pública e política externa, por exemplo. Não se restringe o estudo a um ano específico, analisando inclusive séries temporais.

Assim, o próprio conceito de representação foi ganhando novos contornos nesta literatura. Os estudos de Miller e Stokes (1963) são um exemplo característico de representação diádica, ou seja, um representante, um eleitorado. Já o de Weissberg (1978), um de seus sucessores nos estudos de congruência, buscou analisar se o congresso seria responsivo ao eleitorado, sendo um exemplo de representação coletiva; visto que, diferentemente do primeiro, este último estuda o congresso como instituição, não suas partes, os congressistas.

Os estudos de congruência foram evoluindo metodologicamente. Hoje, tem-se um crescente debate metodológico que pondera quais as melhores fontes de informação – sejam elas pesquisas com eleitores e congressistas, análise de congruência entre os posicionamentos ideológicos de partidos e de eleitores inferidos por pesquisas, manifestos partidários etc.; quais tipos de informação utilizar – por exemplo, como melhor inferir um posicionamento ideológico de um partido? Através de temas específicos: como estes se posicionam em relação à guerra ao terror, ou de medidas mais gerais: juntando o agregado de posicionamentos e os colocando em um espectro direita/esquerda; por fim, de que maneira calcular os indicadores de congruência – correlações como a de Pearson, ou pela diferença nas distribuições constatadas no espectro político inferido, dentre outros (CARREIRÃO, 2019).

Alguns conceitos mantiveram-se constantes e igualmente importantes na literatura de estudos de congruência. Dentre eles, o conceito de saliência, o de responsividade e o de representatividade. Este último apresenta mais contornos e adjetivações na busca de abarcar as diferenças nos estudos, bem como nas sociedades que analisam. A seguir serão descritos os estudos que parecem mais pertinentes em suas contribuições ao presente trabalho, enfatizando

sobretudo o conceito de saliência e os meios de medi-lo, visto que uma das hipóteses desta dissertação envolve esse conceito.

No estudo de Alan D. Monroe (1979)²⁹, por exemplo, este concluiu que 92% da política externa agregada dos EUA – ou seja, sem distinção de áreas – convergia com as preferências expressas pela população estadunidense. Esta porcentagem alta deve-se em parte a que Monroe excluiu o percentual do público que não se posicionou nas pesquisas. Entretanto, ainda é um número muito expressivo. Monroe (1979) acreditava que a alta convergência em Política Externa se devia possivelmente ao fato de ser uma área em que o poder Executivo teria maior capacidade de decisão, autonomia. O autor ressalta também que convergência não implica em relação causal, que os estudos elaborados por ele são de correlação.

É interessante notar que houve apenas dois casos, dentre os pesquisados por Monroe (1979), em que não houve convergência entre a expressão da opinião e as políticas empreendidas; os dois relacionados à República Popular da China. “[...] os dois casos inconsistentes envolveram situações em que o público endossou ações mais favoráveis à China comunista do que o governo assumiu” (MONROE, 1979, p.11, tradução nossa).

Page e Shapiro (1983)³⁰, através dos métodos de correlação quantitativa, também encontraram altos graus de convergência entre a política externa estadunidense e as preferências expressas pela população em pesquisas de opinião. Porém, ainda que cautelosamente, estes avançaram nas conclusões, argumentando que a opinião pública pode constranger os políticos a adotarem políticas preferidas pelo público. Como exposto por Douglas C. Foyle (1999) referindo-se ao estudo de Page e Shapiro de 1983 e de 1992,

Embora expressando uma nota de cautela, os autores concluíram que a opinião pública afetou a política com mais frequência do que o contrário, com a opinião, muitas vezes, atuando como uma causa da mudança nas políticas. A opinião pública também parece influenciar os níveis agregados de gastos em defesa, decisões de voto no Congresso relacionadas a questões de defesa e decisões presidenciais

²⁹ Monroe analisou o período entre 1960 e 1974. Como fontes para as preferências expressas pela opinião utilizou: Gallup (1972), Gallup Opinion Index, Harris (1975, 1976a, 1976b), Erskine (1966, 1967, 1973), Chandler (1972), Wats e Free (1973, 1974) e os periódicos Polls e Current Opinion.

³⁰ “We present evidence that *public opinion is often a proximate cause of policy*, affecting policy more than policy influences opinion. One should be cautious, however, about concluding that democratic responsiveness pervades American politics. [...] Even if public opinion is truly a proximate cause of policy, it may itself be affected by factors not wholly compatible with normative concepts of democracy. If, for example, interest groups or politicians manage to manipulate opinion through lies or deception, and policy subsequently responds to the manipulated opinion, we would hesitate to celebrate the result as a democratic one. And if leaders influence public opinion through a more benign process of education or persuasion, using reasoned arguments and good evidence, we might still want to call the outcome something different from pure democracy.” (PAGE; SHAPIRO, 1983, p.175-189, grifo nosso)

durante a guerra. Altos índices de aprovação pública parecem influenciar as decisões presidenciais de empregar a força militar mais do que as condições internacionais o fazem. Esta pesquisa também sugere que a responsividade democrática e os esforços de manipulação da elite podem coexistir. Embora os governos democráticos tenham desenvolvido sofisticadas operações de pesquisa, na tentativa de manipular a opinião pública ou aumentar sua alavancagem em relação a outros atores políticos, essas ações também tiveram um *recoil effect* que os tornou mais sensíveis e responsivos às preferências do público (FOYLE, 1999, p.8, tradução nossa, grifo nosso).

Assim como o elemento temporal foi analisado na pesquisa de Page e Shapiro (1983), possibilitando uma maior imputação de causalidade às correlações encontradas, Thomas Graham (1989) também o fez, com o intuito de encontrar quando a opinião pública teria maior potencial de influência sobre a política externa estadunidense. Graham (1989) concluiu que os políticos poderiam não corresponderem às preferências da população sem maiores danos, quando estas representassem até 59% nas pesquisas de opinião, mas que de 60% em diante a opinião expressa pelo público influiria significativamente no processo de tomada de decisão e implementação de dada política pública, corroborando parcialmente o argumento de que o papel da opinião pública é maior ou menor dependendo da atenção dada à questão em situação (*issue politics*). Parcialmente, pois, mesmo que haja uma porcentagem alta do público que se posiciona de dada maneira, não significa que a questão sobre a qual estão se posicionando seja cara ao mesmo; isso varia de acordo com a *saliência* da mesma.

Dentre as variáveis destacadas por Graham (1989) como importantes para o entendimento da relação entre opinião expressa pelo público e adoção de dada política pública, encontram-se: o momento do processo político, proximidade da eleição, o tipo de questão em consideração, a consciência das elites da dimensão da opinião pública, a efetividade das estratégias de comunicação das elites políticas, *a saliência da questão*.

Em relação à *saliência*, esta foi evidenciada em todos os estudos apontados até agora. Como resultado comum a todos os trabalhos referenciados, tem-se que quanto mais saliente uma questão para o público, mais provável se torna que os *policymakers* sejam responsivos a mesma. Como ressaltam Page e Shapiro (1983),

Respaldado em um número grande de casos (248), o trabalho de Monroe (1979) sugeriu que existe uma considerável – ainda que incompleta – consistência entre opinião e política públicas, especialmente para política externa e em questões altamente salientes [...] A política pública tende a ir na mesma direção da opinião pública quando a mudança na opinião pública é ampla e estável – isto é, não apresenta ondas de flutuação, variação; e também o faz, mais frequentemente, em questões salientes do que nas não salientes. Houve muito mais casos de congruência, por exemplo, em situações nas quais a opinião pública foi perguntada mais vezes a respeito de um tema – sendo isto, possivelmente um indicador de interesse público – bem como quando houve mudanças generalizadas de opinião. (Os formuladores de pesquisas de opinião são motivados a fazerem perguntas que atraíam a atenção dos leitores). Sendo assim, a política pública moveu-se congruentemente a mudanças na

opinião pública em 76 por cento de 74 casos, nos quais a pergunta referente ao mesmo havia sido feita seis ou mais vezes. Porém, o mesmo só aconteceu em 60 por cento dos 65 casos em que havia somente duas perguntas feitas relativas a dado tema. A saliência pode ser medida mais diretamente, entretanto, pela proporção de entrevistados que respondem “não sei” ou “sem opinião” às perguntas feitas (PAGE; SHAPIRO, 1983, p. 176)³¹.

O trabalho de Page e Shapiro foi o primeiro a sugerir um indicador para medir saliência. Este seria ancorado no número de pesquisas de opinião que perguntam sobre determinado tema e a porcentagem de entrevistados que respondem “não sei” ou “sem opinião” as mesmas. Sendo que um maior número de pesquisas que contenham perguntas sobre um certo tema e a menor porcentagem de respondentes dizendo “não sei” seriam indicativos de maior saliência. O contrário, de menor saliência.

No Brasil, Carreirão (2017) utilizou-se dos índices de Page e Shapiro (1983) para erguer estudos de congruência entre a opinião pública e políticas públicas brasileiras, nas áreas de saúde, segurança pública, costumes, dentre outras. No mundo, muitos outros trabalhos também o fazem. Mais recentemente, entretanto, Bromley-Trujillo et al. (2018) sugeriram uma nova maneira de calcular se uma questão é saliente ou não.

Criticando uma onda recente de pesquisadores que se utilizavam e utilizam de editoriais de jornais como o *The New York Times*³² ou da resposta à pergunta da Gallup Poll em que se questiona qual é o problema mais importante encarado pelos EUA na atualidade (*The Most Important Problem, MIP*)³³, Bromley-Trujillo et al. (2018) sugerem, inicialmente,

³¹ No original: “Based on a much larger number of cases (248), Monroe’s (1978) work has suggested that there is considerable – though far from complete – consistency between opinion and policy, especially for foreign policy and highly salient issues. [...] Policy tends to move in the same direction as public opinion most often when the opinion change is large and when it is stable – that is, not reversed by fluctuations. Similarly, policy congruence is higher on salient than on nonsalient issues. There has been much more frequent congruence, for example, in cases where an opinion question was repeated often, an indicator, presumably, of substantial public interest as well as relatively large opinion changes. (Pollsters have incentives to ask questions that will attract readers’ attention.) Policy moved in a direction congruent with opinion change in 76 percent of the 74 cases items that were repeated six or more times, but in only 60 percent of 65 cases with just two repetitions. Saliency can be measured more directly, although still not perfectly, by the proportion of respondents answering “don’t know” or “no opinion” to survey questions.” (PAGE; SHAPIRO, 1983, p. 176)

³² “We argue that newspaper citations do not work well as measures of either issue concern or issue attention because they are supply- rather than demand-driven. In other words, newspaper indices have no real mechanism to incorporate how the public feels about an issue and instead assume that public salience mirrors elite salience.” (TRUJILLO, 2018, p.6). Ver mais em Zaller (1999).

³³ “What I propose in this paper is that research relying on MIP responses confuses at least two very different characteristics of issues—the “importance” of issues and the degree to which they are a “problem”—and that the confusion is rooted in basic measurement. It is a simple conjecture based on a simple observation: The MIP question asks about the most important problems. Consider, for example, the economy. We have reason to believe that the economy is always an important issue to voters, but that it is a problem only when unemployment and/or inflation are high, for example. With a good economy, we need to look elsewhere for problems. Give us peace and we have to look further still. This seemingly is by definition given the wording of the survey question itself, which asks about problems. Indeed, it even may be that issues and problems are fundamentally different things, with one relating more to policy and the other to conditions.” (WLEZIEN, 2005, p. 555-5)

caracterizar *issue salience* a partir de dois entendimentos subjacentes ao mesmo. Primeiro, dentro da noção de saliência existe a de “preocupação”; em relação a mesma, sugerem conceituá-la como *issue concern*, significando o nível em que uma questão é encarada como séria por votantes ou entrevistados em pesquisas de opinião. Outra noção inerente à de saliência seria a de atenção, nomeando esta esfera de *issue attention*, que demonstraria o quanto os votantes refletem em torno de um problema.

Eles sugerem, enfim, como na visão deles, melhor calcular a saliência. Esta seria mensurada utilizando-se de três medidas, quais sejam: *Google Trends*, dados de pesquisas de opinião e associação a grupos de interesse. Em relação ao último, utilizam-se do mesmo para indicar um nível de envolvimento ainda maior. Para o caso que analisam, aquecimento global, faz mais sentido utilizarem do número de membros associados a grupos de interesse que advoguem por adoções de políticas que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas, e se houve crescimento na afiliação aos mesmos, que faz o uso do mesmo para esta pesquisa.

Para esta pesquisa, das três medidas que Brumley-Trujillo et al. (2019) sugerem, *Google Trends* seria a que potencialmente mais adicionaria à análise de saliência. Entretanto, a mesma só disponibiliza dados a partir de 2004. Sendo assim, as variáveis mais indicadas para testar a hipótese de saliência para este trabalho são: primeiro, identificar se existe escassez de pesquisas de opinião que abordem a RPC; segundo, se o número de perguntas feitas em torno da relação sino-americana aumentou ao passar dos anos nos *surveys*; por fim, qual o percentual de entrevistados que respondem “não sei” as perguntas relacionadas à RPC.

Cada pesquisa deve identificar quais indicadores melhor lhe munem no objetivo de responder à pergunta central elaborada. No entanto, há uma similitude entre todas as pesquisas de opinião, todas que tratam a opinião pública como a majoritariamente expressa em *surveys*, qual seja, a centralidade da ideia de saliência. Burnstein (2003) fez um levantamento das três publicações periódicas mais reconhecidas de Ciência e Sociologia Políticas, buscando por estudos que analisassem a relação entre opinião pública e política pública entre 1990 e 2000. Encontrou trinta estudos que se encaixavam nesta busca. Nestes foram identificados 52 efeitos que a opinião pública teria sobre a política pública, sendo que 35 destes apresentaram efeitos estatisticamente significativos. Quando, no entanto, levou-se a saliência em consideração, todos os casos analisados mostraram que a opinião teve efeitos na política pública (BURNSTEIN, 2003).

Em suma, encontram-se na literatura estudos de convergência que constataram altos graus de congruência entre a opinião pública – majoritária em pesquisas de opinião – e a formulação da política externa estadunidense; alguns estudos analisaram a política externa

agregada em longos períodos, possibilitando notar tendências em suas séries temporais, sem, entretanto, possibilitar a análise por área de política externa; outros, focaram em analisar áreas específicas da PEE.

Neste ponto, o trabalho de Leonard Kusnitz (1984) uniu o melhor dos dois tipos, elaborando o *estudo de caso aprofundado*. A partir deste, ergueu uma análise de congruência entre a opinião pública e a política externa estadunidenses para a República Popular da China entre 1949 e 1979. Com isso, pode tanto analisar minuciosamente uma área específica da PEE, quanto notar tendências desta no tempo.

Na área específica da opinião pública estadunidense e de como esta pode influir na formulação da política externa estadunidense para a República Popular da China, o estudo de Leonard Kusnitz (1984)³⁴ foi pioneiro e percussor; é impossível exagerar na importância e contribuição do mesmo para esta subárea fértil de pesquisa.

Em relação aos estudos de análise de congruência que visem examinar a relação sino-americana microscopicamente, porém com efeitos não menos macro, através da opinião pública e da possível influência da mesma na política externa estadunidense para a RPC, foram encontrados ínfimos estudos. Dentre eles, os já citados Audun Reiby (2012) e Gries et al. (2012).

Ambos, entretanto, possuem diferenças fundamentais com este trabalho, ainda que obviamente contribuam enormemente para o mesmo e para a literatura, quais sejam: Reiby (2012) entende por opinião pública, e conseqüentemente, infere do *The New York Times*, como sendo possível de ser captada pelos editoriais de jornais. Já em relação ao trabalho de Gries et al. (2012), estes analisam uma esfera diferente da opinião pública aqui analisada, nos quatro aspectos sugeridos por Cervellini (1995), o trabalho de Gries et al. se localizaria no de formação da opinião, preocupando-se centralmente com quais fatores influíram na formação da opinião de um cidadão.

Em suma, o trabalho com que a presente dissertação mais se assemelha seria o de Leonard Kusnitz, ou ainda, esta serviria de alicerce para um estudo seguinte que efetivamente se utilize dos estudos de congruência. No entanto, difere do de Kusnitz, por analisar um período pós-Guerra Fria (GF). Busca, com isso, testar se no caso específico da opinião pública estadunidense em relação à RPC, esta mudou com o fim da GF, como a vasta literatura de PEE afirma que aconteceu em outras áreas. Para os curiosos, o palpite é que sim,

³⁴ A título de curiosidade vale dizer que: “In his study of American policy toward China between 1949 and 1979, Leonard Kusnitz noted that public opinion limited the range of viable policy options because officials anticipated the public’s reaction and feared electoral retribution.” (FOYLE, 1999, p.7)

que esta tenha mudado – basta pensar que por mais de duas décadas, durante a GF, os EUA e a RPC não mantiveram relações diplomáticas.

En passant, vale ressaltar que eríodos de maior *sinofobia* ou *sinofilia* não são apolíticos ou aleatórios³⁵. A relação sino-americana é dinâmica. Logo, a maneira como esta é vista pela população estadunidense potencialmente varia de acordo com a questão e com o momento político. Entretanto, como será argumentado mais adiante, diferentemente do consenso que se tinha em torno da opinião pública, o já referido *consenso Almond-Lippmann*, este trabalho defende que a opinião pública é estruturada, não volátil e coerente – que quando muda, o faz de acordo com algum evento (*event-driven*) e de maneira coerente³⁶.

Entre 1991 e 2019, como será mais amplamente exposto *a posteriori*, houve alguns eventos chaves que jogaram os holofotes na relação sino-americana: o massacre em Tiananmen, os subsequentes debates em torno de condicionar o título de Nação Mais Favorecida (NMF) a melhorias nos Direitos Humanos na RPC, a entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o incidente entre os aviões chinês e o estadunidense EP-3, as campanhas presidenciais estadunidenses e como os candidatos retrataram a RPC nas mesmas, as Olimpíadas sediadas na RPC e a repercussão desta nos EUA, a assinatura do Acordo de Mudanças Climáticas em 2015, a guerra comercial-tarifária iniciada em 2018 e ainda não terminada – para elencar somente alguns.

Estes eventos influíram potencialmente na forma ou nas formas como a opinião pública estadunidense enxergava e enxerga a RPC. Cada evento suscitou controvérsias nos EUA de como o que estava acontecendo deveria ser entendido, qual era o significado do mesmo. Por exemplo, como deveria ser vista a entrada da RPC na OMC? Quais as implicações da mesma para os EUA, ou ainda, para os estadunidenses?

À luz destas questões, põe-se outra: será que a maneira como cada questão foi avaliada pela opinião pública variou de acordo com a identificação partidária da mesma? Isto é, identificar-se como republicano ou democrata seria determinante na avaliação que uma pessoa faz a respeito da RPC e, portanto, o que deseja para a relação sino-americana, ou seja, como anseia que a política externa estadunidense se desenhe para a RPC; ou não, a identificação partidária não influiria no posicionamento de um estadunidense. De modo que, imaginando uma questão em que a maneira de se posicionar fosse a favor ou contra, ou seja,

³⁵ “É imperativo perceber que no concernente à China, o comportamento sinofóbico ou sinófilo, isto é, uma tendência maior à cooperação ou à competição com a mesma, varia ao longo do tempo ou a depender da questão.” (DÓRIA, 2016, p.17)

³⁶ Ver mais em: Holsti (1992), Graham (1989).

uma questão dicotômica, coexistiriam no lado dos que a apoiam tanto democratas quanto republicanos, bem como do lado que a rejeita, por assim dizer.

O suposto adotado nesta dissertação é o de que a relação sino-americana não é uma questão bipartidária. A elaboração desta hipótese é ancorada nos indícios encontrados na literatura de que, entre os políticos, a política externa dos EUA para a RPC seria uma área de muito dissenso, porém não entre os partidos. Surpreendentemente inclusive, é uma área em que coalizões entre democratas e republicanos que estão nos extremos do espectro político estadunidense se encontram para advogar por um interesse comum.

Por exemplo, no episódio massacre na Praça de Paz Celestial chinesa, em 1989, tanto a população como os congressistas assistiram ao vivo à violência empreendida pelo governo chinês contra a sua população. Os protestos foram enquadrados na mídia como demonstrações em prol de um regime mais democrático. Desta maneira, os mesmos tornavam-se caros aos valores estadunidenses, valores retoricamente praticados em sua política externa.

Sendo assim, a partir de 1990, houve muito debate no Congresso estadunidense se o título de Nação Mais Favorecida (NMF) – status que garante taxas de importação iguais às aplicadas a outros países que exportam para os EUA os mesmos produtos – deveria passar a ser condicionado, isto é, se a concessão do mesmo à RPC deveria ser subordinada a melhorias nos direitos humanos na RPC.

Esta foi uma questão que foi extensamente politizada nos EUA, quer dizer, os impactos de possivelmente não conceder o título a RPC eram constantemente lembrados aos congressistas que advogavam pela concessão. Aumentar os preços dos produtos importados da RPC não afetaria unicamente a mesma, mas também a economia estadunidense. Muitos dos produtos importados serviam de base para diversas indústrias estadunidenses.

Tendo dito isto, no Congresso viam-se coalizões inusitadas serem formadas com o intuito de condicionarem a concessão do título de NMF. Por exemplo, os legisladores democratas que se identificavam com a promoção dos direitos humanos no mundo, como a democrata Nancy Pelosi, juntamente a conservadores cristãos, como o republicano Christopher Cox. Como expõem Gries et al. (2012),

Os Partidos Democrata e Republicano estão internamente divididos em relação à China, dando lugar a estranhas alianças no seio de Washington, DC. Como as citações acima sugerem, defensores liberais dos direitos humanos, como Nancy Pelosi, estão se unindo a conservadores cristãos, como Christopher Cox, na defesa de políticas estadunidenses mais severas para a China. De fato, os grupos que defendem Taiwan no Senado e na Câmara, que não são somente pro-Taiwan, mas também geralmente anti-China, são genuinamente bipartidários, com números relativamente iguais de democratas e republicanos. Entretanto, no lado pro-China, os

conservadores do mundo dos negócios se juntam a liberais internacionalistas na defesa por políticas mais cooperativas para China. Por exemplo, o US–China Business Council, que faz lobby em nome das empresas estadunidenses que se relacionam com a China, trabalha de perto não somente com republicanos, mas também com democratas, no Capitólio, para promover legislações pro-China e bloquear as anti-China (GRIES et al., 2012, p. 2)³⁷.

Gries et al. (2012) mostram que a divisão se dava em ambos os partidos, não sendo exclusivas ao caso específico da concessão ao título de Nação Mais Favorecida. Caso, inclusive, que só veio a cessar os debates no Congresso, quando a RPC finalmente entrou na Organização Mundial do Comércio, em 2001 – uma vez que qualquer membro da OMC tem o status NMF. Porém, até 2001, doze leis foram apresentadas no Congresso com o intuito de condicionar o título – como será mostrado mais adiante – e os ânimos foram reavivados quando o Congresso descobriu que o governo Bush havia mantido relações comerciais e militares com Pequim, mesmo tendo publicamente prometido que não o faria.

Já indignados com o governo chinês pelo massacre em Tiananmen, o Congresso ficou crescentemente frustrado com a PEE para a China, ao descobrir que a administração de Bush havia reestabelecido missões secretas com Pequim, imediatamente após Tiananmen [...] Ainda que compartilhando os receios em torno do desrespeito aos Direitos Humanos na China, outros membros do Congresso resistiam em condicionar o título de NMF. Alguns argumentavam que o engajamento através do comércio, e não a revogação do título, era o melhor caminho para influenciar o comportamento chinês e promover forças democratizantes na China. “Quanto mais comércio, mais democratização, afirmou Robert T. Matsui (D-CA) (Congressional Quarterly, 1990, p. 2571).” (TAO XIE, 2006, p.733-734)³⁸.

Analisando três casos de sanções econômicas aplicadas – ou quase aplicadas – pelos EUA, Jordan Tama (2015) argumenta que o polarizador político em questões envolvendo sanções econômicas não é o partido dos legisladores, mas a relação entre o Congresso e o presidente. Quer dizer, em questões de política externa ainda existe união entre políticos dos partidos Democrata e Republicano, que *policymakers* de ambos os partidos tenderiam a ter

³⁷ No original: “Both the Democratic and Republican parties are internally divided on China, making for some strange bedfellows in Washington, DC. As the quotes above suggest, liberal human rights advocates like Nancy Pelosi and Christian conservatives like Christopher Cox often join together in advocating tougher China policies. Indeed, the Senate and House Taiwan caucuses, which are not just pro-Taiwan but also generally anti-China, are genuinely bipartisan, with comparable numbers of Democratic and Republican members. However, on the pro-China side, business conservatives often join liberal internationalists in advocating more friendly China policies. For instance, the US–China Business Council, which lobbies on behalf of US companies doing business with China, works closely not just with Republicans but also with Democrats on Capitol Hill to promote pro-China and block anti-China legislation.” (GRIES et al., 2012, p. 2)

³⁸ No original: “Already angered by the Chinese government’s actions at Tiananmen, Congress grew increasingly frustrated over China policy when it learned of the Bush administration’s secret missions to reestablish a relationship with Beijing immediately after Tiananmen. [...] While sharing concern about China’s human rights record, other members resisted changes to MFN. Some did so on the grounds that engagement through trade, not revocation of MFN, was the best way to influence Chinese behavior and promote democratizing forces in China. “The more trade, the more democratization,” asserted congressman Robert T. Matsui (D-CA) (Congressional Quarterly, 1990, p. 2571).” (TAO XIE, 2006, p.733-734).

uma visão de mundo diferente da do presidente – talvez, palpite desta autora, não tanto visão de mundo, mas institucional – e, com isso, a PEE estaria polarizada entre os poderes Executivo e Legislativo, não entre os partidos.

Destarte, são levantadas aqui duas hipóteses. Primeira, a de que a relação sino-americana é saliente ao público estadunidense. Para testá-la será conferido se há escassez de pesquisas que abordam a RPC, bem como se houve aumento no número de perguntas por pesquisa em relação a este tema, e, por fim, a porcentagem de respondentes que dizem “não sei” ou “sem opinião”. Segunda, a de que o posicionamento sobre como deveria ser a relação sino-americana não depende da identificação com um ou outro partido. Mostrou-se brevemente o porquê de se ter elaborado esta última, ancorada na percepção encontrada na literatura segundo a qual a relação sino-americana seria polarizada entre os poderes, mas não entre os partidos. Resta, entretanto, ver se esta premissa vale também para opinião pública e em casos mais recentes.

Por fim, antes de adentrar na análise efetiva dos dados, abordar-se-á, brevemente, a literatura de Relações Internacionais que trata da relação sino-americana no presente século, ou melhor, do crescimento econômico da RPC e das consequências do mesmo para os EUA; bem como, traçar-se-á um sucinto paralelo com o histórico da PEE para a RPC no período analisado por este trabalho. Ambas exposições objetivam contextualizar historicamente o posicionamento da opinião pública que virá a ser analisado pelas pesquisas de opinião, traçando paralelos tanto com a literatura quanto com a política externa estadunidense.

2.3 *PANDA HUGGERS VS DRAGON SLAYERS*: A LITERATURA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A VISÃO DESTA DA RPC

“Quand la Chine s’éveillera, le monde tremblera³⁹”.

“Economic giants can be militarily weak, and military strength may not be able to obscure economic weakness. Countries can exert political influence even when they have neither military nor economic strength” (KISSINGER, 1973, p. 7 apud WALTZ, 1979, p. 152).

A relação sino-americana e como esta é e foi estudada não é imune às divergentes perspectivas de mundo. Por um lado, tem-se uma literatura sobre “the China threat” que expõe diversas razões pelas quais o crescimento econômico chinês seria uma ameaça ao

³⁹ “Cette affirmation prophétique est attribuée à Napoléon. L’empereur l’aurait prononcée en 1816, après avoir lu *La relation du voyage en Chine et en Tartarie* de Lord Macartney, premier ambassadeur du roi d’Angleterre en Chine, ou à une autre occasion à Sainte-Hélène.” (RACLE, 2006)

poderio dos EUA, ou melhor, à hegemonia estadunidense, quiçá inclusive à toda *ordem* global. Dentre as razões para tal visão estariam: concomitante ao crescimento econômico e das possibilidades que este abarca, a RPC vem aumentando o investimento em capacidades militares – poder militar; a ideia de que a RPC é protecionista em suas relações comerciais, inclusive desvalorizando artificialmente o renminbi, enquanto os EUA seriam promotores do liberalismo comercial – este ponto causa dois incômodos aos estadunidenses: um, o de a RPC só assumir tal postura por não ser uma democracia, o que em si já é problemático; dois, a República Popular da China estaria indo de encontro ao desenvolvimento do liberalismo no mundo e das benesses que este poderia promover, questionando o *status quo*, o qual favorece os EUA.

Este último argumento é o que faz muitos autores de RI argumentarem que a RPC não é uma potência que se enquadra no *status quo*. Pelo contrário, a China seria uma potência revisionista. Assim sendo, seria um país que tem como intuito reformular a estrutura do sistema internacional a seu favor, não obedecendo às instituições engenhadas pelos EUA – o número de contenciosos na OMC e a insistência da RPC em ser protecionista seriam, na visão destes autores, indicativos de tal (ROY, 1996; FRIEDBERG, 2015).

Este último ponto, qual seja, o de que a RPC seria uma potência revisionista, logo, fundamentalmente uma ameaça, ou pelo menos um desafio, à hegemonia estadunidense é a percepção que ancora a recente, porém já longa, guerra comercial travada no governo Trump. Mais deste ponto será tratado na seção seguinte.

De outro lado, encontram-se estudiosos que buscam traçar caminhos possíveis de cooperação entre os EUA e a RPC. Estes enfatizam o papel das organizações internacionais e de como as mesmas podem servir de instrumento à conciliação, senão conformidade, bem como o comércio internacional. Por fim, apelam para não insistirem em discursos ideológicos em se tratando da RPC, politizando e polarizando ainda mais a questão, enquadrando-a em termos de *democracia e autoritarismo, liberalismo e protecionismo*, respeito aos *direitos humanos* e desrespeito aos mesmo. Pois fazê-lo mune a possibilidade de uma nova Guerra Fria, na qual uma conciliação e o crescimento pacífico de ambos os países se tornam ainda mais difíceis (BRZEZINSKI, 2005; NYE, 2011; MARSTON, 2019).

O que esta seção, bem como a próxima, objetiva é mostrar como a “mentalidade hegemônica” está enraizada na *Weltanschauung* de parte da burocracia, da academia e, como será mostrado, dos *policymakers* estadunidenses. Não para criticar a mesma ou dizer que é infundada, pelo contrário. Mas para ressaltar que encarar a RPC como potência revisionista, ou afirmar que as políticas de aproximação estabelecidas por Clinton fracassaram, tem

repercussões e intenções políticas. Nesta dissertação me proponho a identificar, através das pesquisas de opinião, se estas visões – de grande parte da academia, dos burocratas e dos *policymakers* estadunidenses – são também encontradas na população dos Estados Unidos da América.

Por fim, vale ressaltar que esta seção não teve como intuito esgotar todas as escolas de Relações Internacionais que abordam a relação sino-americana e suas perspectivas sobre a mesma. Existem diversas visões e análises na academia que não foram retratadas aqui. No entanto, com esta breve explanação, objetivou-se mostrar como a “mentalidade hegemônica”, predominante nesta área de estudo, influencia nas pesquisas acadêmicas e na formulação e exercício da política externa estadunidense, como será mostrado a seguir.

2.4 *SAME DREAMS, DIFFERENT BEDS* ⁴⁰

Em 1989, pouco antes do massacre em Tiananmen – mesma praça que sediou a recente comemoração dos setenta anos da República Popular da China, instaurada pela vitória de Mao Zedong e dos comunistas na guerra civil chinesa, em 1949 – a relação entre os EUA e a RPC estava em um contínuo fortalecimento das suas relações. No contexto da Guerra Fria, e com a retomada das relações diplomáticas entre EUA e RPC em 1979, parecia a melhor estratégia para perseguir sob a ótica da águia. Ainda que comunista, era melhor tratar a RPC como uma aliada circunstancial, afinal a ameaça maior era posta pela então União Soviética.

Essa racionalização, que levou a uma crescente cooperação entre os EUA e a RPC, era pouco questionada naquele momento, até o massacre em Tiananmen. Este foi um ponto de inflexão na narrativa de como viria a ser retratada a relação sino-americana a partir dos EUA, de seus *policymakers* e da academia estadunidense.

No contexto geopolítico, a Guerra Fria já anunciava seu fim; com este, os EUA reavaliariam toda a sua agenda de política internacional, como quais ameaças eram agora mais iminentes à recente unipolaridade estadunidense. Concomitante ao fim da Guerra Fria, houve nos estudos de Segurança Internacional um alargamento do conceito de segurança. Consequentemente, o que passaria a ser entendido como ameaça se tornaria também mais amplo (PARIS, 2001). Com isto e com o esfacelamento da União Soviética, o Japão e o

⁴⁰ A expressão original chinesa seria: *Same bed, different dreams*. Como explicada por Lampton (2002), esta significaria um relacionamento entre duas pessoas que estão intimamente ligadas, mas que não conseguem estabelecer uma comunicação uma com a outra. Talvez extrapolando-a, cujos desejos não se encontram, tornando a relação íntima em uma distante. A brincadeira feita pelo título, parte do entendimento que no caso da relação sino-americana os desejos, teme-se, podem ser os mesmos, inviabilizando-os.

crescimento econômico do mesmo passaram a ser amplamente temidos pelos EUA. Esta afirmativa é fundamentada na literatura acadêmica, nos discursos políticos de então e nas pesquisas de opinião, como será mostrado no capítulo dois.

Internamente, os EUA dividiam-se entre *policymakers* que ressaltavam as violações de direitos humanos ocorridas em Tiananmen – largamente assistidas pela população internacional e, por isso, defendiam a ideia de que a RPC deveria ser severamente punida pelos EUA, afinal, este era o “grande policial do mundo”⁴¹, e entre *policymakers* que receavam o rápido crescimento econômico do Japão e que, portanto, defendiam que o caminho seria focalizar os esforços da PEE no combate, ou melhor, na contenção do mesmo. Desta forma, tinha-se nos EUA um amplo dissenso entre os *policymakers* sobre como a PEE deveria ser formulada de modo a manter o *status quo* – se quiser, a *Pax Americana* – no sistema internacional.

Como protagonistas do dissenso, tinha-se o Congresso, de um lado, e o poder Executivo de outro. George H. W. Bush era o então presidente dos EUA. Ele tinha servido na embaixada estadunidense na RPC e era um grande entusiasta da reaproximação com a RPC. Defendia que o caminho para a liberalização da RPC e a conformação da mesma com as regras e instituições internacionais viriam através do incremento do comércio internacional com a mesma, de modo que, apesar do ocorrido em Tiananmen, “este não é um momento para uma resposta emotiva, mas razoável e cuidadosa que leve em consideração tanto nossos interesses de longo prazo na relação sino-americana, quanto o reconhecimento da situação complexa que a China está vivendo internamente” (BUSH, 1989, tradução nossa).

No congresso, em contrapartida, encontravam-se legisladores advogando severas punições contra a RPC; estes defendiam que, como promotores da Democracia e do liberalismo no mundo, os EUA tinham o dever de punir ações tão sangrentas por parte do governo chinês contra sua própria população, que tiveram como objetivo conter o ímpeto democrático de parte da população chinesa.

Houve, então, um amplo apoio dos dois partidos no Congresso que demandava por punições severas contra a RPC e as violações empreendidas pelo governo desta contra sua própria população. As demandas punitivas se traduziram na tentativa de condicionar o título de Nação Mais Favorecida a RPC a melhorias nos direitos humanos na mesma. Desta forma, o título que garantiria taxas de importação iguais aos mesmos produtos, independente do país

⁴¹ Ironicamente, a China já foi considerada uma policial do mundo, juntamente aos EUA, Grã-Bretanha e à União Soviética, no pós-Segunda Guerra Mundial. (MAGNOLI; SENISE BARBOSA, 2013)

dos quais adviessem, só seria garantido à RPC caso esta se compromettesse, e efetivamente o fizesse, em respeitar e promover os direitos humanos no seu país.

Os que defendiam o condicionamento argumentavam que o comércio internacional só seria um meio de liberalização política e econômica da RPC se este fosse supervisionado. Que os EUA só deveriam manter relações mais cooperativas com um país se este apresentasse respeito aos valores caros aos estadunidenses – aqui, reside muito da mentalidade da Guerra Fria, bem como das ideias de excepcionalismo e de destino manifesto anteriores a mesma – quais sejam, a democracia e o liberalismo.

Como símbolo do apoio bipartidário amplo no Congresso, nas duas casas do mesmo, Dória (2016) pontua,

Dois projetos de lei, que tinham apoio bipartidário, no concernente a sanções contra a China foram vetados pelo presidente – ambos os projetos foram interrompidos em novembro de 1989. O primeiro votara por sanções econômicas contra a China. Após cinco meses de negociação entre a Casa Branca e o Congresso, este expôs o projeto de lei para votação, incluindo de última hora algumas cláusulas que eram inaceitáveis para Bush. O projeto foi aprovado com 418 – 0 votos na Câmara, e com uma margem semelhante no Senado estadunidense. O presidente Bush, entretanto, chamara-o de supérfluo e desnecessário, vetando-o [...] Entre 1989 e 1995, doze projetos de lei foram introduzidos no Congresso a fim de revogar ou condicionar o estatuto de MFN para a China; os autores apontam que, entretanto, a RPC não conseguia decifrar ao certo o que deles era requerido, dada as incoerências dentro dos partidos, o bipartidarismo e as demandas desuniformes da Casa Branca e do Capitólio. (DRURY e LI, 2006). Tendo em vista a abstração das demandas e do debate, a ameaça de condicionar o MFN à melhoria dos Direitos Humanos tornava-se menos crível e menos temida pela China (DORIA, 2016, p.43).

Em relação ao bipartidarismo – apontado por Drury e Li (2006) como um fator nebuloso na interpretação que a RPC deveria fazer dos projetos de lei, este parece impertinente. Ainda que durante o governo de George H. W. Bush as duas casas do Congresso fossem majoritariamente democratas, não o eram inteiramente – mesmo assim, um dos projetos de lei teve apoio unânime; dentre os que votaram na Câmara, 418 votaram favoravelmente e ninguém votou contrariamente. Desta forma, não parece ser uma questão bipartidária, quiçá seja uma questão de disputa entre os poderes Executivo e Legislativo; como já citado acima, Jordan Tama (2015) apontou ser este o caso nas três sanções analisadas pelo mesmo.

A insatisfação do Congresso acerca da PEE para a RPC durante o governo de George H. W. Bush (1989-1993), aparentemente era compartilhada pela população estadunidense – se o era, será visto no capítulo dois – quando então das campanhas às eleições presidenciais em 1992, a PEE para a RPC tornou-se um *hot-button electoral issue*. Entre os principais

candidatos encontravam-se, de um lado, George H. W. Bush concorrendo à reeleição pelo partido Republicado; de outro lado, Bill Clinton, candidato do partido Democrata.

Bill Clinton, em seu discurso aceitando a nomeação à candidato pelo partido Democrata, em 16 de julho de 1992, expressou sua visão para os EUA. Ele afirmou que empreenderá uma política em que,

Uma América que não mimará tiranos, de Bagdá a Beijing. Uma América que endossa as causas da liberdade e da democracia do Leste Europeu ao Sul da África – bem como no nosso hemisfério, no Haiti e em Cuba. O fim da Guerra Fria nos permitiu reduzir os gastos com defesa enquanto nos mantemos o país mais rico em defesa do mundo [...] (Clinton, 1992)⁴².

Uma vez eleito, Bill Clinton anunciou, em 1993, que condicionaria a concessão do título de Nação Mais Favorecida à República Popular da China a melhorias nos direitos humanos, nomeadamente: à proteção cultural do Tibete, ao cumprimento da Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas, à permissão da entrada da mídia internacional e ao tratamento adequado aos prisioneiros. Já em 1994, este retirou a condicionalidade, afirmando:

Eu decidi que os Estados Unidos da América devem renovar o status comercial de Nação Mais Favorecida à China [...] eu, portanto, não mais o associarei aos Direitos Humanos nas revisões feitas anualmente, quando decidimos caso concedê-lo ou não [...] nós teremos mais comércio. Nós teremos mais cooperação internacional. Nós teremos mais intensidade e constância no diálogo das questões de Direitos Humanos (CLINTON, 1994 apud LAMPTON 2002, p.45)⁴³.

Muitos estudiosos da relação sino-americana apontam que o viés cooperativo dos EUA para a RPC costuma ser visto a partir do segundo ano das presidências, que os presidentes tendem a assumir uma postura de crítica ao antecessor e, rigidez na PEE para a RPC no primeiro ano; entretanto, afrouxariam no ano seguinte. Como afirma Czin (2007, p.106), “Reagan assume a presidência criticando amplamente a abertura de Nixon à RPC, e Clinton havia criticado seu antecessor por ter mimado um regime que violava os Direitos Humanos”⁴⁴.

⁴² No original: “An America that will not coddle tyrants, from Baghdad to Beijing. An America that champions the cause of freedom and democracy from Eastern Europe to Southern Africa – and in our own hemispheres, in Haiti and Cuba. The end of the Cold War permits us to reduce defense spending while still maintaining the strongest defense in the world [...]” (CLINTON, 1992)

⁴³ I have decided that the United States should renew Most Favored Nation trading status toward China [...] I am moving, therefore, to delink human rights from the annual extension of Most Favored Nation trading status for China [...] We will have more trade. We will have more international cooperation. We will have more intense and constant dialogue on human rights issues. (CLINTON, 1994 apud LAMPTON 2002, p.45)

⁴⁴ No original: “Reagan came into office having harshly criticized Nixon’s overture to the PRC, and Clinton had criticized his predecessor for coddling a regime that abused human rights” (CZIN, 2007, p.106)

Em consonância com este ponto, o governo Clinton vem a definir a RPC como uma “aliada estratégica”, *strategic partner*. E, esta concepção guiaria a política externa estadunidense para a República Popular da China durante seu governo (1993 – 2001), no qual buscava desenvolver um engajamento construtivo (*constructive engagement*) na relação sino-americana.

Já em 1999, durante as primárias à campanha presidencial estadunidense, o então pré-candidato pelo partido Republicano, George W. Bush, em provocação à nomenclatura que norteou a PEE para a RPC do governo Clinton, afirmou que, se eleito, trataria à RPC como uma “competidora estratégica” (BUSH, 1999 apud CZIN, 2007). Um possível indicativo da veracidade das intenções de George W. Bush é que este, já em dezembro de 2000, antes de tomar posse, anunciou que teria como seu Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld – conhecido por defender políticas mais severas à RPC.

No entanto, uma vez já exercendo seu ofício como presidente, Bush se deparou com dois acontecimentos que viriam a transformar a PEE para a RPC. O primeiro seria a colisão entre os aviões chinês e o de espionagem estadunidense na ilha Hainan, no céu da região conflitiva do mar meridional chinês.

O piloto chinês morreu, já o avião de espionagem estadunidense, um EP-3, fez um pouso de emergência na ilha de Hainan. O avião dos EUA tinha decolado de uma base militar no Japão, em Okinawa, supostamente para um voo de rotina. O acidente elevou as tensões na relação sino-americana, pois o EP-3 era um avião de espionagem que continha informações sigilosas dos EUA e carregava equipamentos de vigilância. Por mais de dez dias, a tripulação estadunidense foi detida e interrogada pelo governo chinês (CZIN, 2007).

O segundo evento, poucos meses depois do incidente dos aviões, foram os atentados de 11 de setembro. Este viria a reformular toda a agenda de política internacional estadunidense, que passaria a ter como prioridade o combate ao terrorismo, na então proclamada Guerra ao Terror. Nesta toada, em entrevista, Aaron Friedberg (2019) sugeriu que talvez a PEE para a RPC tenha demorado tanto em endurecer – demorado, visto que para ele, esta deveria ter se enrijecido antes – devido à concentração dos esforços no combate ao terrorismo.

Ainda assim, a PEE para a RPC durante o governo Bush ficou conhecida pela interpretação do papel que os EUA deveriam cobrar da RPC, defendido pelo seu Secretário de Estado, Robert Zoellick, segundo o qual a República Popular da China deveria se comportar como “*responsible stakeholder*”. Isto é, Zoellick defendia que a RPC deveria arcar com os custos da liderança, sendo mais responsável e responsiva ao sistema internacional e suas

instituições – tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) e a OMC em mente. Caso contrário, esta continuaria crescendo às expensas da liderança estadunidense.

Bush só usou o termo em 2006, sendo que ele foi cunhado em 2005. Mesmo assim, falou simplesmente em “*stakeholder*”, eliminando o adjetivo controverso da expressão, visto que cobrar responsabilidade de alguém implica em acusá-lo de ser irresponsável. No mesmo dia, o então presidente da RPC, Hu Jintao, também se utilizou do termo “*stakeholder*”, acrescentando que os EUA e a RPC deveriam ser mais que isso, sendo também “*constructive partners*” (CZIN, 2007).

Já na administração de Barack Obama (2009 – 2017), a política externa estadunidense para a República Popular da China foi caracterizada como de *re-balanceamento* (*rebalancing*). Como o nome sugere, esta objetivava tornar a balança de poder na região Ásia-Pacífico mais favorável aos EUA. Para tanto, aumentar-se-ia a presença militar dos EUA na região, bem como incrementar-se-ia as relações de aliança na mesma – com o Japão, por exemplo, com a Austrália, as Filipinas.

A implementação desta estratégia foi fundamentada na constatação da Casa Branca, de que a região Ásia-Pacífico passava a ser o centro de gravidade político e econômico do mundo. Os EUA deveriam, portanto, achar seu pivô (*pivot*) na mesma, isto é, seu eixo central ao redor do qual os demais rodariam (GALACE, 2016).

Ainda que com notáveis diferenças retóricas, tanto a prática da PEE do governo Bush (2001-2008) quanto a do governo Obama (2009-2017) podem ser caracterizadas como *hedging strategy*⁴⁵. Este termo, apropriado do mercado financeiro, significa que o Estado busca mitigar seus riscos aumentando as estratégias adotadas ou mesmo implementando estratégias relativamente divergentes ao mesmo tempo.

Desta forma, ao mesmo tempo em que aumentou o engajamento comercial com a RPC, aumentou a presença militar na região Ásia-Pacífico e se incrementaram as relações de aliança na mesma. No caso da administração Obama, apesar de ter firmado um acordo climático em 2015 com o então presidente chinês, Xi Jinping, foi a administração que abriu o maior número de contenciosos contra a RPC na OMC.

Haveria ocorrido, *em certa medida*, um direcionamento comum durante os anos Bush e Obama, no que tange a PEE para a República Popular da China. Já no atual governo Trump,

⁴⁵ “Appropriated from the financial world, the basic assumption is that hedging means a state spreads its risk by pursuing two opposite policies towards another state. In international relations, states carry out two contradictory policy directions simultaneously: balancing and engagement. A state prepares for the worst by balancing – maintaining a strong military, building and strengthening alliances – while also preparing for the best and engaging – building trade networks, increasing diplomatic links, and creating binding multilateral frameworks. U.S. behavior towards China easily fits into both of these extremes.” (HEMMINGS, 2013, p. 1)

há uma guinada e uma intensificação do viés competitivo na relação sino-americana. Já em dezembro de 2017, o governo anunciou seu relatório *National Security Strategy*, no qual afirmava que os EUA estavam entrando em uma nova era de competição com grandes potências. O relatório classificou a RPC tanto como uma potência revisionista (*revisionist power*) quanto como uma competidora estratégica (*strategic competitor*). Desta forma, o relatório entende que a RPC teria como intenção rever a estrutura do sistema internacional, de modo a prejudicar tudo o que foi arquitetado pelos EUA – as instituições, os valores (ZHAO, 2019).

Minghao Zhao (2019) aponta que além do relatório acima citado, em 2018, o Departamento de Defesa dos EUA afirmou, no sumário do *National Defense Strategy*, “que o desafio principal enfrentado pelo Pentágono (*Pentagon*) era como os EUA lidariam e tratariam o retorno da competição estratégica com a China e outros Estados rivais” (NATIONAL DEFENSE STRATEGY, 2018 apud ZHAO, 2019, p.372).

Além das indicações dos documentos oficiais, que certamente caracterizam as diretrizes de política externa que um governo implementa, muitos analistas notam na prática da mesma, da PEE durante o governo Trump, uma inclinação maior, ou melhor, uma maior propensão a entrar em conflitos regionais com a RPC – isto da perspectiva da academia chinesa, ainda que alguns autores estadunidenses alertem para tal também, ressaltando ser indesejável uma política que se pautem em orientações ideológicas.

Dois traços da PEE durante o governo Trump são indicativos da medida na qual o peso da mesma foi repousado sobre a vertente da competição. Primeiro, a guerra comercial travada por este contra a RPC. Esta tem sido respondida fortemente por Xi Jinping, em uma quebra de braços que parece não ter fim – as consequências da mesma no comércio entre os países já são notadas, e logo se visualizará também no comércio internacional. Em segundo lugar, a interação entre a iniciativa chinesa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative, BRI*) e a estratégia estadunidense Indo-Pacífica (*Indo-Pacific Strategy, IPS*).

Tanto a guerra comercial quanto a IPS podem ser entendidas como tentativas dos EUA de re-balancear a região Ásia-Pacífico a seu favor, custe o que custar. Neste ponto reside a maior diferença com o governo Obama. O governo Trump tem se mostrado disposto a arcar com os custos de uma política mais agressiva em torno da RPC a fim de manter a primazia estadunidense no mundo.

Os ânimos estão tão aflorados na relação sino-americana que um *tweet* de Daryl Morey, gerente geral da equipe de basquete *Houston Rockets*, no qual este expressava apoio às manifestações de Hong Kong – que já duram mais de cinco meses – desencadeou um

impasse entre os dois países. A postagem foi rapidamente excluída, pois a mesma gerou inconformidade no governo chinês, que se viu perplexo com a audácia de estrangeiros em quererem interferir em questões que só concerniriam à RPC.

Desde então, tanto Daryl Morey quanto o dono do time *Houston Rockets* tentaram se explicar, a fim de mitigar os danos. A NBA – *National Basketball Association* – se manifestou duas vezes, pedindo desculpas pelo ocorrido. No entanto, a partir do momento que o fez, o incidente se tornou sensível aos estadunidenses também. Muito congressistas de ambos os partidos declararam indignação com o pedido de desculpas, alegando que a liberdade de expressão não deveria ser cambiada, relativizada por interesses comerciais – dado que a RPC é uma das grandes patrocinadoras das equipes de basquete dos EUA.

Em suma, esta seção ressaltou os principais elementos da PEE de 1989 até a atualidade, que evidenciam as continuidades e mudanças ocorridas na mesma no referido período. Além disso, buscou-se constatar que, através da formulação e prática da PEE para a RPC, pode-se notar que a República Popular da China é, no mínimo, encarada como um desafio à hegemonia estadunidense. Mais recentemente, pode-se até dizer que é vista como uma ameaça, pelo menos no que concerne a região Ásia-Pacífico e a balança de poder na mesma.

Sendo assim, far-se-á em seguida um breve resumo de tudo já exposto para então avançar na análise das pesquisas de opinião e, finalmente, acessar como a opinião pública – entendida como a maioria expressa em pesquisas de opinião – se posiciona em relação aos tópicos já ressaltados, e mais amplamente, em relação à RPC.

***BETTER BE GODZILLA THAN BAMBI X MAKE MONEY, NOT WAR*⁴⁶: RETOMANDO OS ARGUMENTOS PRINCIPAIS**

Equally important, after Tiananmen, the bilateral relationship *lost its insulation from domestic politics*. In the United States, President George H. W. Bush found his China policy directly challenged by congressional Democrats, as President Bill Clinton's was by congressional Republicans (SUETTINGER, 2003, p.5, grifo nosso).

Nesta citação, dois pontos merecem destaque. Primeiro, o de que a polarização em torno da relação sino-americana se daria, predominantemente entre os poderes legislativo e executivo dos EUA – ainda que Suettinger (2003) pareça acreditar que os partidos são polarizados, uma vez que afirma ‘Congresso democrata’, e ‘Congresso republicano’, dando

⁴⁶ Expressões usadas no já citado debate entre Brzezinski e Mearsheimer (FOREIGN POLICY, 2005).

peso à composição do Congresso no aumento de dissenso entre Executivo e Legislativo. Segundo, o de que o massacre em Tiananmen jogou um holofote na relação sino-americana, crescendo com isso, o interesse doméstico, nos EUA, pela mesma.

Na seção seguinte, poder-se-á visualizar se o mesmo pode ser dito em relação à opinião pública estadunidense, se esta encara a relação sino-americana como uma questão saliente, como supõe a primeira hipótese deste trabalho. Além disso, poder-se-á testar a segunda hipótese desta dissertação, qual seja, a de que os estadunidenses não variam em suas avaliações e crenças sobre a relação sino-americana a depender do partido com o qual se identificam.

Para testar as duas hipóteses, serão utilizadas principalmente as pesquisas de opinião da Pew Research Center, da Gallup Poll e da Chicago Council on Global Affairs, feitas entre 1991 e 2019, período estudado nesta dissertação. Em relação à hipótese de saliência, ter-se-ão como indicadores a porcentagem de entrevistados que respondem “não sei” ou “sem opinião”; bem como se existe escassez de *surveys* que abordam a relação sino-americana, ou a RPC mais especificamente; e, por fim, se aumentou o número de perguntas que aborda a RPC nas pesquisas.

No concernente à hipótese de bipartidarismo, testar-se-á, através dos *surveys*, se os posicionamentos mais favoráveis, bem como os não favoráveis, em torno da RPC, estariam vinculados à identificação partidária. Isto é, se o fato de alguém identificar-se como Republicano ou Democrata faria com que esta pessoa fosse mais propensa a aderir a um dado posicionamento em relação à RPC. O suposto mantido nesta dissertação é de que não, mas ver-se-á se as pesquisas de opinião sustentam esta hipótese.

Vale relembrar que tanto a literatura de Relações Internacionais como a formulação da política externa estadunidense para a RPC são palcos de muito dissenso. Por um lado, há os que advogam por uma política mais rígida, estes entendem o crescimento econômico da RPC como uma ameaça, ou pelo menos um desafio; respaldam-se no conceito de balança de poder, de uma possível nova guerra fria, do déficit comercial estadunidense em relação à RPC, do crescente investimento chinês em capacidades militares, da RPC ser um regime não democrático, do desrespeito da mesma aos Direitos Humanos, da não conformação da mesma às instituições internacionais e às regras das mesmas – para citar somente alguns dos fatores que sustentam esta linha argumentativa.

Por outro lado, há os que defendem que carregar o debate de termos ideológicos e alertar para os riscos de uma nova guerra fria é absolutamente indesejável, sendo esta a

verdadeira ameaça, e não o crescimento econômico da RPC. Ressaltam que o sistema internacional contemporâneo não é o mesmo do que existiu na Guerra Fria.

Em anos recentes, a noção de uma segunda Guerra Fria no horizonte, desta vez entre os Estados Unidos da América e a China, ganhou adeptos. Já em 1996, o acadêmico estudioso da RPC, David Shambaugh alertou para a deterioração na relação sino-americana, no artigo “The United States and China: A New Cold War?” Ano passado, o analista da Guerra Fria, Graham Allison, professor na Harvard Kennedy School, alertou para uma “nova guerra fria”, e artigos publicados na *The Economist*, *Foreign Policy*, *the Washington Post*, e por toda a mídia *mainstream* vem inflando esta narrativa. Mas o paradigma da Guerra Fria não é o melhor caminho para entender o cenário estratégico atual (MARSTON, 2019, p.1)⁴⁷.

Em continuação, Marston (2019) argumenta que os conflitos em torno de questões de segurança–insegurança na região são, atualmente, muito mais brandos do que o eram no período da Guerra Fria. Além disso, os *middle powers countries* tem hoje muito mais agência e, portanto, participação nos conflitos regionais, não estando à serviço de uma ou outra potência. Ele ilustra este argumento com a região do sudeste asiático, pontuando que esta estava no centro das *guerras quentes* no período da Guerra Fria. Ainda que atualmente também estejam no berço da disputa por influência entre os EUA e a RPC, a dinâmica hoje seria muito distinta.

Além dos pontos ressaltados por Marston (2019), vale lembrar que a relação sino-americana é muito diferente de como se constituía a relação entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Os EUA e a RPC estão muito mais interligados comercialmente; não existe hoje a formação de blocos antagônicos, ou de um dos não alinhados. Enquadrar a competição entre os EUA e a RPC como uma nova Guerra Fria é motivado por interesses⁴⁸.

Em suma, nesta subseção ressaltaram-se os principais pontos expostos até aqui a fim de consolidar o entendimento de quais são os nortes (ou suís) desta orientação. No próximo capítulo analisar-se-ão as pesquisas de opinião, buscando compreender como a opinião pública estadunidense acessa/avalia/enxerga a RPC. No final do próximo capítulo, traçar-se-á um paralelo entre os achados do mesmo e se estes estão de acordo com a PEE para a RPC, bem como qual é a literatura de RI que mais coincide com esses achados.

⁴⁷ No original: “In recent years, the notion of an emerging second Cold War, this time between the United States and China, has gained credence. As early as 1995, China scholar David Shambaugh warned of deteriorating relations in an article titled, “The United States and China: A New Cold War?” Last year, Cold War analyst Graham Allison, the Douglas Dillon professor of government at the Harvard Kennedy School, warned of a “new cold war,” and articles published in the *Economist*, *Foreign Policy*, the *Washington Post*, and across the mainstream media have built on this narrative. But the Cold War paradigm is not the best way to understand today’s strategic landscape” (MARSTON, 2019, p.1).

⁴⁸ Para uma visão distinta, ver: Stephen M. Walt (2019).

3. DOS RETRATOS DE MAO PINTADOS POR WARHOL A TANQUES EM TIANANMEN: O DRAGÃO INTERPRETADO PELA ÁGUA

Para liberar o século em cadeias
 Para dar início ao novo mundo
 É preciso a flauta reunir
 Os joelhos nodosos dos dias

Mas está fraturado o teu dorso
 Meu estupendo e pobre século
 Com um sorriso insensato
 Como uma fera um tempo graciosa
 Tu te voltas para trás, fraca e cruel
 Para contemplar as tuas pegadas.

O século – Óssip Mandelstam (1923 apud Agamben, 2009)

A atmosfera intelectual e imaginativa do mundo em uma certa *era* – palavra título do poema acima referenciado, em outra tradução – predispõe muito a maneira como os indivíduos que a vivem pensam. “Tu te voltas para trás”, esta atmosfera é permeada por vivências e expectativas – “para contemplar as tuas pegadas”; de modo que o passado e o futuro só existam no presente, através das narrativas que absorvemos e das narrativas que queremos formar.

O Contemporâneo de Giorgio Agamben (2009) seria um ser, ou ainda uma sociedade, que mesmo que fruto do seu tempo, não estivesse aprisionado pelo mesmo, de modo que a percepção de realidade não fosse restrita ao *Zeitgeist*. Como o sentido dos trechos do poema de Manoel de Barros (1996), segundo o qual “o olho vê, a lembrança revê e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo”. Através deste neologismo, o poeta dá o tom do Contemporâneo de Agamben, aquele que nota que o espírito do tempo é este mesmo percebido através de construtos sociais, não existindo, portanto, sem adeptos.

Todas essas elucubrações para dizer que mais do que a realidade, o que nos move é a nossa percepção da mesma, ancorada no espírito de nosso século, aprisionada nas janelas discursivas às quais aderimos. “Mas está fraturado o teu dorso/ Meu estupendo e pobre século” – se os EUA enxergam o crescimento econômico da República Popular da China como uma ameaça à hegemonia estadunidense, estes pressupõem a um só tempo serem hegemônicos e estarem em declínio, suas fraturas. Se em outro século, no século XX, os EUA assistiram à própria ascensão; o espírito do tempo, receia-se, veio agora anunciar sua derrocada.

E a ameaça da vez – não sem razão – seria o crescimento econômico da RPC. Esta, no entanto, é mais escorregadia e opaca que as anteriores. Difere da União Soviética, no contexto

da Guerra Fria; difere da Guerra ao Terror; difere da Guerra às drogas; difere do crescimento econômico do Japão e do enquadramento do mesmo como uma ameaça nos anos 1980.

Difere de todos estes, pois o crescimento econômico da RPC se dá em um sistema internacional sem blocos definidos – sem a *estabilidade*⁴⁹ da bipolaridade durante a guerra fria; constitui-se agora em um sistema no qual existe uma luta constante das grandes potências mundiais por incremento de influência, com isso de legitimidade; e ainda, enquadrar um país como ameaça, personifica-a, é diferente de declarar guerra a um conceito, como o do terrorismo⁵⁰.

Além disso, distingue-se por se dar em um contexto que apresenta crescentes níveis de interdependência entre os países, não sendo este diferente entre os EUA e a RPC. Ainda que assimétrica, a relação sino-americana é uma relação de interdependência. De maneira que, impedir o crescimento econômico da RPC – ou advogar por fazê-lo como alguns acadêmicos e *policymakers* o fazem – obstrui juntamente a capacidade de crescimento estadunidense – econômico e político no sentido de possível perda de legitimidade internacional, já que aqueles que se veem afetados pelo acirramento do viés competitivo entre os EUA e a RPC podem responsabilizar os EUA por tê-lo feito e, com isso, ressentir-lo. Acerca disso falar-se-á na subseção panorama internacional adiante.

Tendo traçado o espírito deste século e como os EUA se veem no mesmo, concomitantemente como o crescimento econômico da RPC é percebido nos olhos burocráticos e políticos da águia, analisar-se-á agora se a opinião pública estadunidense segue também esta *mentalidade hegemônica* segundo a qual a RPC é uma ameaça aos EUA. Mais amplamente, ver-se-á, através das pesquisas de opinião, como a opinião pública estadunidense – entendida pela maioria expressa em *surveys* – percebe a RPC.

Para tanto, este capítulo dois será dividido em três partes, nomeadas de visão panorâmica pelos olhos da águia: a inserção dos EUA no mundo; olhando o mundo através do próprio voo: o anseio da águia pela domesticação do dragão; e, por fim, panorama internacional: o dragão vis-à-vis a águia. Isto porque, tanto a primeira quanto a terceira tratarão de esferas mais ampliadas da opinião pública. Na primeira, abordar-se-á como os estadunidenses entendem que devem se inserir no mundo; na terceira, como a população mundial – entendida como os 133 países entrevistados pela Pew Research Center (2019c) –

⁴⁹ Importante ressaltar que estabilidade não se traduz em paz, mas ausência de mudanças estruturais sistêmicas. Waltz (1979).

⁵⁰ O termo *terrorismo* surgiu em 1798 como referência ao período da Revolução Francesa conhecido como reinado do terror (CEPIK, 2001). Só nos EUA, existem mais de seis definições do mesmo, cada departamento ou órgão governamental o define de uma maneira.

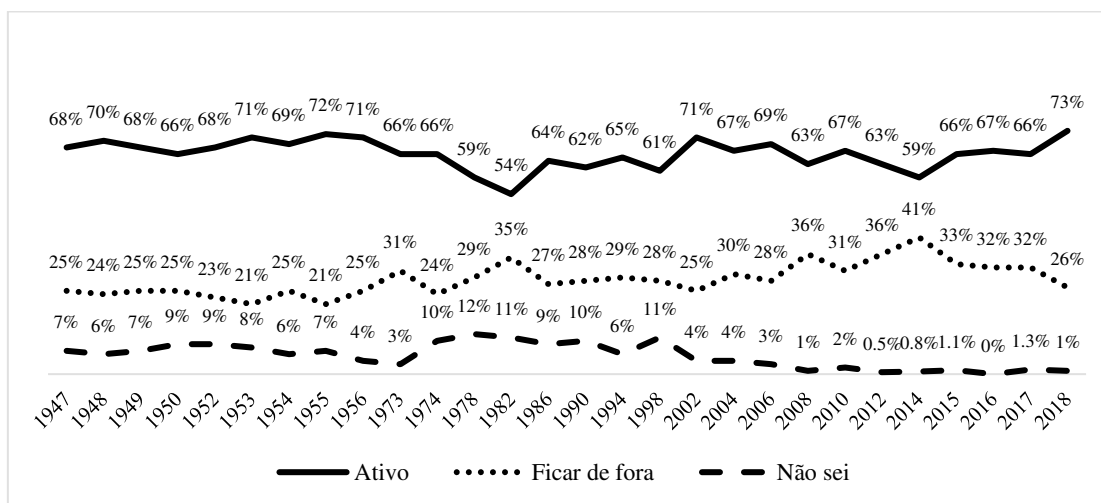
enxerga os EUA e a RPC, buscando entender se a simpatia por um implica em antipatia pelo outro e, ainda, se a RPC vem ganhando legitimidade como ator internacional. Já a segunda seção abordará a esfera *sui generis* da relação sino-americana, de *como* a opinião pública estadunidense enxerga a RPC.

3.1 VISÃO PANORÂMICA PELOS OLHOS DA ÁGUIA: A INSERÇÃO DOS EUA NO MUNDO

A pergunta que abre e norteia esta subseção é, “Você acredita que será melhor para o futuro do nosso país [Estados Unidos da América] se nós tivermos um papel ativo nas questões internacionais ou se ficarmos fora das mesmas?⁵¹” Esta pergunta é feita desde 1947 e os índices mais baixos de respondentes que afirmaram ser desejável um papel ativo no mundo situam-se em 1982 e 2014, com 54% e 58.6% respectivamente.

Ainda que generalista, essa pergunta diminui a força do argumento segundo o qual os estadunidenses teriam um viés isolacionista, acentuado com o final da Guerra Fria e com as sucessivas *falhas* na PEE – Iraque, Afeganistão, par citar somente alguns. Derruba a noção de desejo isolacionista por duas razões. Uma, por demonstrar que historicamente a maioria defende que um papel ativo nas relações internacionais seja mais benéfico ao futuro dos EUA; e outra, por ter um índice muito baixo de entrevistados que negam responder ou alegam não saber. Como mostrado no gráfico abaixo.

⁵¹ Wording: Do you think it will be best for the future of the country if we take an active part in world affairs or if we stay out of world affairs?

Gráfico 1– Papel dos EUA no Mundo⁵²

Fonte: Adaptação de Chicago Council on Global Affairs, 2018.

Porém, o que especificamente significaria ficar de fora ou ser ativo? Pode-se traduzir “ficar de fora” como um ideal isolacionista? Ao mesmo tempo, ser ativo supõe um ímpeto unilateralista? Não e não. No último relatório de 2019, a Chicago Council pôs amiúde os significados de ter um papel ativo e os de “ficar de fora”.

Os entrevistados que optaram pela resposta “ficar de fora” argumentaram que levam em consideração os custos de empreender uma política externa mais ativa. Como declarou um respondente: “As intervenções estadunidenses provaram criar mais instabilidade que estabilidade nas regiões que ocorreram, jogando no lixo os três trilhões de dólares gastos em intervenções no Oriente Médio” (CHICAGO COUNCIL, 2019, p.14).

Além disso, não demonstram um viés isolacionista pois somente dois a cada dez entrevistados que optaram pela alternativa “ficar de fora” também escolheram como alternativa à outra pergunta que os EUA não deveriam exercer qualquer tipo de liderança mundial. Estes representam somente 6% da amostra geral.

Resumidamente, os que optam por “ficar de fora” demonstram que preferem que a inserção dos EUA no mundo se dê através da diplomacia e do comércio – meios menos custosos aos EUA, de modo que seu governo possa investir mais em questões domésticas como a pobreza, as relações raciais, a reconstrução de infraestruturas, dentre outras mazelas elencadas pelos entrevistados.

Em contrapartida, os que optam pelo papel mais ativo no mundo são a favor de um maior engajamento dos EUA nas questões internacionais, não limitado ao *water's edge*. Estes

⁵² Alguns percentuais foram arredondados, a fim de melhor serem visualizados no gráfico. Por exemplo, em 2014, 58.6% afirmaram ser desejável uma inserção ativa dos EUA no mundo, no gráfico este percentual foi arredondado para 59%.

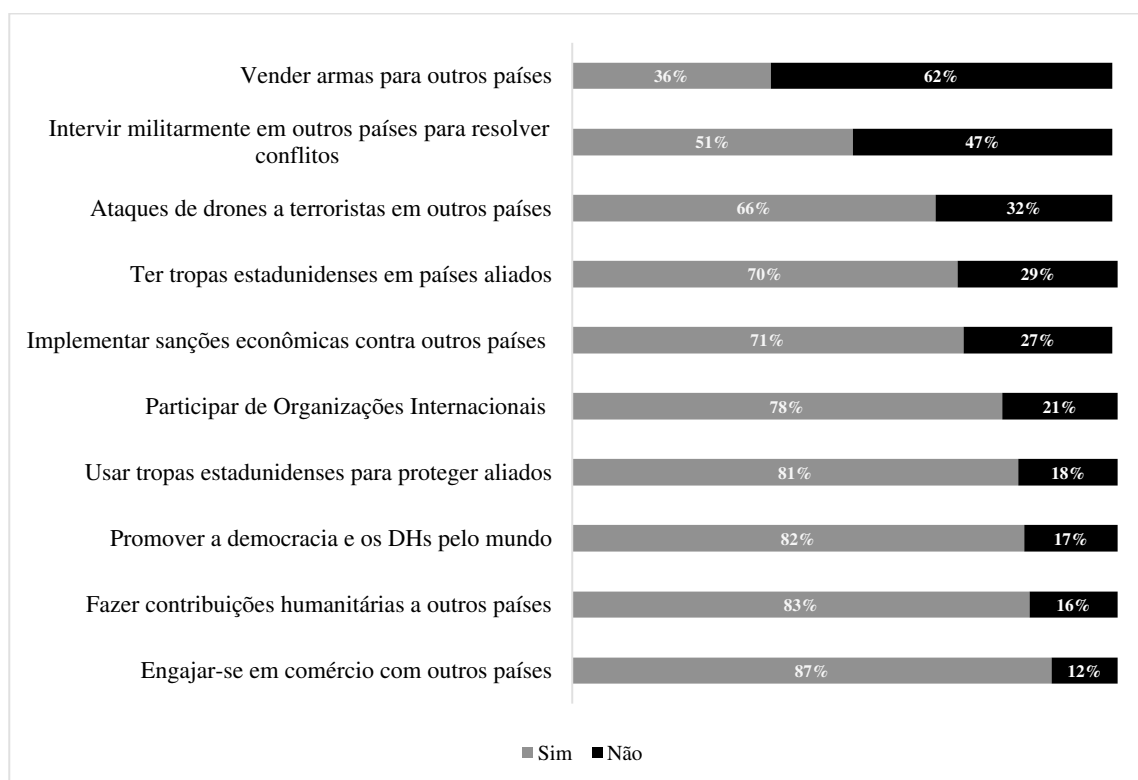
também defendem a inserção através do comércio e da diplomacia, no entanto, vão além das mesmas e adentram nas esferas militar, econômica e humanitária: defendendo o posicionamento de tropas estadunidenses em regiões estratégicas; bem como atacar com *drones* suspeitos terroristas em outros países; além de promover a democracia e os direitos humanos ao redor do mundo; e também de impor sanções econômicas – para citar somente alguns.

A única opção que tanto os que desejam como os que não desejam uma inserção internacional mais ativa dos EUA rechaçam seria a venda de armas para outros países. A respeito desta, é interessante pensar em Taiwan e na estratégia ambígua adotada pelos EUA em torno da mesma: ao mesmo tempo que o acordo firmado com Taiwan em 1979 – *Taiwan Relations Act* – permite a venda de armas para Taiwan sob o arcabouço de ser uma questão de segurança, tem-se o acordo firmado com a República Popular da China em agosto de 1982 – *EUA–RPC Joint Communiqué* – segundo o qual os EUA diminuiriam a venda de armas para Taiwan (WEI-CHIN LEE, 2000).

Desde então, os EUA procuraram justificar a venda de armas para Taiwan argumentando que a mesma é feita puramente por interesses econômicos estadunidenses, e não necessariamente para munir Taiwan de armas que pudessem ser usadas na demanda por independência da *mainland China*, da República Popular da China.

Por fim, como é argumentado no relatório da Chicaco Council de 2019,

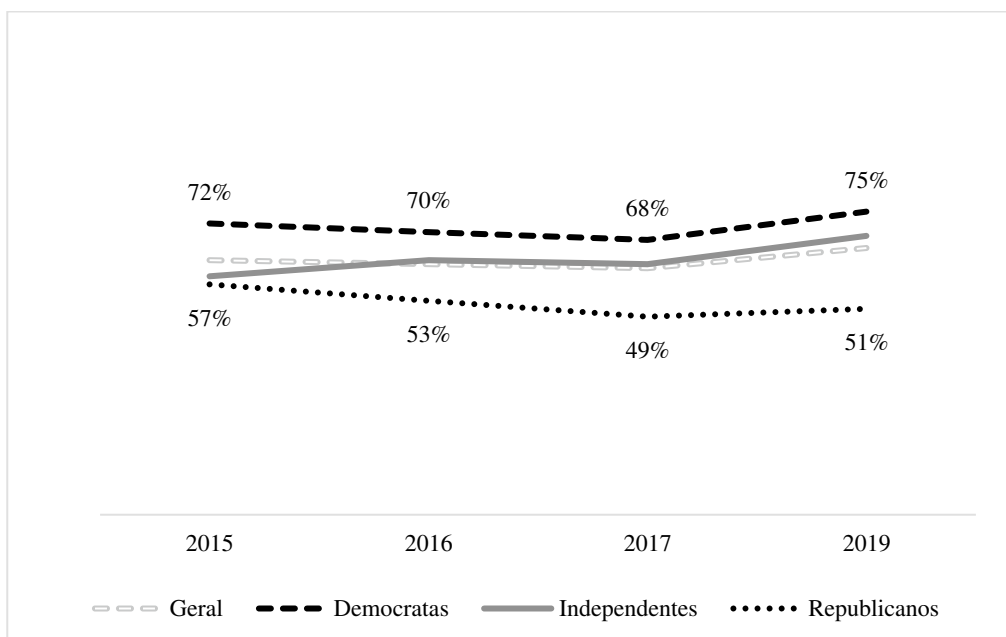
A visão de que os estadunidenses estariam exauridos do exercício da liderança global e dos custos vinculados ao mesmo ganhou força entre os especialistas em política externa de Washington. Estes argumentam que após a inserção no Iraque e outros desastres da política externa estadunidense, os votantes estariam exaustos de exercer a liderança global, estando ativamente hostis a elementos-chaves da política externa estadunidense das últimas décadas. Historiadores como Robert Kagan afirmam que o isolacionismo, protecionismo e os sentimentos anti-imigração estão ganhando força entre os estadunidenses, ajudando a explicar a eleição de Donald Trump à presidência. Kagan, juntamente com o conselheiro de política externa do governo Obama, Antony Blinken, declararam que a política “*America First*”, ou seu parente próximo, a contenção, é amplamente popular em ambos os partidos [...] Pode até ser verdade que os estadunidenses estão procurando uma nova maneira de compreender o mundo e o lugar dos EUA no mesmo. Porém, mesmo após décadas em guerra, de uma crise financeira obscura, e de novos desafios postos ao poder estadunidense, a opinião pública dos EUA – independentemente de identificação partidária – não quer se recolher do mundo (CHICAGO COUNCIL, 2019, p.9).

Gráfico 2 – O que inclui em Inserção Ativa dos EUA no Mundo?

Fonte: Adaptação de Chicago Council on Global Affairs, 2019.

Nesta toada, foi perguntado à opinião pública estadunidense que tipo de liderança esta acredita que os Estados Unidos da América deveriam exercer no mundo hoje: uma liderança dominante, ou seja, unilateral; uma liderança compartilhada; ou ainda, se não deveria exercer liderança alguma⁵³. Esta pergunta foi feita pela primeira vez em 2015, e ao contrário da pergunta anterior, na qual questionava o tipo de inserção que a opinião pública estadunidense acreditava ser melhor para o futuro do seu país; nesta, do tipo de liderança, encontrou-se influência da identificação partidária nas respostas. Como mostra o gráfico abaixo.

⁵³ Wording: What kind of leadership should the United States play in the world? Should it be the dominant leader, or should it play a shared leadership, or should it not play any leadership role at all?

Gráfico 3 – Liderança Compartilhada (%)

Fonte: Adaptação de Chicago Council on Global Affairs, 2019.

Como exposto no gráfico 3, aumentou o percentual de democratas e de independentes que acreditam que uma liderança compartilhada seja a melhor maneira de os EUA exercerem seu poder na esfera internacional enquanto diminuiu o de republicanos que defendem o mesmo. Estes, crescentemente, afirmaram que os EUA devem agir unilateralmente no exercício da sua liderança mundial.

É interessante notar esta tendência mais ampla de democratas e independentes de entenderem os vetores multilaterais do exercício de liderança como possível fonte de abrandamento dos ímpetus competitivos nas relações entre grandes potências, compartilhando com isso também as responsabilidades de exercer liderança no mundo – logo, os gastos. Enquanto que, apesar dos dispêndios de agir unilateralmente, os republicanos crescentemente entendem que seja desejável fazê-lo, com o intuito de reafirmar que os EUA são o *hegemon* e, portanto, *podem* arcar com os custos e usufruir das benesses de sê-lo.

A pergunta sobre se os EUA deveriam ter um papel mais ativo ou não nas questões internacionais delineou alguns traços de quais políticas externas eram preferidas por cada grupo, ou seja, por aqueles que defendiam uma inserção mais ativa e pelos que não o faziam. Introduzindo a racionalidade para um questionamento que passaria a ser posto nas pesquisas em 1978, a dizer: quais seriam os objetivos de política externa mais defendidos pela

população⁵⁴. Dentre eles, listam-se: promover e defender os direitos humanos em outros países; reduzir nosso déficit comercial com países estrangeiros; manter nossa superioridade militar no mundo; proteger os empregos dos estadunidenses; ajudar a levar regimes democráticos para outros países; manter nossa superioridade econômica no mundo.

Algumas observações são cabíveis. Primeiro, existem outras opções de política externa elencadas nas pesquisas de opinião, entretanto as aqui expostas são as que encontram mais adeptos e as que mais se relacionam com a visão da opinião pública estadunidense no concernente à RPC – como será mostrado na próxima subseção. Segundo, algumas opções são mais recentes; enquanto o objetivo de “manter e assegurar os empregos dos estadunidenses” é incluído nas *surveys* desde 1978, o de “manter nossa superioridade econômica” só aparece nas pesquisas em 2016.

A respeito do último ponto é interessante notar o ano em que ele aparece, 2016. Neste mesmo ano, deu-se a vitória de Trump à presidência sob a *motto America First*⁵⁵, prometendo manter o emprego dos estadunidenses e lutar contra as injustiças do comércio internacional. Em conformidade com este discurso e precedendo a vitória do atual presidente estadunidense, as pesquisas já apontavam algumas tendências.

Em primeiro lugar, quando perguntados sobre o que importa mais na definição de poder de um país – as capacidades militares ou as econômicas⁵⁶; em 2016, 70.5% dos entrevistados disseram que as econômicas, contra 28.2% que afirmaram serem as militares. Em segundo lugar, quando perguntados em 2011, se preocupavam-se mais com a força econômica ou a militar da RPC, 60% dos estadunidenses responderam que com a força econômica contra 27% respondendo a militar. Ainda, a crise de 2008 tardou, mas não falhou em ampliar as perspectivas de declínio econômico entre os estadunidenses⁵⁷. Sendo assim, perceber-se declinando ao mesmo tempo que outro está ascendendo implica em um acirramento dos ânimos competitivos e enquadramento da relação sino-americana sob as égides do medo e da ameaça (CHICAGO COUNCIL, 2019; GALLUP POLL, 2019a).

Este acirramento viria acompanhado de outras indignações que os estadunidenses nutrem em se tratando da RPC. Mais especificamente, a vinculação que fazem entre a

⁵⁴ Wording: I am going to read a list of possible foreign policy goals that the United States might have. For each one, please, say whether you think that it should be a very important foreign policy goal of the United States, a somewhat important foreign policy goal, or not an important goal at all.

⁵⁵ Este lema pode ser interpretado como contendo um ímpeto isolacionista. Entretanto, se o faz, não é acompanhado pelas expectativas da população estadunidense (CHICAGO COUNCIL, 2019).

⁵⁶ Wording: Which of the following do you think is more important in determining a country's overall power and influence in the world – a country's economic strength, or its military strength?

⁵⁷ Se observarmos o índice de confiança econômica feito pela Gallup Poll, em 2008 este atinge seu vale histórico, sendo -72. A título de comparação, em 2004, este era +24. (GALLUP POLL, 2019a)

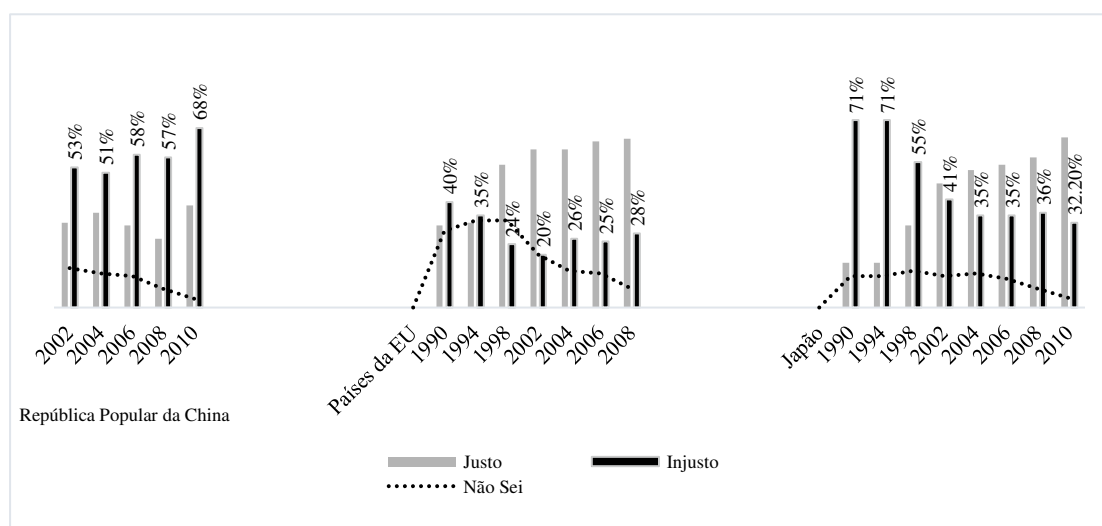
globalização e a diminuição de empregos dos estadunidenses⁵⁸, guiados pela lógica de que a RPC estaria melhorando seus indicadores econômicos através do comércio internacional e de práticas injustas no mesmo.

Esta visão seria ancorada em dois elementos: um, o de que a RPC desvaloriza artificialmente o renminbi favorecendo as exportações chinesas; dois, que na relação comercial com a RPC, os EUA são deficitários – em parte, dizem os estadunidenses, o déficit se deveria às desvalorizações artificiais da moeda chinesa.

O controle da valorização/desvalorização do renminbi por parte do governo chinês é recorrentemente fruto de debate e politização, refletido no número de artigos que se produzem na área de Economia Política Internacional, abordando o declínio da hegemonia do dólar vis-à-vis a ascensão do renminbi no mercado financeiro internacional⁵⁹, ou mesmo o papel do controle artificial empreendido pelo governo chinês, sem, no entanto, significar o declínio da moeda estadunidense.

Como mostra o gráfico 4 – no qual pode-se comparar como os estadunidenses veem as relações comerciais dos EUA com os países da União Europeia (UE), com o Japão e com a República Popular da China – a opinião pública estadunidense crescentemente vê na relação comercial sino-americana uma fonte de injustiça. O comércio sino-americano favoreceria mais a RPC em detrimento dos EUA.

Gráfico 4 – Prática Comércio Justo ou Injusto (%)⁶⁰



Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2010.

⁵⁸ Overall, which do you think is more responsible for the decline in American manufacturing employment? International trade, moving jobs overseas, 56.7%; Automation, replacing workers with machines, 41.3%; refused, 2.1% (CHICAGO COUNCIL, 2017).

⁵⁹ Ver mais em Susan Strange (1987).

⁶⁰ Wording: In general, do you think that the following countries practice fair or unfair trade with the United States? – a pergunta foi feita em relação ao Japão, à União Europeia e à República Popular da China.

Alguns dados do gráfico acima valem ser evidenciados. Primeiro, é interessante fazer a comparação entre os países da UE, o Japão e a República Popular da China e como o comércio com os três é avaliado pelos estadunidenses em sendo justo ou injusto. No tangente aos países da UE, é interessante notar os altos índices de respondentes que preferem não se posicionarem, respondendo “não sei”, tendo seu ápice em 1994 e 1998 quando 33% responderam “não sei”.

Além disso, a porcentagem mais alta de respondentes que consideraram que os países da UE praticavam o comércio injustamente foi de 40%, caindo já para 5% na pesquisa posterior. Ainda, os *surveys* não incluíram os países da União Europeia em 2010 – ressaltando a ideia do predomínio da visão favorável dos estadunidenses para com a mesma.

Em contrapartida, se pensarmos no Japão, os números são mais expressivos. Vale lembrar que durante os anos 1980 o que se nota hoje na relação sino-americana – guardadas as proporções dos contextos histórico-político e econômico – era visto na relação nipo-americana. Isto é, o crescimento econômico do Japão era tido como uma possível ameaça aos EUA – como será mais aprofundado na próxima subseção. De modo que, esta perspectiva fosse correspondida pelas pesquisas de opinião.

Ainda em 1990 e em 1994, 71% dos estadunidenses viam as práticas comerciais japonesas para com os EUA como injustas. Já em 2002, somente 32.2% as viam desta maneira. Além disso, o percentual de entrevistados que optaram pela alternativa “não sei” é muito menor, sendo 3.5% em 2010. Isto demonstra uma clareza muito maior no posicionamento que assumem em relação ao Japão – se comparados a UE – bem como, um interesse maior na relação (*issue attention*). Comportamento previsto pelo indicador de saliência, que supõe que quão mais saliente uma questão, menor será o percentual de respondentes “não sei”.

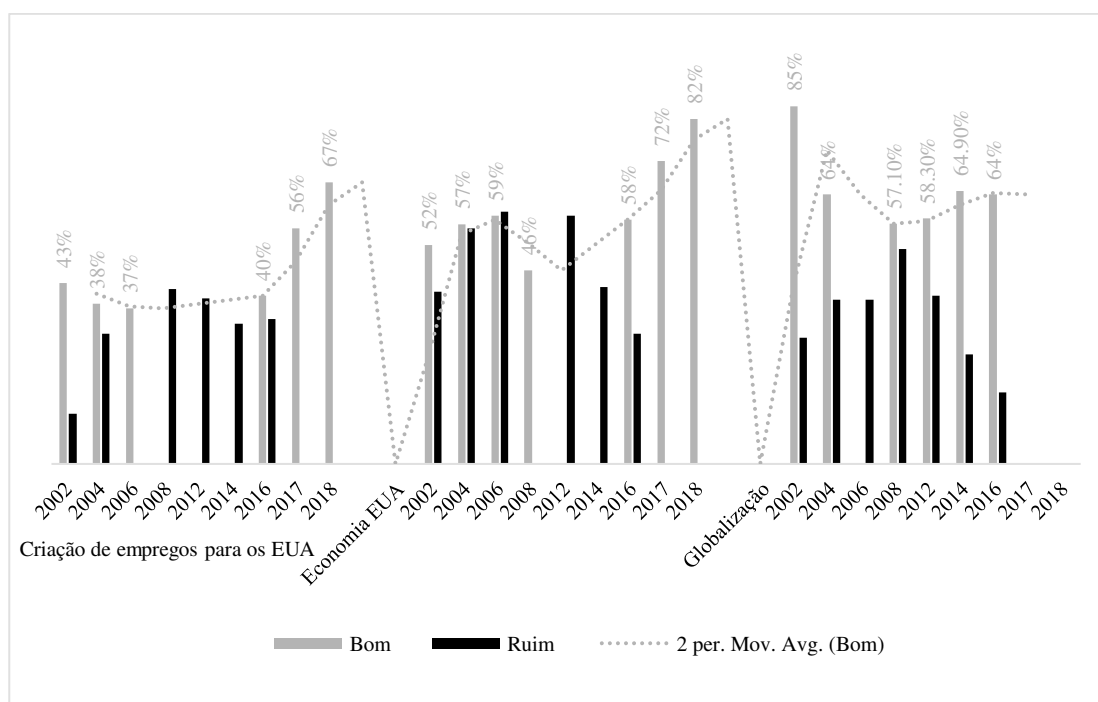
Da Terra do Sol Nascente, a percepção de ameaça passou para o Reino do Meio. Em 2004, 51% da opinião pública estadunidense afirmava que a República Popular da China tinha práticas comerciais injustas com os EUA, saltando para 68% já em 2010; enquanto que em 2004, 67% dos entrevistados afirmavam que os EUA exerciam um comércio justo com a RPC. Desde 2010 a mesma pergunta não foi mais feita nas pesquisas da Chicago Council. No entanto, o número de perguntas em torno da RPC, sobretudo retratando-a como uma ameaça, aumentou ano a ano, tornando-se cada vez mais específicas e contemplando mais esferas da relação sino-americana (CHICAGO COUNCIL, 2010).

Para continuar na esfera comercial, vale ressaltar que as pesquisas de opinião constantemente perguntam sobre a globalização. Neste tema, existe um ponto interessante

sobre o enquadramento e a sucessão das perguntas. Nas pesquisas da Chicago Council, pergunta-se primeiro sobre se “a globalização, especialmente a crescente conexão da nossa economia com outros países do mundo, é majoritariamente boa ou ruim para os EUA?⁶¹”. Logo em seguida, pergunta-se, se o comércio internacional é bom ou ruim para a economia estadunidense; depois, se é bom ou ruim para a criação de empregos nos EUA⁶².

Ou seja, o sentido de globalização é igualado ao de comércio internacional. Mesmo assim, a avaliação da opinião pública difere quando perguntada em termos mais amplos que em termos mais específicos. Isto é, ao longo do tempo, as avaliações se inverteram: diminuiu o percentual dos entrevistados que acreditavam que a globalização era majoritariamente boa para os EUA, ao passo que aumentou o percentual de respondentes que afirmam que o comércio internacional é benéfico tanto à economia estadunidense quanto à criação de empregos nos EUA. Como mostra o gráfico cinco.

Gráfico 5 – Globalização e seus Desencadeamentos para a Criação de Empregos e para a Economia Estadunidense (%)



Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2018.

⁶¹ Wording: Do you believe that globalization, especially the increasing connections of our economy with others around the world, is mostly good or mostly bad for the United States?

⁶² “Wording: [The U.S. economy] Overall, do you think international trade is good or bad for; [Creating jobs in the U.S.] Overall, do you think international trade is good or bad for”.

No último relatório da Chicago Council de 2019, seus analistas afirmam que o incremento das perspectivas maléficas acerca da globalização e benéficas sobre o desencadeamento da mesma na economia estadunidense e na criação de empregos nos EUA deveram-se, em parte, ao aumento das barreiras comerciais tarifárias impostas a alguns países pelos EUA – Canadá, União Europeia, dentre outros –, sobretudo contra a República Popular da China; e, em parte, também à melhoria nos indicadores econômicos durante o governo Trump. Esta melhoria seria atribuída às políticas comerciais rígidas que priorizariam os EUA e os estadunidenses, *America First*.

Perguntas semelhantes às duas elencadas da Chicago Council foram feitas por outros institutos de pesquisa de opinião. Por exemplo, em 2016, a Bloomberg Politics Poll perguntou: “em geral, você acredita que a política comercial estadunidense deveria impor mais restrições nos bens importados, a fim de proteger o emprego dos estadunidenses, ou impor menos restrições permitindo que os consumidores estadunidenses tenham mais opções, e que estas sejam mais baratas?”⁶³. Porém, este tipo de pergunta, que já no seu texto antagoniza as alternativas, induz os respondentes a vincularem restrição tarifária à defesa de empregos estadunidenses, pois se estabelece a lógica de que sem a mesma, os empregos seriam perdidos. Desta forma, este tipo de pergunta é metodologicamente frágil.

Basta comparar os resultados da pergunta feita pela Bloomberg a outras semelhantes. Por exemplo, em 2016, o resultado ao questionamento da Bloomberg foi de que 65% dos respondentes afirmaram que era desejável impor mais restrições comerciais. Em 2018 então, a Chicago Council fez a mesma pergunta da Bloomberg, porém adicionou outra em seguida. Deste modo, 60% dos entrevistados responderam de novo que prefeririam impor restrições ao comércio internacional. Entretanto, quando questionados se acreditavam ser mais desejável restringir as importações aos EUA a fim de proteger os trabalhadores estadunidenses ou aumentar as exportações estadunidenses, criando novos empregos nos EUA⁶⁴? 80% responderam preferir aumentar as exportações.

Tudo isto para dizer que o uso das palavras influi muito no tipo de resposta que se terá, bem como o enquadramento da pergunta o faz. Por esta razão, as duas perguntas do parágrafo anterior não foram utilizadas na análise do posicionamento da opinião pública estadunidense em relação ao comércio internacional e o uso das palavras referentes a todas

⁶³ Wording: Turning now to trade, generally speaking, do you think U.S. trade policy should have more restrictions on imported foreign goods to protect American jobs, or have fewer restrictions to enable American consumers to have the most choices and the lowest prices?

⁶⁴ Wording: In your opinion, which should be the larger goal for US trade policy: restricting foreign imports to the US to protect American jobs, or increasing American exports to other countries to create jobs in the United States?

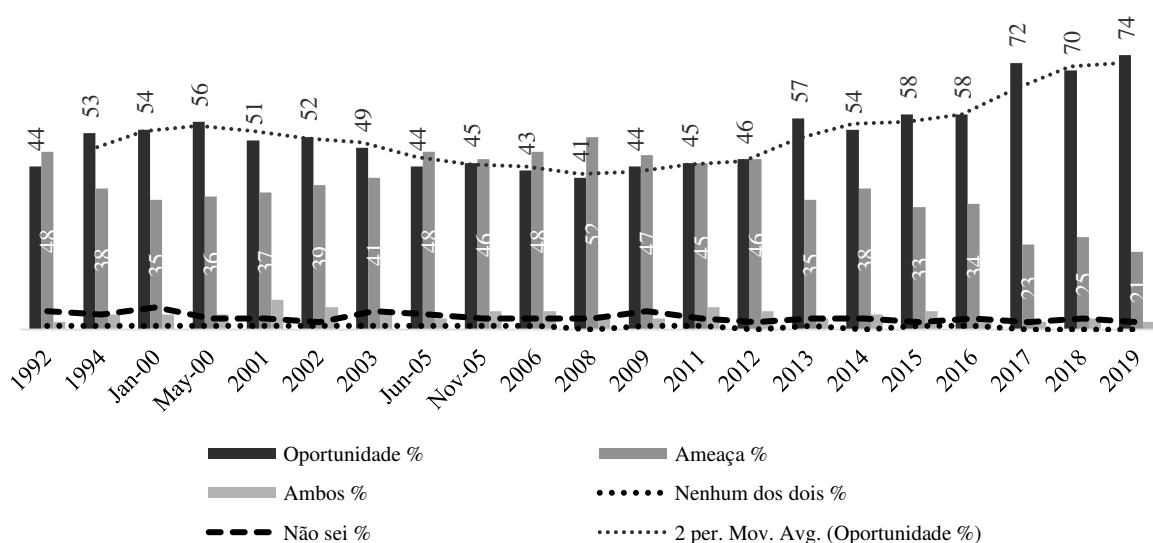
perguntas postas nesta dissertação encontram-se em notas de rodapés correspondentes a cada uma.

Ainda que metodologicamente frágeis, as perguntas citadas acima suscitam uma reflexão importante, qual seja: seria o posicionamento da opinião pública em relação às benesses do comércio internacional equivalente ao das políticas tarifárias? Isto é, se a maioria da população acredita que a globalização é positiva para os EUA, esta também defenderia que o comércio deve ser livre, ou ao menos, com menores barreiras tarifárias? Parcialmente.

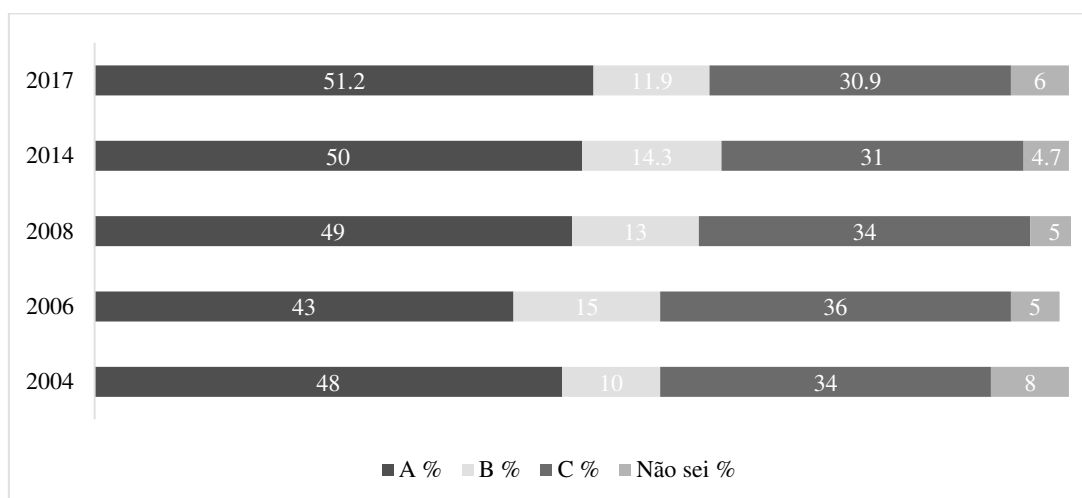
Abaixo serão apresentados dois gráficos. O primeiro foi feito com base nos dados da seguinte pergunta: “Qual o significado de comércio exterior para os EUA? Oportunidade de crescimento através das exportações estadunidenses ou uma ameaça à economia devido às importações?” O segundo foi feito com base nas pesquisas da Chicago Council. Nesta pergunta em específico, os entrevistados foram solicitados a posicionarem-se em relação a barreiras comerciais; e estes tinham três opções, além da alternativa “não sei”.

Podiam classificar-se como: (A) sendo a favor de acordos que diminuíssem as tarifas comerciais, conquanto o governo implementasse simultaneamente programas que ajudassem os trabalhadores que perderiam seus empregos devido a tais acordos; ou (B) sendo a favor de acordos que diminuíssem as tarifas comerciais, mas contrário a instaurar programas de governo que auxiliassem os trabalhadores; ou, por fim, (C) sendo contrário a acordos que diminuíssem as barreiras comerciais.

Gráfico 6 – Comércio: Oportunidade ou Ameça (%)



Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019b.

Gráfico 7 – Posicionamento acerca das Barreiras Comerciais

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2017.

Como pode ser visto nos gráficos acima, uma maioria crescente – 74%, ápice atingido em 2019 – vê no comércio exterior uma oportunidade para incrementar o crescimento através das exportações estadunidenses. Ao passo que, em relação às barreiras comerciais, a opinião pública está dividida. Entre 48% e 51.2% afirmaram que são a favor da redução das mesmas, conquanto o governo estadunidense implemente políticas para ajudar trabalhadores que perderam o emprego devido à abertura comercial. No entanto, se juntarmos as categorias B e C, veremos que a outra metade da opinião pública é ou contra a diminuição das barreiras ou contrária à implementação das referidas políticas para os trabalhadores.

A alta porcentagem, ainda que não majoritária, de pessoas contrárias à diminuição de barreiras comerciais é acompanhada de um crescente pessimismo, ou mesmo baixa-estima nos estadunidenses. Quando perguntados se acreditavam que os EUA são mais ou menos competitivos hoje, em 2018, que em relação há dez anos⁶⁵, 22% respondeu que mais competitivos, ao passo que 45% afirmaram ser menos competitivos e 30% igualmente competitivos. Ou seja, quase metade dos entrevistados entendem que houve uma queda da competitividade estadunidense na economia global (CHICAGO COUNCIL, 2018).

Em 2015, a Chicago Council perguntou quais fatores os entrevistados consideravam importantes para que os EUA conseguissem se manter competitivos na economia internacional, dentre eles tinham-se como opções: apoiar o mercado aberto ao redor do mundo (27.6%); reduzir o déficit orçamentário dos EUA (60.2%); incentivar empresas a manterem

⁶⁵ Wording: Compared to ten years ago, do you think the United States is more competitive, less competitive, or equally competitive in the global economy?

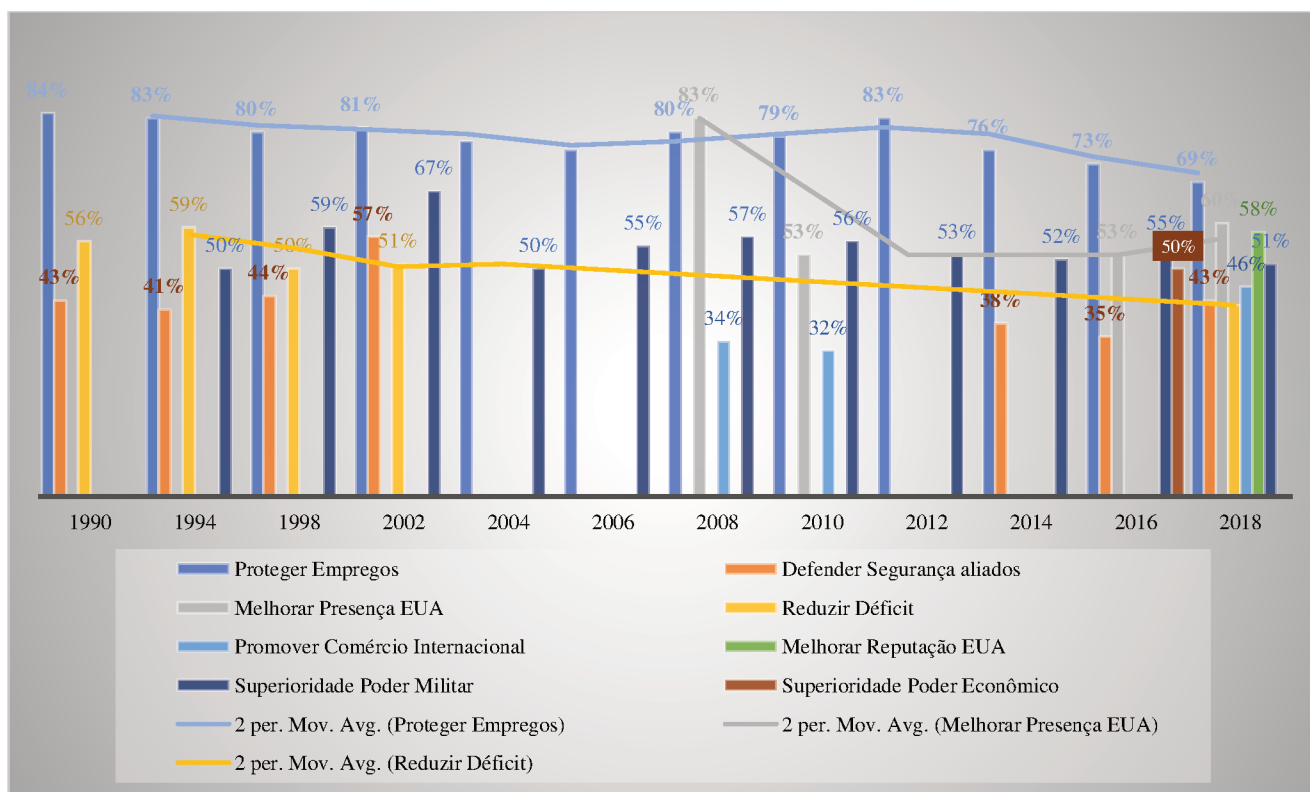
suas sedes nos EUA (54.3%); fortalecer as legislações de propriedade intelectual e seu cumprimento no exterior (27.4%); reduzir os custos do estudo universitário (52.3%)⁶⁶.

É interessante notar que dentre as alternativas expostas no parágrafo anterior, as que encontraram mais expressão foram: reduzir o déficit orçamentário dos EUA, incentivar as empresas a manterem suas sedes nos EUA e reduzir os custos do estudo universitário. Com exceção da segunda, ambos seriam fatores de política doméstica, que não são necessariamente influenciados pela globalização – ao menos não tanto quanto seriam os casos de mercado aberto e da legislação internacional de propriedade intelectual.

Ainda que reiteradamente a ameaça à hegemonia estadunidense seja narrada como uma de natureza externa, este pode não ser o caso. O declínio estadunidense pode não ser somente relativo ao mundo, mas também em relação a si mesmo.

Em consonância com a ideia de quais políticas perseguir para manter a hegemonia e a competitividade estadunidenses, vale retomar duas perguntas feitas ininterruptamente pelas pesquisas de opinião, sendo elas: quais seriam os objetivos de política externa que a opinião pública percebe como desejáveis de se perseguir; bem como, o que e/ou quem podem ser caracterizados como uma ameaça aos interesses vitais dos EUA.

⁶⁶ As porcentagens em parênteses referem-se ao número de respondentes que afirmaram que essas escolhas eram muito importantes. Se somados ao percentual que defendem serem escolhas importantes, todas as opções citadas somam mais de 70% entre muito importantes e importantes.

Gráfico 8 – Objetivos de Política Externa (% muito importantes)⁶⁷

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2018.

Os principais objetivos de política externa, que a opinião pública estadunidense caracterizou como sendo *muito importante*, foram: proteger os empregos dos estadunidenses – mesmo que tenha decaído desde 1990, em 2018 ainda representava 69% dos respondentes; manter a superioridade militar dos EUA frente ao mundo, 51% em 2018; reduzir o déficit comercial com países estrangeiros e defender a segurança de aliados estadunidenses diminuíram, porém, em 2018, 42% e 43% ainda afirmavam serem objetivos muito importantes, respectivamente.

Alguns objetivos não foram postos no gráfico por apresentarem percentuais menores de respondentes que os classificam como metas *muito importantes* da política externa estadunidense. Por exemplo, promover e defender os Direitos Humanos em outros países – em 2002, 46% afirmavam ser uma meta muito importante, já em 2017, 34% o faziam; ajudar a promover o regime democrático no mundo – em 1990, 26% diziam ser um objetivo muito importante, já em 2012, somente 14% defendiam o mesmo (CHICAGO COUNCIL, 2018).

⁶⁷ Wording: Below is a list of possible foreign policy goals that the United States might have. For each one, please, select whether you think that it should be a *very important* foreign policy goal of the United States, a somewhat important foreign policy goal, or not an important goal at all.

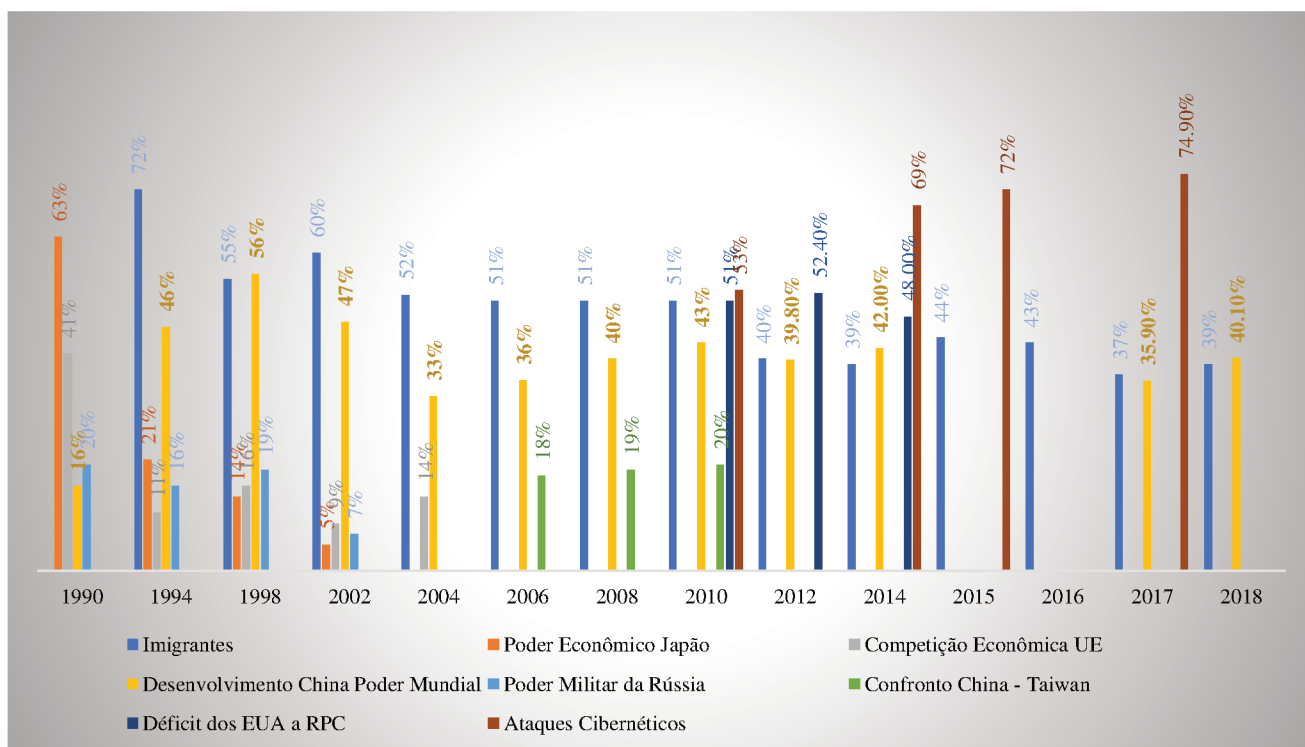
Dos objetivos expostos no gráfico, vale refletir sobre alguns. Primeiro, o mais expoente, manter o emprego dos trabalhadores estadunidenses. Este é posto como alternativa desde 1974, bem como o de ajudar a promover a democracia no mundo.

O gráfico 8 expôs os objetivos mais gerais de política externa que a opinião pública estadunidense defende como sendo muito importantes. Apesar de mais amplos, alguns apresentam forte vínculo com a análise da relação sino-americana e da visão da opinião pública em torno da mesma. Por exemplo, o de defender a segurança de aliados – será que os estadunidenses seriam a favor de usar tropas para ajudar Taiwan caso houvesse um conflito entre a mesma e a RPC; ou de usar tropas na península coreana – em 2010 foi posto como um dos objetivos “garantir que a RPC não domine a península coreana”, tendo 27% dos respondentes dizendo que esta deveria ser uma meta muito importante da PEE.

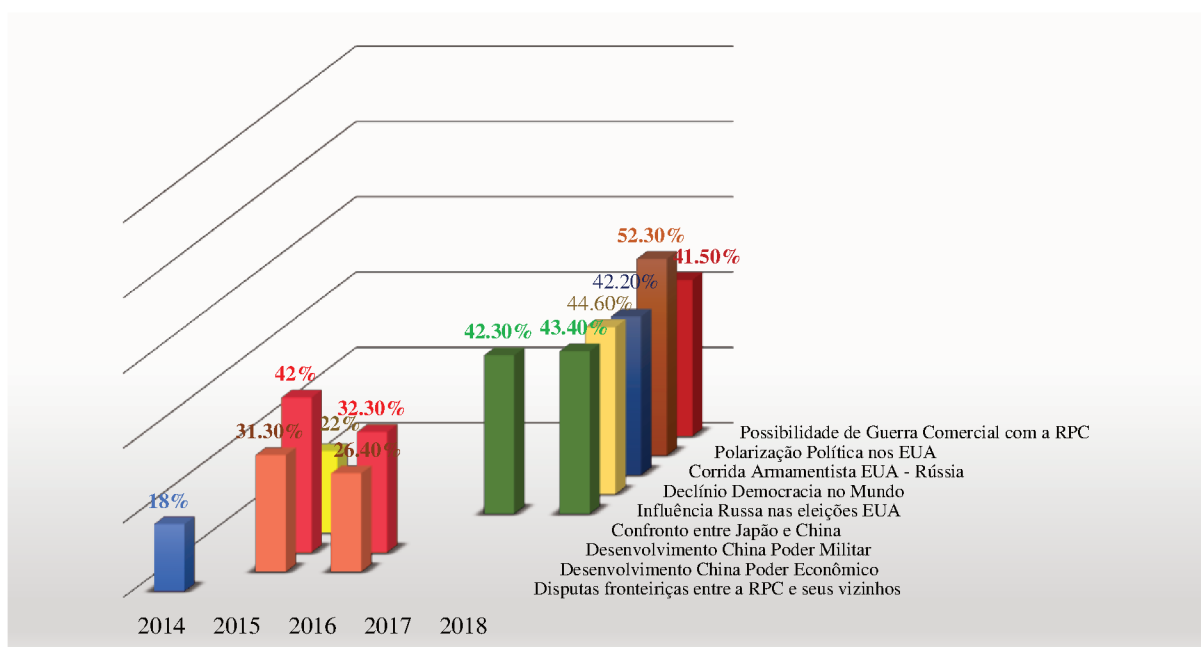
Ou ainda, o surgimento do objetivo de manter a superioridade de poder econômico, em 2016, com 50% dos entrevistados alegando ser muito importante, e a meta de melhorar a reputação estadunidense no mundo, em 2018, com 58% respondendo ser muito importante. No que tange a estas duas últimas metas, percebe-se uma clara relação entre as mesmas e as perspectivas de ameaça que estão surgindo nas pesquisas, refletidas nas novas alternativas elencadas na pergunta sobre ameaças aos interesses vitais dos EUA, como posto no gráfico 10.

Além disso, a questão da reputação estadunidense será mais explorada na subseção panorama internacional, na qual ficará mais evidente como a opinião pública estadunidense crescentemente vê-se em uma disputa por legitimidade internacional, argumentando que os EUA estão *piores* hoje que estavam há dez anos em termos de manutenção das antigas relações estratégicas e do fortalecimento das novas. E, portanto, deveria ser uma meta muito importante da PEE o incremento da reputação dos EUA no mundo.

Neste sentido, abaixo estão expostos dois gráficos que representam o percentual da opinião pública estadunidense que entreveem as alternativas mostradas como ameaças críticas aos interesses vitais dos Estados Unidos da América. É interessante lê-los buscando observar as mudanças, ou talvez a intensificação, no tom do que se considera uma ameaça ao longo dos anos.

Gráfico 9 – Ameaças aos Interesses Vitais dos EUA (% ameaça crítica)⁶⁸

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2018.

Gráfico 10 – Novas Ameaças aos Interesses Vitais dos EUA (% crítica)

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2018.

⁶⁸ Wording: I am going to read you a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next ten years. For each one, please tell me if you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all.

Não diferente dos objetivos de política externa, as possíveis ameaças aos interesses vitais dos EUA nos próximos 10 anos foram ganhando mais opções ao decorrer das pesquisas, e quase todas relacionadas à República Popular da China. Em princípio, vale evidenciar já a diferença entre o *wording* utilizado nas opções que envolviam o Japão e a UE em comparação às que envolvem a RPC.

No que tange ao Japão e aos países que compõem hoje a União Europeia, pergunta-se caso “o crescimento econômico do Japão” ou “a competitividade econômica da UE” seriam possíveis ameaças aos interesses estadunidenses. Em contrapartida, quando perguntados sobre a RPC, tem-se “o desenvolvimento da República Popular da China como um poder mundial”. O uso das palavras restringe os primeiros a possíveis competidores econômicos, enquanto subentendem na RPC a ideia de uma possível contestação futura, senão presente, pela supremacia mundial.

Além disso, ao passo que as perguntas referentes ao crescimento econômico japonês ou à competitividade europeia deixam de serem perguntadas em 2002 e em 2004, respectivamente – apresentando, no caso do Japão um acentuado declínio de 63% em 1990 para 5% em 2002 entre aqueles que viam o crescimento econômico da mesma como possível ameaça – as alternativas sobre a RPC como uma ameaça ampliam-se para diferentes esferas: de desenvolvimento como um poder mundial para a disputa da mesma com países vizinhos, com o Japão; além do desenvolvimento econômico e militar da mesma; possíveis ataques cibernéticos chineses – dentre outros.

Antes de avançarmos para a próxima subseção, na qual serão abordadas as perspectivas da opinião pública estadunidense sobre a RPC – buscando testar as hipóteses de saliência da relação sino-americana e de ausência da identificação partidária como fator de influência na avaliação da opinião pública estadunidense –, vale destacar o papel da Rússia nas pesquisas. Em anos mais tardios, entre 1990 e 2002, perguntava-se do poder militar russo como possível ameaça – caindo de 20% para 7% neste período – porém desde 2002 as pesquisas já não davam esta alternativa.

No entanto, em 2017, são introduzidas opções relacionadas à Rússia – quando pergunta-se caso uma possível influência russa nas eleições dos EUA é uma ameaça crítica aos mesmos, 42% dos respondentes disseram que sim tanto em 2017 como em 2018⁶⁹. Em

⁶⁹ É interessante acompanhar as próximas pesquisas que perguntarão sobre se o possível envolvimento do governo russo nas eleições estadunidenses são uma ameaça crítica aos EUA, visto que em 2019, foi liberado o relatório Mueller. Este investigou minuciosamente a alegação do envolvimento russo nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016. Muitos comentaristas democratas ficaram surpresos de a publicação deste relatório não ter gerado um pedido de impeachment do presidente Trump.

2018, perguntou-se também caso uma possível nova corrida armamentista entre os EUA e a Rússia seria uma ameaça crítica aos Estados Unidos da América, 42% dos entrevistados afirmaram que sim.

É interessante notar que ao passo que na relação entre os EUA e a Rússia o viés das alternativas que enquadram a mesma como ameaça são mais militares; na relação sino-americana, o viés é predominantemente econômico na esfera global da relação e majoritariamente militar quando aborda a região Ásia-pacífico.

3.2 OLHANDO O MUNDO ATRAVÉS DO PRÓPRIO VOO: O ANSEIO DA ÁGUIA PELA DOMESTICAÇÃO DO DRAGÃO

O mundo é azul lá de cima, o mundo é vermelho na China.
Paulinho Moska (2000).

Avistei o mundo da minha janela
Tudo que eu vi estava enquadrado nela.
Thaís Dória.

Dos retratos de Mao pintados por Warhol a tanques em Tiananmen, das Olimpíadas em Pequim à atual guerra comercial, da política externa de *pivot* no leste asiático ao acordo de Mudanças Climáticas: os eventos e as imagens são *traduzidos*⁷⁰ em perspectivas. Os últimos anos assistiram a muitos acontecimentos na relação sino-americana – como é de se esperar.

A relação entre os dois maiores países do mundo é essencialmente dinâmica. Entretanto, a relação entre os EUA e a RPC é mais do que isso, sendo constantemente contenciosa, ao mesmo tempo que não o é. A lógica seria semelhante à da caixa de Schrodinger, na qual o gato está e não está dentro dela simultaneamente; a relação sino-americana está e não está constantemente em competição; está cooperando e não está cooperando.

Em resumo, ao mesmo tempo em que se notam acontecimentos mais contenciosos – por exemplo, as recorrentes polêmicas em torno de Taiwan e de como os EUA se posicionam em relação às mesmas – têm-se avanços cooperativos, como o Acordo Climático assinado em 2015 por Xi Jinping e Barack Obama, então presidente dos EUA. Enfim, como a opinião pública entende a República Popular da China diante de forças tão diversas, e aparentemente dicotômicas entre os países?

⁷⁰ Toda tradução é uma interpretação. O objeto desta dissertação é justamente a interpretação da águia acerca do dragão, o que não deixa de ser sua tradução.

Diferente da dialética shakespeariana entre ser e não ser, a opinião pública estadunidense em torno da RPC aparenta *estar e não estar* a um só tempo. Isto é, nutrindo, simultaneamente, o espírito da cooperação e os ímpetus competitivos. Esta ambivalência se deve a coexistência entre o medo de perder supremacia e as expectativas comerciais de crescer junto com a onda chinesa de expansão – torce-se, aliás, para que seja uma onda e como tal esteja à caminho do vale e não da crista; contar, entretanto, com o fim da expansão chinesa para então deixar de enquadrá-la como uma ameaça é pueril.

Se por um lado, a RPC é uma violadora dos direitos humanos, por outro, nela vislumbra-se uma oportunidade comercial para os EUA. Se por um lado, o governo chinês utilizou-se de tanques de guerra para impedir manifestações políticas de sua própria população, por outro lado, este mesmo governo sediou às Olimpíadas de 2008.

Estaria, entretanto, a opinião pública estadunidense *preocupada (issue concern)* com a relação sino-americana, prestando atenção na mesma (*issue attention*)? Seria, desta forma, a relação entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China uma questão saliente para a opinião pública estadunidense? E ainda, será que a maneira como a opinião pública estadunidense avalia a relação com a RPC seria influenciada pela identificação partidária dos respondentes? Um republicano, ou um democrata, seria mais propenso a pensar do mesmo modo que seus correligionários? Vejamos!

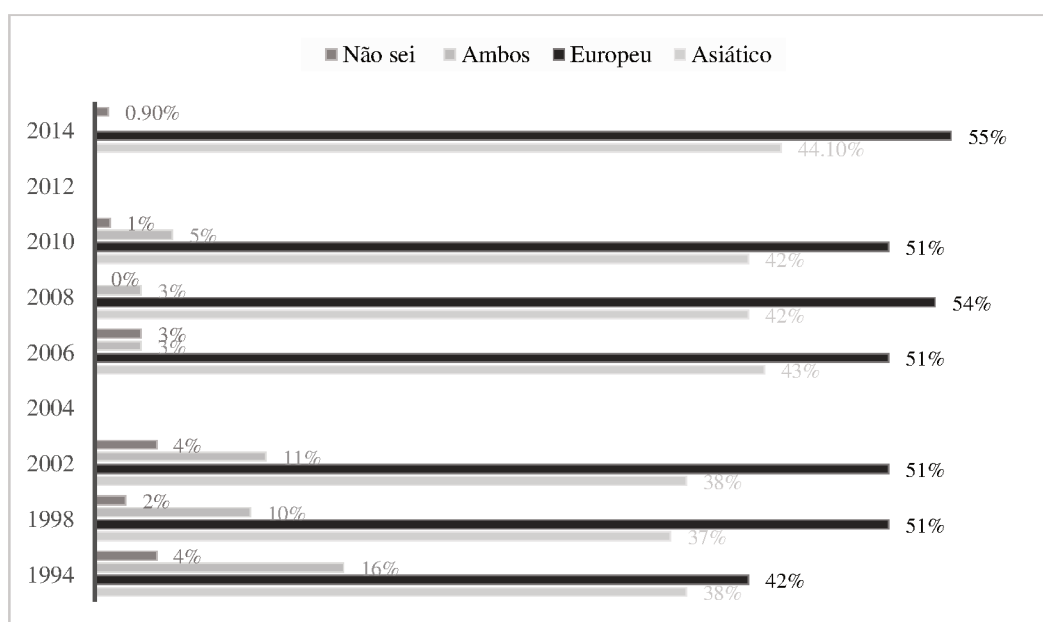
O recorte temporal desta dissertação dá-se de 1991 a 2019. Neste período, dentre os principais acontecimentos da relação sino-americana têm-se: a discussão acerca da concessão irrestrita ou condicionada do status de Nação Mais Favorecida à RPC; a crise financeira asiática em 1997; a entrada da República Popular da China na OMC, em 2001 – cessando a discussão acerca do status de NMF; a colisão entre os aviões chinês e o de espionagem estadunidense; a tentativa chinesa de adquirir a UNOCAL, empresa estadunidense, em 2005; as Olimpíadas de Pequim em 2008; o Acordo Climático de 2015 precedendo o Acordo de Paris; e a guerra comercial travada com a RPC, desde 2018 – em andamento.

Concomitante a estes houve muitos outros eventos, como as vendas de armas para Taiwan; a suspeita do envolvimento chinês nas eleições presidenciais estadunidenses de 1996, na qual Clinton reelegeu-se; a suspeita de que a RPC havia roubado tecnologia nuclear dos EUA e que Clinton a havia acobertado devido ao suposto envolvimento chinês na sua vitória presidencial; contenciosos envolvendo Taiwan, Hong Kong e Tibete e a maneira como os EUA se posicionaram diante dos mesmos; os painéis abertos na OMC contra políticas comerciais-tarifárias da RPC, tendo durante o governo Obama o maior número dos mesmos – para citar somente alguns.

Ao mesmo tempo, a política externa estadunidense mudou de política de engajamento com a RPC para política de *pivot* na região Ásia-Pacífico, de fortalecimento das alianças estratégicas na região para a atual negligencia que ocorre na manutenção das mesmas. A PEE ao longo do século XX deixou de ter a Europa como região principal de suas investidas e passou para o Oriente Médio.

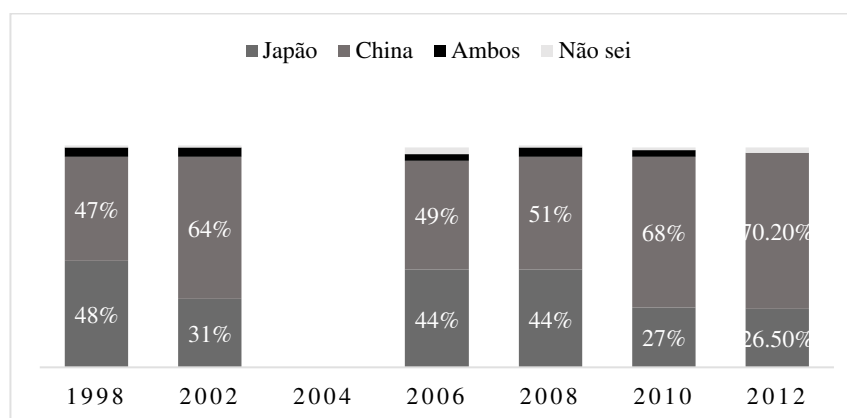
No anoitecer do século XX, entretanto, já se notava a configuração atual dos esforços e cartas apostadas no leste asiático – região do futuro do capitalismo, quiçá do presente. Esta configuração é refletida nas respostas da opinião pública estadunidense aos *surveys*. Como mostram os dois gráficos abaixo.

Gráfico 11 – Interesse Vital dos EUA por Continente⁷¹



Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2014.

⁷¹ Wording: In your view, which continent is more important to the U.S., Asia or Europe?

Gráfico 12 – Interesse Vital dos EUA por País: Japão ou RPC⁷²

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2012.

Os gráficos onze e doze mostram como as pesquisas de opinião passarão da pergunta sobre qual continente era mais importante, para inserir a de qual país seria mais importante – o Japão ou a República Popular da China, em 1998. Esta última foi posta nas pesquisas até 2012, quando outro questionamento surgiu nos *surveys*, qual seja: se a presença militar estadunidense no leste asiático aumentava ou diminuía a estabilidade na região?⁷³; 60.6% responderam que aumentava. Em 2017, este percentual aumentou para 62.6% (CHICAGO COUNCIL 2012, 2017).

Em 2015 foi inserido um novo questionamento neste sentido, a ver: se “a presença militar, na sua opinião, deve aumentar, diminuir ou permanecer a mesma nas seguintes regiões – Europa, Ásia-pacífico e Oriente Médio⁷⁴?” A maioria esmagadora – acima de 60% tanto em 2015 quanto em 2017 – acreditava que deveria permanecer a mesma na Europa e na Ásia-pacífico. Para esta última, 11.7% defendiam que devia aumentar em 2015, passando para 13.4% em 2017. Na contramão desta tendência, no Oriente Médio, 30.9% defendia que deveria aumentar em 2015, diminuindo para 19.7% em 2017 (CHICAGO COUNCIL, 2015, 2017).

Enfim, como a opinião pública estadunidense avista os eventos ocorridos na relação sino-americana no alvorecer do século XXI? Seria esta guiada pelos eventos, *event-driven*, isto é, só mudando de acordo com os mesmos? Mais amplamente, teria esta uma perspectiva favorável em relação à República Popular da China? Qual estímulo predomina: o da animosidade ou o da cooperação? Ou seriam estes diferentes a depender do tema abordado?

⁷² Wording: In terms of American vital interests today, which country is more important to the United States—Japan or China?

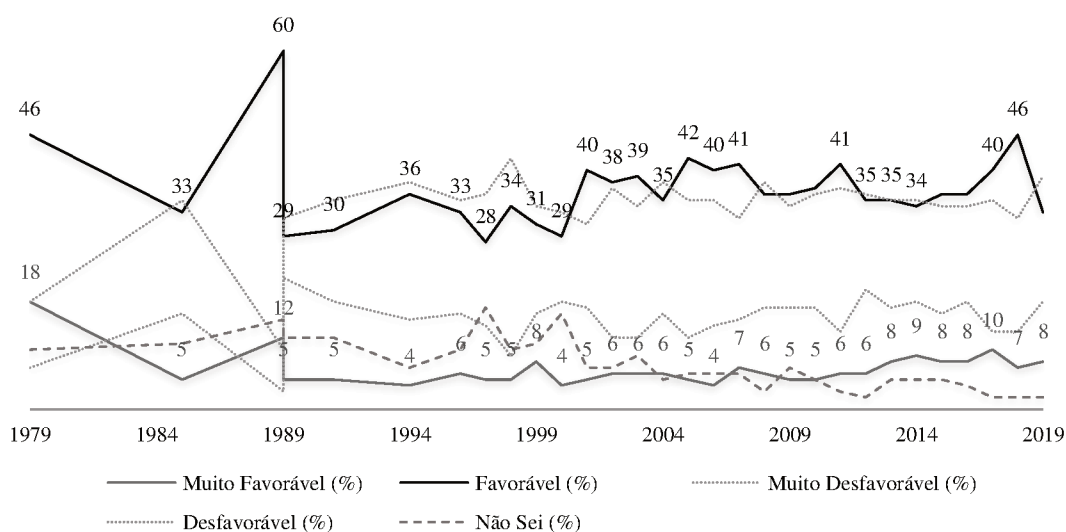
⁷³ Wording: Do you think that the U.S. military presence in East Asia increases or decreases stability in the region?

⁷⁴ Wording: And do you think that the U.S. military presence in the following regions should be increased, maintained at its present level, or do you think it should be decreased? [Europe; Asia-Pacific; The Middle East].

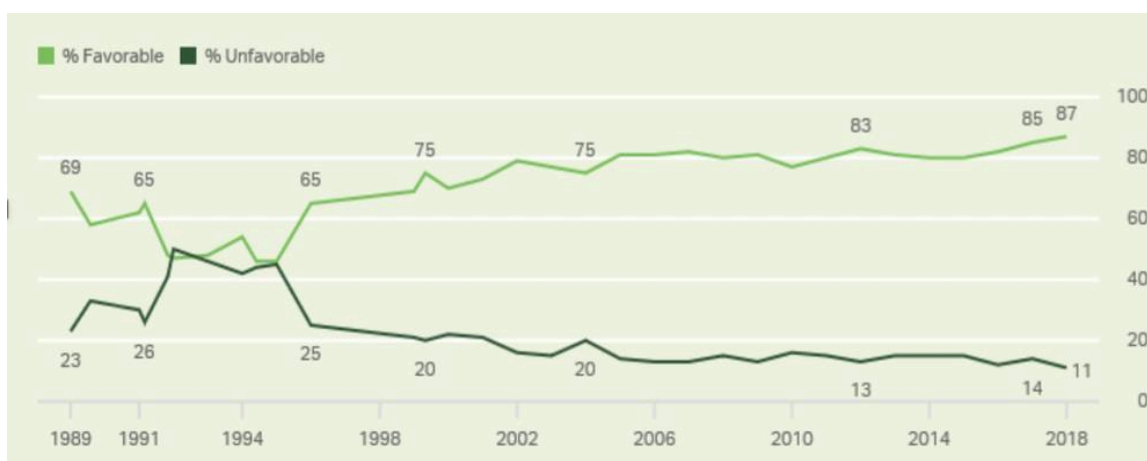
Para iniciar a análise, o gráfico a seguir mostrará se a perspectiva dos estadunidenses em relação à RPC é majoritariamente favorável ou desfavorável durante o período analisado por esta dissertação. Em seguida, serão mostrados os gráficos que abordam a perspectiva histórica da opinião pública estadunidense em relação ao Japão; e em relação à RPC em uma outra formulação de pergunta - *framing*.

No gráfico 13, perguntou-se se a opinião pública via a RPC de modo muito favorável, favorável, muito desfavorável ou desfavorável – já no gráfico 15, foi perguntado à opinião pública se esta vê a RPC como aliada, amigável, não amigável ou inimiga. O intuito dos gráficos 13, 14 e 15 é de fazer uma comparação entre a RPC e o Japão, bem como uma comparação entre os diferentes usos de palavras, *wording*, a saber se estes influenciam na perspectiva exposta pela opinião pública acerca da RPC.

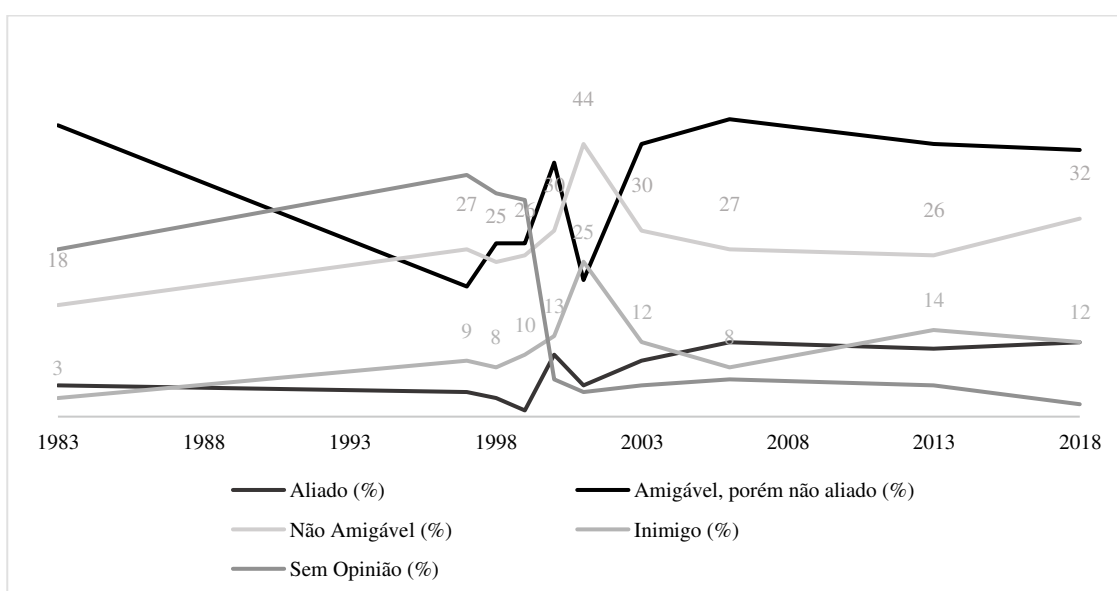
Gráfico 13 – Perspectivas Favoráveis e Desfavoráveis da RPC (%)



Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2018.

Gráfico 14 – Perspectivas Favoráveis e Desfavoráveis do Japão (%)⁷⁵

Fonte: Gallup Poll, 2018.

Gráfico 15 – Perspectivas da RPC: de Aliados a Inimigos (%)

Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019d.

As perspectivas em torno da República Popular da China – favoráveis/desfavoráveis e aliados/inimigos – variaram ao decorrer do tempo. É interessante notar nos dois gráficos, 13 e 15, que as tendências são as mesmas, apesar do *framing* e *wording* diferentes⁷⁶. Por exemplo,

⁷⁵ Para este gráfico foi feita a mesma pergunta que no gráfico 13. No entanto, condensaram-se as opiniões muito favoráveis às favoráveis e as muito desfavoráveis às desfavoráveis. O gráfico apresenta-se como uma foto, pois não se conseguiu a tabela dos dados do mesmo, de forma que não foi possível elaborar um gráfico pautado nos dados da Gallup Poll. Portanto, retirou-se o gráfico elaborado pela mesma.

⁷⁶ Vale ressaltar que a porcentagem de entrevistados se recusando a responder ou dizendo “não sei” vai de 35% em 1999 para 6% em 2000. Tanto as porcentagens de aliado e amigável, porém não aliado, de um lado, quanto as de não amigável e inimigo, do outro lado, parecem ter a mesma tendência. Isto é, quando aumenta a perspectiva da RPC como inimiga, aumenta juntamente a de não amigável. E, pelo que se pode ler do gráfico,

em ambos os gráficos se nota uma queda nas perspectivas mais positivas em 1989, período em que houve o massacre em Tiananmen, 04 de junho de 1989 – passando de um total de 72% de opiniões favoráveis em março para 34% em agosto do mesmo ano.

As opiniões desfavoráveis, não amigáveis e da RPC como inimiga aumentaram a partir de então. O massacre em Tiananmen abalou brutalmente a perspectiva da opinião pública em torno da RPC. Nos anos decorrentes, como foi dito no capítulo um, a narrativa que predominou acerca da relação sino-americana foi o desejo de puni-la, e o comércio seria o meio de fazê-lo. Deste modo, tanto a opinião pública como os congressistas demandavam que a concessão do título de Nação Mais Favorecida fosse condicionada a melhorias nos Direitos Humanos.

Em fevereiro 2000, o Pew Research Center fez uma pesquisa de opinião na qual havia duas perguntas relacionadas a este tópico. Na primeira, perguntara-se: “Como você deve saber, os EUA concedem um status comercial a maioria dos países com os quais se relacionam comercialmente. Na sua opinião, os EUA deveriam conceder permanentemente o mesmo status à RPC, ou não?”⁷⁷ – 56% responderam que não, 28% que sim e 16% disseram não saber. Ao passo que, quando perguntados o que pensavam sobre a possível entrada da RPC na OMC, como boa ou ruim para os EUA⁷⁸ – 34% responderam que boa, 20% que ruim, 32% disseram que não faria muita diferença e 14% disseram não saber.

Enquanto 56% da opinião pública acreditava que os EUA não deveriam conceder permanentemente o status de NMF à RPC, 34% argumentava que a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio seria boa para os EUA – uma vez membros da OMC, entretanto, a RPC teria o status de NMF garantido permanentemente. Ou seja, ao passo que existia um desejo punitivo na opinião pública pelo massacre em Tiananmen, naquele momento existia a noção de que a melhor maneira para lidar com a RPC seria socializando-a no sistema internacional arquitetado pelos EUA, fazendo com que esta conformasse com o arcabouço institucional benéfico à supremacia estadunidense⁷⁹.

quando aumentam as perspectivas mais favoráveis, diminuem as desfavoráveis. Isto pode parecer lógico, porém não o é.

⁷⁷ Wording: As you may know, the United States grants a trade status to most nations it trades with known as normal trade relations. In your opinion, should the U.S. permanently grant this same status to China, or not?

⁷⁸ Wording: What is your impression? Do you think it will be good for the U.S. or bad for the U.S. if China becomes a member of the World Trade Organization and gains permanent normal trade relations status with the U.S., or won't it make much difference?

⁷⁹ Esta perspectiva não era restrita à opinião pública. Como foi mostrado no capítulo anterior, após a entrada da RPC na OMC, a política que prevaleceu foi a de tornar a RPC uma “*responsible stakeholder*”, isto é, fazendo-a arcar com os custos do crescimento econômico que esta vivia e com as responsabilidades que acompanham a ambição de ser um grande ator global. A palavra-chave, conceito muito presente na obra de Waltz (1979), é socialização.

Esta ambivalência é refletida também no número de respondentes que dizem não saber – na primeira, 16% preferiram não responder e na segunda, 14%. Como será notado no decorrer desta subseção, perguntas mais específicas e feitas até os anos 2000 tinham mais chances de apresentar uma alta porcentagem de entrevistados se recusando a responder ou alegando não saber – a partir de 2001, entretanto, o percentual de não respondentes diminuiu substancialmente para todas as perguntas relacionadas à RPC, dando um indicativo de aumento da saliência na relação sino-americana, ou mesmo nas questões de política externa como um todo.

Retomando a análise dos gráficos sobre a avaliação da opinião pública estadunidense em torno da RPC, vê-se que em 2001, com a entrada da RPC na OMC, as perspectivas favoráveis retomam parcialmente o fôlego, apresentando crescimento no gráfico 13. Em contrapartida, o gráfico 15 mostra um aumento percentual do enquadramento da RPC como inimiga ou não amigável, isto se deve ao período em que ambos foram feitos. O incidente entre os aviões chinês e o de espionagem estadunidense foi abarcado pela *survey* que é retratada no gráfico 15.

Em relação à colisão, em abril de 2001 a ABC News junta à Washington Post Poll perguntou à opinião pública se o incidente entre os aviões poderia representar uma ameaça à relação sino-americana? E se sim, uma ameaça séria?⁸⁰ 48% dos entrevistados disseram que poderia representar uma ameaça; 25%, uma ameaça séria; 21%, que não representaria uma ameaça; e 4% disseram não saber. Além disso, respondendo à pergunta subsequente da pesquisa, 64% disseram aprovar a maneira como o então presidente George W. Bush estava lidando com a situação⁸¹.

Em consonância com a alta aprovação que a opinião pública conferiu a maneira como o então presidente dos EUA estava lidando com a situação, 61% responderam que os EUA não deveriam diminuir o uso de aviões de espionagem para interceptar as comunicações chinesas⁸² e nem pedir desculpas, 54%⁸³, como a RPC havia demandado que os EUA fizessem (ABC NEWS, WASHINGTON POST POLL, 2001).

⁸⁰ Wording: As you may know, a U.S. spy plane and a Chinese military aircraft collided last Saturday and the U.S. plane had to land on a Chinese island, where the plane and crew remain. Do you think this incident poses a threat to U.S.-China relations, or not? If "Threat": "Would you describe it as a serious threat or not serious? (ABC NEWS, 2001)

⁸¹ Wording: Do you approve or disapprove of the way George W. Bush is handling the situation with China?

⁸² Wording: In order to try to recover the plane and crew, do you think the United States should or should not agree to reduce the use of American spy planes to intercept Chinese communications?

⁸³ Wording: As you may know, China has asked the United States to apologize for this incident before it releases the plane and crew. Do you think the United States should or should not apologize to China?

Estas altas porcentagens coadunam com o uso do comércio como arma de negociação; assim como demandaram que fosse feito no suceder do massacre em Tiananmen. Para o caso dos aviões, 74% da opinião pública afirmou que os EUA deveriam restringir a relação comercial com a RPC, caso a tripulação e o avião estadunidenses não fossem devolvidos aos EUA⁸⁴ (ABC NEWS, WASHINGTON POST POLL, 2001).

Diferente do massacre em Tiananmen, no entanto, os incidentes com os aviões incitaram opiniões mais negativas em torno da RPC somente enquanto duraram. Já em 2002, as perspectivas favoráveis voltam a subir lentamente; e as desfavoráveis a cair. Em contrapartida, é interessante notar que não somente houve uma queda nas avaliações favoráveis em torno da RPC após a colisão e seus desdobramentos, como houve um aumento nas avaliações favoráveis em torno do Japão e na porcentagem de entrevistados que viam em Taiwan um país cujo os EUA têm interesses vitais.

Em 2001, 72% da opinião pública nutria perspectivas favoráveis em torno do Japão e 65% entendiam Taiwan como um país de interesse vital para os EUA – crescimento de treze pontos percentuais comparado à avaliação que fizeram sobre Taiwan em 1998. Neste sentido, a colisão e seus desdobramentos nas perspectivas da opinião pública também diferem do ocorrido em Tiananmen, posto que nos anos seguintes ao massacre, as perspectivas desfavoráveis em torno do Japão não diminuíram como o fizeram em 2002 (GALLUP POLL, 2018a; CHICAGO COUNCIL, 2018).

Naquele momento, ainda se temia o crescimento econômico do Japão. Como apresentado na subseção anterior, em 1990, 63% da opinião pública via o crescimento do Japão como uma possível ameaça aos EUA – já em 2002, só 5% o faziam; de 2004 em diante, a alternativa sequer foi posta nas pesquisas de opinião (CHICAGO COUNCIL, 2002).

Nesta toada, em 1992, nas campanhas para presidência dos EUA, o então candidato pelo partido Democrata, Bill Clinton, alegava que seria mais rígido com a RPC e com o Japão que seu antecessor, George H. W. Bush – do partido Republicado, caso fosse eleito. Porém, em 1994, um ano após sua posse como presidente, na iminência de instaurar uma disputa com as políticas japonesas de produção de carros sob a possibilidade de desestabilizar o mercado financeiro com esta medida, Clinton retrocedeu e não o fez; o mesmo se deu na relação com a RPC. Como já exposto, Clinton passou da promessa de condicionar o comércio com a RPC a melhorias nos direitos humanos, no momento das campanhas presidenciais, para advogar pela entrada da RPC na OMC, uma vez presidente (PEW RESEARCH CENTER, 2012b).

⁸⁴ Wording: In order to try to recover the plane and crew, do you think the United States should or should not move to restrict U.S. trade with China if the crew and plane are not returned?

A entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio em 2001 e o desaparecimento da perspectiva do crescimento econômico do Japão como uma ameaça aos EUA a partir de 2004, ou mesmo já de 2002, seriam repercutidos nas *surveys*, desencadeando em um interesse crescente pela relação sino-americana, bem como um desejo renovado de entender o papel dos EUA no mundo, sobretudo na região Ásia-pacífico – como se verá adiante.

A ameaça externa asiática passou a ser entendida como de proporções globais, no sentido que esta tem mais alcances do que se temia que o Japão pudesse vir a ter. Além disso, por ser uma relação de interdependência assimétrica, as conexões entre os EUA e a RPC permeiam todas as esferas de poder internacional, ou de disputa pelo mesmo: vão desde disputas comerciais a rivalidades territoriais; de influência no Conselho de Segurança das Nações Unidas, visto que ambos são membros permanentes, a painéis na OMC.

Não ao acaso, a percepção de ameaça em torno da RPC parece ganhar novas nuances. Como apontado na subseção anterior, diferentemente do que se tinha na relação nipo-americana, no que tange à RPC, não se teme somente o crescimento econômico da mesma e as oportunidades que advêm de tal, mas também o quanto da dívida externa estadunidense esta possui, bem como a crescente influência que esta têm nos países da região Ásia-Pacífico, mas também no continente Africano, Americano, no Oriente Médio, a capacidade de empreender ataques cibernéticos, o poderio nuclear que esta também detém, o fato de *ainda* não ter conformado com os ideais estadunidenses, como o Japão parece ter feito.

Neste sentido, o histórico da relação sino-americana difere em muito do da relação nipo-americana. Nesta última, os ataques em Pearl Harbor, que desencadearam a participação estadunidense na Segunda Guerra Mundial – sucedidos pelo uso de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki – que, aliás, é tido como justificável até hoje pela opinião pública estadunidense⁸⁵ – os acordo de paz e o posterior plano de reconstrução empreendido pelos EUA para ajudar o Japão são todos indicativos de relações históricas distintas.

Em parte, a relação nipo-americana se assemelha à relação que os EUA traçaram com os países que hoje compõem a União Europeia no final da Segunda Guerra Mundial. Em ambos os casos, os EUA implementaram planos para reconstrução dos países, devastados pelos horrores da Guerra. Além disso, os EUA garantiram que tanto os países da atual UE como o Japão renunciassem suas militarizações. Desde então, refere-se a UE como estando no

⁸⁵ Em 2015, 56% da opinião pública estadunidense alegou que o uso das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki foi justificável. Ao passo que, 79% da japonesa disse que não o foi. (PEW RESEARCH CENTER, 2015)

guarda-chuva de segurança e defesa dos EUA, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Japão assinou formalmente uma cláusula constitucional que garantia sua desmilitarização⁸⁶.

Por último, no que tange a relação sino-americana, esta foi rompida e reestabelecida inúmeras vezes sob diferentes pretextos. A última ruptura se deu quando da implementação da República Popular da China, em 1949, com a vitória de Mao Zedong na guerra civil chinesa. Este acontecimento ficou conhecido nos EUA como *the Loss of China*.

A *perda da China* foi atribuída como culpa do então presidente democrata, Harry Truman. Nas eleições seguintes, o presidente eleito foi do partido Republicano, Dwight D. Eisenhower⁸⁷. E a relação sino-americana só seria reestabelecida oficialmente em 1979, sendo precedida pela visita do então presidente republicano, Richard Nixon, em 1972, à RPC⁸⁸. Nixon e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, foram protagonistas na retomada das relações sino-americanas.

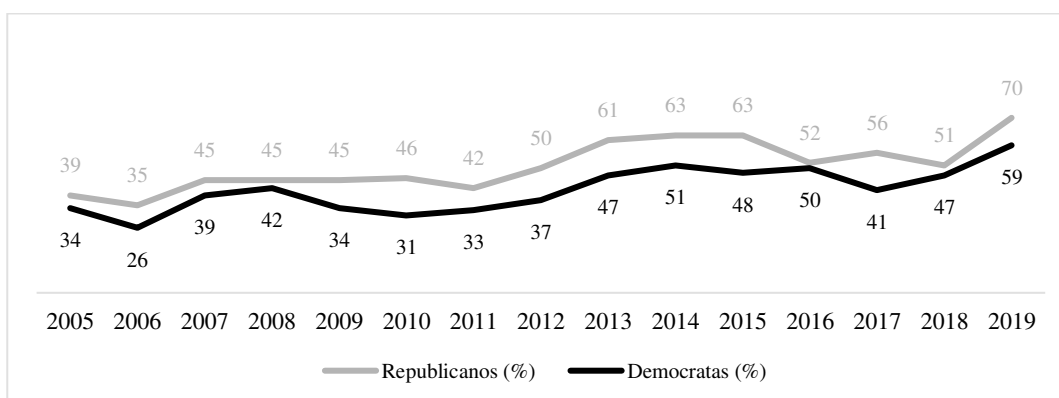
Resumidamente, viu-se que a maneira como a PEE é traçada para a RPC é palco de intensa politização nos EUA; que tanto os democratas quanto os republicanos usam-se de *falhas* na mesma para culpabilizar seus concorrentes – questões desta natureza são chamadas de *wedge issues*⁸⁹. Será que a opinião pública estadunidense corresponde a este comportamento, isto é, que as perspectivas favoráveis ou não acerca da República Popular da China variam de acordo com a identificação partidária da mesma? Vejamos no gráfico dezesseis.

⁸⁶ Com a promulgação da Constituição de 1947 no Japão, este vinculou a garantia de que não se militarizaria – como pode ser lido no artigo 9 do capítulo “Renúncia à Guerra” – esta norma ficou conhecida como norma pacifista. Em 2016, o Japão revogou esta norma. “A vitória do candidato Donald Trump nos Estados Unidos no final de 2016 fomentou o crescimento do debate sobre a remilitarização, uma vez que uma de suas propostas, enquanto candidato à presidência, era a retirada das tropas americanas que estão na Ásia” (MACHADO, 2017, p.12).

⁸⁷ “[...] public opinion in 1979 was affected by the Democrats loss of China in 1949” (KUSNITZ, 1984, p. 176-177).

⁸⁸ A visita do então presidente Nixon à RPC foi tão importante para reestabelecer as relações diplomáticas entre os dois países que ficou conhecida como *The week that changed the world*.

⁸⁹ *Wedge issues* são questões politizáveis que servem de instrumento para deslegitimar o oponente e dividir a base de apoio do mesmo.

Gráfico 16 – Perspectivas Desfavoráveis da RPC por Partido (%)

Fonte: Adaptação de Pew Research Center, 2019b.

A identificação partidária parece influir na maneira como os entrevistados percebem a RPC. Neste recorte temporal, de 2005 a 2019, os Republicanos são consistentemente mais desfavoráveis em relação à RPC que os Democratas. Excetuando 2006, a diferença entre as avaliações de ambos, entretanto, não eram tão consideráveis até 2008, passando a sê-la desde então até 2016.

Primeiro, a avaliação mais otimista em relação à RPC variaria com o partido do presidente que está no poder. Isto é, se o presidente é democrata e o entrevistado também o é, a porcentagem de democratas favoráveis à RPC aumentaria. Do contrário, se o presidente for democrata, mas o entrevistado republicano, este seria ainda mais desfavorável em relação à RPC – ver gráfico vinte e dois. Veja-se que os pontos de crescimento ou decréscimo mais significativos são os anos de posse dos novos presidentes: 2009, 2013, 2017 – e, a exceção seria 2019 que também apresenta grande crescimento, porém este se deve à guerra comercial, sobre a qual será discutida mais adiante.

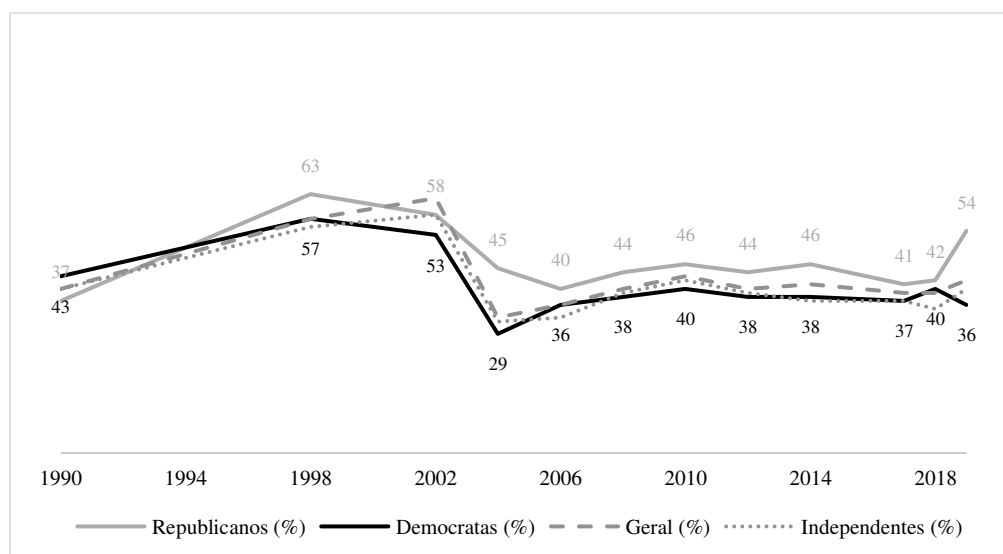
Segundo, a crise de 2008 foi um ponto de inflexão na relação sino-americana, sobretudo no que tange as perspectiva que os estadunidense nutrem em relação à RPC. Após a crise dos títulos *subprime*, os estadunidenses veem-se crescentemente ou preocupados com um possível declínio econômico ou efetivamente como estando em declínio. A recessão econômica, o desemprego, a precariedade na legislação trabalhista, a ausência de garantia dos cuidados de saúde, o crescente endividamento daqueles que conseguem cursar a universidade seriam todos indícios da decadência econômica estadunidense (ZHAO, 2019).

Acompanhada da autoimagem de nação em declínio, costuma-se vir a noção de ameaça. Por um lado, pela razão *automática* provinda da comparação, quanto mais fraco eu sou, mais forte o outro é relativamente a mim; por outro lado, pela promoção ativa de

inimigos externos feita pelos governantes estadunidenses como estratégia de mudar o foco das mazelas domésticas para questões internacionais.

Deste modo, como seria de se esperar de acordo com essa literatura, será que a perspectiva da RPC como ameaça realmente aumentou na opinião pública após 2008 e ainda, será que teve influência da identificação partidária?

Gráfico 17 – Desenvolvimento da RPC como Poder Mundial: Percepção de Ameaça por Partido (%)



Fonte: Adaptação de Chicago Council on Foreign Affairs, 2019.

Como visto no gráfico acima, de 2004 em diante a noção do desenvolvimento da RPC como poder mundial representando uma ameaça ao poderia estadunidense aumentou entre os democratas e caiu entre os republicanos, na maioria dos anos. O presidente de então era Republicano, George W. Bush (2001-2009). A queda pode ter se dado também pela avaliação positiva que fizeram da maneira como Bush lidou com os incidentes do avião, bem como pela mudança de foco que ocorreu nas prioridades da política externa, o inimigo número um estadunidense, após os atentados às Torres Gêmeas, era o terrorismo.

Ainda no gráfico 17, pode-se ver que a partir de 2008, tanto os posicionamentos dos Democratas quanto a dos Republicanos penduraram até 2018. De 2018 a 2019, entretanto, depois de travada a guerra comercial com a RPC, o percentual de republicanos que veem o desenvolvimento chinês como uma ameaça atingiu 54% – crescimento de doze pontos percentuais em relação ao ano anterior; enquanto o de democratas diminuiu para 36%, queda de quatro pontos percentuais em relação a 2018.

Em 2018, antes de declarada a guerra comercial com a RPC, a Chicago Council perguntou sobre se a possibilidade de tal guerra seria uma ameaça aos EUA: 41.5% dos

entrevistados disseram que representaria uma ameaça crítica; 49.6% que seria uma ameaça importante, mas não crítica; 8.6% que não seria uma ameaça importante, e 3% disseram não saber. Esta mesma pesquisa perguntou “caso esta guerra acontecesse, quão preocupado você ficaria que ela ferisse a economia local, na sua área?” – 70.6% responderam que ficariam preocupados ou muito preocupados.

Já em maio de 2019 a Fox News conduziu uma pesquisa também perguntando os impactos que a guerra comercial terá ou já teve na economia local. Desta vez, 45% dos respondentes disseram que esta prejudicará os EUA no longo prazo; 34% disseram que ajudará o crescimento da economia estadunidense e 11% disseram que não fará muita diferença no geral. Dentre os republicanos que apoiam as tarifas impostas à RPC, 65% afirmaram que estas ajudarão o crescimento da economia estadunidense no longo prazo. Em contrapartida, 69% dos democratas afirmaram que, no longo prazo, as tarifas prejudicarão a economia dos EUA (CHICAGO COUNCIL, 2019).

Dando um passo atrás, vale verificar se tanto os democratas quanto os republicanos apoiam a relação comercial entre EUA e RPC. Dentre os democratas, 17% se opõem enquanto 82% apoiam; dentre os republicanos, 33% se opõem, enquanto 65% apoiam. A maioria esmagadora de ambos os partidos apoiam, porém é notável a diferença entre democratas e republicanos. Mais especificamente, será que o percentual de democratas e republicanos também diferem, mas assemelham-se quanto à desejabilidade do aumento das tarifas aos produtos importados da RPC? Não.

Em pesquisa feita pela Chicago Council em 2019, têm-se que enquanto 72% dos republicanos apoiam a imposição e a escalada das tarifas, 25% destes se opõem as mesmas, e apenas 27% dos democratas a apoiam, enquanto 71% destes as opõem. A guerra comercial travada entre os EUA e a RPC no governo Trump é, se vista pelos olhos da águia, colorida por questões partidárias. Quem enxerga azul, opõe-se a mesma; quem enxerga vermelho, a apoia – até as cores parecem denotar ironia – “o mundo é vermelho na China”; vermelho representando a um só tempo o comunismo chinês e o partido Republicano nos EUA.

Por outro lado, como então seria entendida esta guerra comercial, isto é, visto que, de um lado, os republicanos entendem que esta será benéfica à economia estadunidense no longo prazo, enquanto os democratas pensam o contrário; em sentido contrário, será que ambos veem na relação comercial com a RPC uma que fortalece a segurança nacional dos EUA ou que enfraquece a mesma?⁹⁰: 76% dos democratas acreditam que o comércio com a RPC

⁹⁰ Wording: Does trade between the U.S. and China do more to strengthen US national security or to weaken US national security?

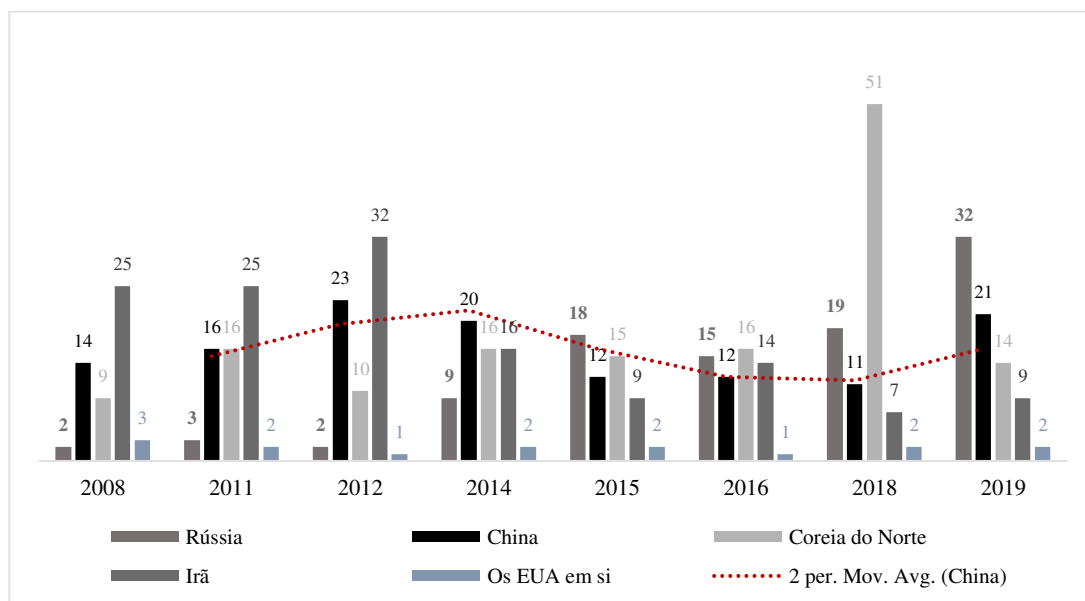
fortalece a segurança nacional estadunidense, e destes 22% acreditam que enfraquece a mesma. Dentre os republicanos, 48% pensam que fortalecem e 49% que deteriora a segurança nacional dos EUA (CHICAGO COUNCIL, 2019).

Ainda, foi-se perguntado se o comércio entre os EUA e a RPC contribuiria para aumentar ou diminuir as chances de conflito militar entre os mesmos, ou mesmo se não faria diferença para tal?⁹¹ 51% dos republicanos disseram que não faz diferença, 33% que ajuda a diminuir as chances de um conflito militar e 13% aumentar. Entre os democratas, 15% disseram que contribuiriam para aumentar as chances, 46% para diminuir e 37% disseram não fazer diferença (CHICAGO COUNCIL, 2019).

Em suma, se olharmos ao longo do período analisado por esta dissertação, a relação sino-americana não parece ser fundamentalmente colorida pela identificação partidária da opinião pública. No entanto, a partir de 2018 e da guerra comercial que se travou com a RPC, a polarização parece se dá também na relação sino-americana. Assim, é possível concluir que o partido com o qual um estadunidense se identifica influi na maneira como este entrevê a República Popular da China, e mesmo a relação sino-americana.

Não por acaso, em 2018 foi inserida a alternativa da “polarização política dos EUA” como uma possível ameaça vital aos interesses estadunidenses, a qual 52.3% dos entrevistados afirmaram que ser de fato uma ameaça, como foi mostrado no gráfico dez. Desta forma, a relação sino-americana não passaria incólume à polarização, sobretudo quando esta se encontra em crescente saliência, estando na pauta do dia. Em concordância, tem-se um aumento não somente na perspectiva desfavorável da RPC, mas mesmo desta como inimiga estadunidense. Como mostra o gráfico abaixo.

⁹¹ Wording: In your opinion, does trade between the US and China do more to increase or decrease the likelihood of military conflict between the US and China, or does it not make a difference?

Gráfico 18 - Qual país do mundo você considera ser o maior inimigo dos EUA hoje? (%)⁹²

Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019c.

Nota-se no gráfico 18, que diferentemente do Irã ou da Coreia do Norte, a porcentagem de respondentes que veem a RPC como inimiga dos EUA é mais uniforme ao longo do tempo. Além disso, é interessante perceber que os EUA passaram a ser citados como eles próprios inimigos da nação – mesmo que com baixas porcentagens. Esta é uma pergunta aberta, ou seja, os que responderam os EUA não foram induzidos por alternativas, pois não são dadas alternativas.

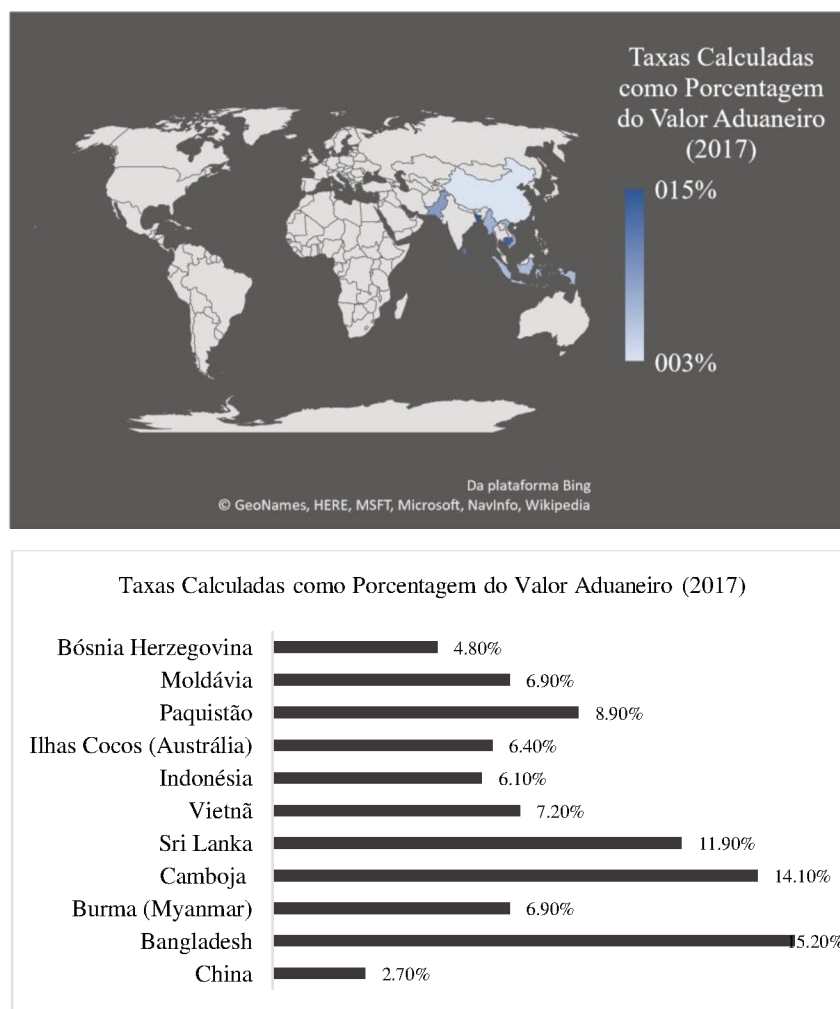
De 2018 para 2019 aumentaram em dez pontos percentuais, passando para 21%, os entrevistados que consideram a RPC uma inimiga dos EUA. Além da guerra comercial, as predecessoras da mesma podem ter ajudado neste aumento. Como dito no capítulo um, já em 2017, o governo Trump anunciou, no relatório Nacional de Segurança Estratégica, a entrada em uma nova era de *competição*, na qual a RPC é entendida como potência revisionista, e como uma *strategic competitor* dos EUA. Além deste, no sumário da Estratégia de Defesa Nacional, em 2018, a maneira como os EUA lidarão com o retorno da competição estratégica da China apresenta-se como o principal desafio do *Pentágono*.

Vale salientar dois fatores. Primeiro, o risco de uma guerra comercial com a RPC não é novo⁹³, ainda que a efetivação da mesma o seja. Segundo, as tarifas de importação impostas

⁹² Resposta aberta, não eram dadas alternativas, os respondentes diziam o que lhe viesse à cabeça. Os cinco mais apontados foram postos no gráfico. O Japão sequer foi mencionado na maioria dos anos, e quando o foi, atingiu o máximo de 1% de respondentes elencando-o como inimigo. Os países da União Europeia não foram mencionados em ano algum.

pelos EUA à RPC não são as maiores que os EUA impõem no leste asiático, contudo a relação sino-americana é mais sensível e saliente que as outras da região.

Gráfico 19 – Porcentagem das Taxas de Importação Aplicadas pelos EUA em 2017 – em duas representações gráficas



Fonte: Adaptação de Pew Research Center, 2018a.

As duas representações do gráfico 19 servem para evidenciar que apesar da RPC ser a maior exportadora dos EUA, sendo que mais de 500 bilhões de dólares foram importados em

⁹³ “In meeting with Chinese President Hu Jintao two months ago, President Barack Obama said: “Over the last several years [...] we have been able to really create a new model for practical and constructive and comprehensive relations between our two countries.” By early July, on the campaign trail in Ohio, he was touting his administration’s record for bringing “trade cases against China at a faster pace than the previous administration.” This was underscored by the Obama administration’s September 17 unfair trade case at the World Trade Organization against alleged Chinese subsidies of auto parts exports. Meanwhile, the president’s Republican challenger, Mitt Romney, has promised that on his first day in office he will issue an executive order branding China a currency manipulator, possibly triggering a trade war. However, in a Wall Street Journal op-ed on February 16, he stated that “a trade war with China is the last thing I want,” and then backed away from the threatened executive order by saying that he would designate Beijing a currency manipulator “unless China changes its ways.”” (PEW RESEARCH CENTER, 2012, grifo nosso)

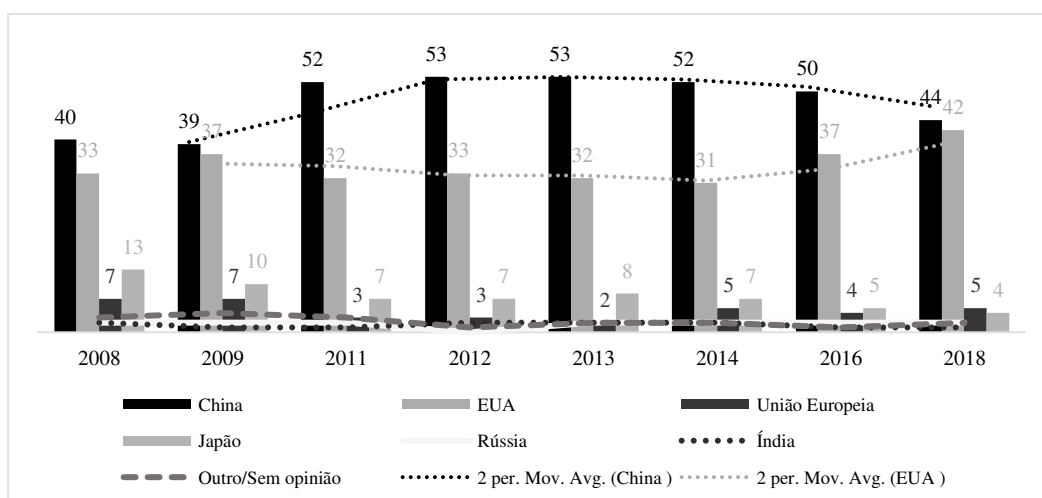
produtos da mesma em 2017, não é sobre a RPC que incidem as maiores taxas de importação estadunidenses. Tendo posto as tarifas de importação impostas pelos EUA em perspectiva, no entanto, a relação sino-americana é incomensuravelmente mais saliente para a opinião pública estadunidense que a relação com Sri Lanka, Camboja ou Bangladesh. Além disso, o volume de produtos importados da RPC é muito maior.

Em resumo, até agora foram evidenciados alguns pontos, dentre eles: como os percentuais de não respondentes diminuíram ao longo dos anos no que tange as perguntas relacionadas à RPC; concomitantemente como de 2018 para 2019 a relação sino-americana e todas as questões que envolvem a mesma parecem terem sido coloridas pela identificação partidária; e ainda, o aumento da perspectiva da RPC como *inimiga*.

Mais adiante, será feita uma análise específica às duas hipóteses levantadas por esta dissertação; agora, serão apresentados os possíveis vínculos que desencadearam tanto o desejo por parte de alguns de impor e escalar as tarifas de importação estadunidenses para com a RPC e a noção da RPC como inimiga, ao mesmo tempo que os EUA começam a aparecer nas pesquisas como seu próprio inimigo.

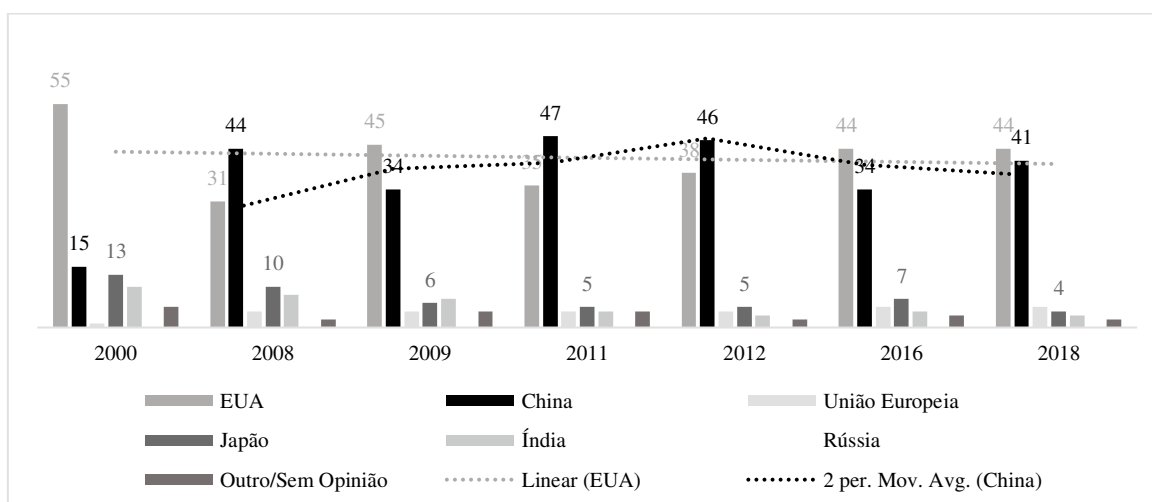
Como já foi dito, a autoimagem é fundamentalmente relacional, isto é, um ser ou mesmo uma sociedade se enxerga através do outro ao mesmo tempo que através de si, estabelecendo uma ideia de co-constituição na formação da autoimagem. Por este ângulo, foram postas duas perguntas à opinião pública estadunidense: primeira, entre a China, a Rússia, o Japão, a UE, a Índia e os EUA quem destes, a opinião pública entendia ser o líder econômico mundial na atualidade? E quem seria o mesmo daqui a 20 anos?

Gráfico 20 – Perspectiva acerca do Líder Econômico Mundial Hoje⁹⁴



Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019d.

⁹⁴ Wording: Which one of the following do you think is the leading economic power in the world today – [Rotated: the USA, the European Union, Russia, China, Japan, India]?

Gráfico 21 – Perspectiva acerca do Líder Econômico em 20 Anos⁹⁵

Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019d.

Claramente nos dois gráficos, os maiores percentuais são atribuídos à RPC e aos EUA. De novo, nota-se o possível papel da crise de 2008 nas avaliações da opinião pública estadunidense, de 2000 para 2008 caiu significativamente a perspectiva dos EUA como líder mundial futuro, ao passo que aumentou em relação à RPC como o mesmo – tendo subido de 15% em 2000 para 41% em 2018. Em relação ao próprio EUA, ainda que tenha subido em anos subsequentes, não atingiu mais os 55% dos anos 2000.

Em 2008, 2011 e 2012 foram os únicos anos em que a perspectiva da RPC como a líder econômica mundial no futuro ultrapassou a dos EUA na opinião pública – *Make America Great Again*. Já em relação ao líder econômico na atualidade, não teve ano algum que a RPC não estivesse acima dos EUA nas avaliações dos respondentes, os anos em que os EUA mais se aproximaram da RPC foram 2009 e 2018. Será que estas avaliações também mudariam de acordo com a identificação partidária? Sendo os republicanos mais otimistas e os democratas mais pessimistas em relação aos EUA desde a posse de Trump? Vejamos na tabela um.

⁹⁵ Wording: Looking ahead 20 years, which one of the following countries do you expect to be the world's leading economic power at that time – [Rotated: the U.S., the European Union, Russia, China, Japan, India]?

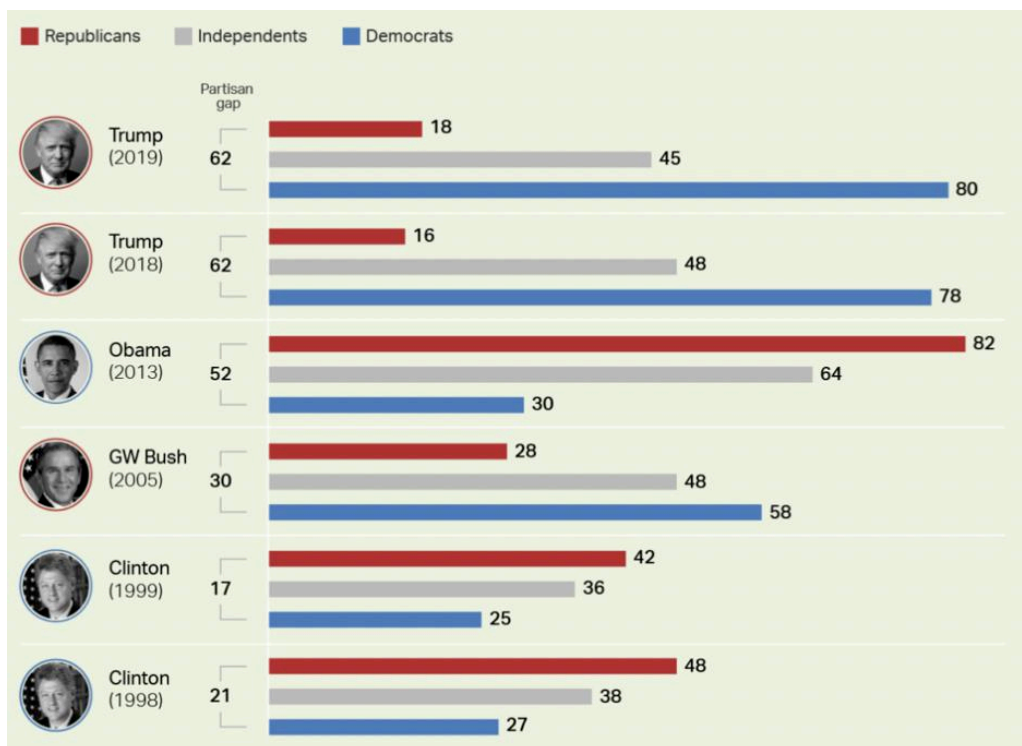
Tabela 1 – EUA como Líder Econômico Mundial Por Partido (%)

	2016	2018	Diferença (Pontos Percentuais)
Atual Líder Econômico Mundial			
Republicanos	36%	47%	+11
Democratas	37%	36%	-1
Futuro Líder Econômico Mundial			
	2016	2018	
Republicanos	49%	56%	+7
Democratas	42%	31%	-11

Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2018c.

Como pode ser visto na tabela acima, os percentuais de democratas que viam nos EUA tanto o atual quanto o futuro líder mundial caíram, já os de republicanos aumentaram consideravelmente, sobretudo acerca do líder mundial hoje. 47% dos republicanos afirmam que os EUA são o líder mundial hoje e 56% que estes serão no futuro. Neste ponto de vista, em pesquisa feita pela Gallup Poll em 2019e, mostraram-se as tendências históricas, de Bill Clinton a Trump, do papel da identificação partidária na perspectiva do declínio econômico estadunidense.

Gráfico 22 – Percentual da Opinião Pública que acredita que os EUA Declinarão Economicamente no Próximo Ano (%)

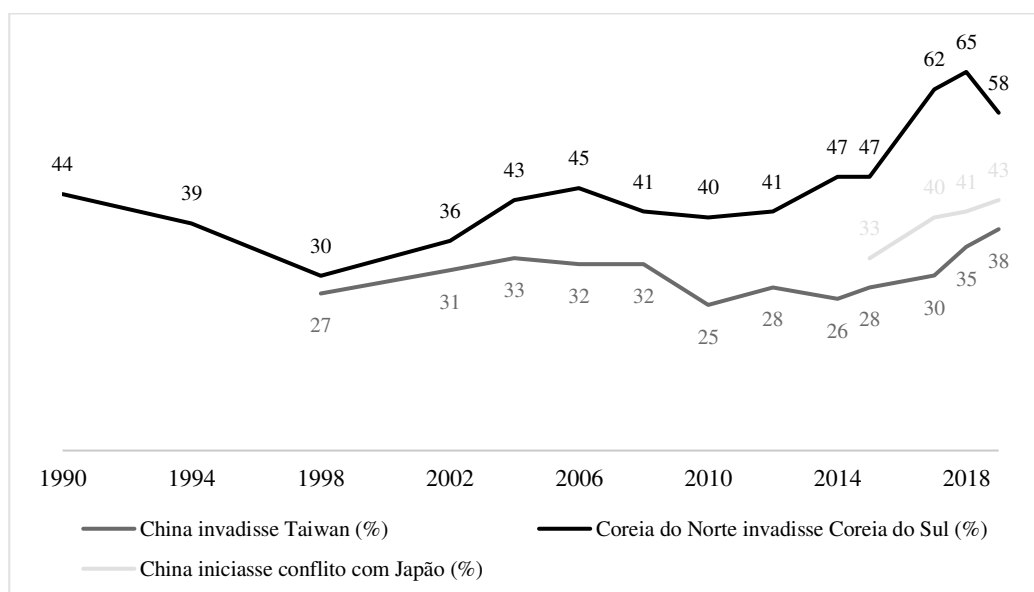


Fonte: Gallup Poll, 2019e.

É perceptível que em todos períodos a identificação partidária teve papel na avaliação dos entrevistados acerca de se a economia estadunidense estaria em declínio, sendo que aqueles que se identificam com o partido do presidente no poder são consistentemente mais otimistas em relação ao futuro próximo da economia estadunidense. No entanto, a diferença entre as perspectivas por identificação partidária aumentou enormemente de Clinton a Trump.

Já durante o governo Obama, nota-se uma diferença de 52 pontos percentuais entre republicanos e democratas, sendo estes últimos mais otimistas. No governo Trump, esta diferença é alavancada para 62 pontos percentuais – uma mudança considerável. De um lado, têm-se 82% dos republicanos argumentando que os EUA decairiam no ano seguinte, durante o governo Obama (2013), e agora, 2019, 18% dizendo o mesmo – uma inversão considerável da perspectiva republicana, bem como da democrata.

Na esfera econômica e nas expectativas em torno da mesma, portanto, nota-se uma clara influência da identificação partidária nas avaliações que os respondentes fazem. Será que está ocorrendo também em torno de questões militares? Mais especificamente, em torno de questões militares relacionadas à RPC? Vejamos nos gráficos 23 e 24.

Gráfico 23 – Uso de Tropas Estadunidenses (% Apoia)⁹⁶

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2019.

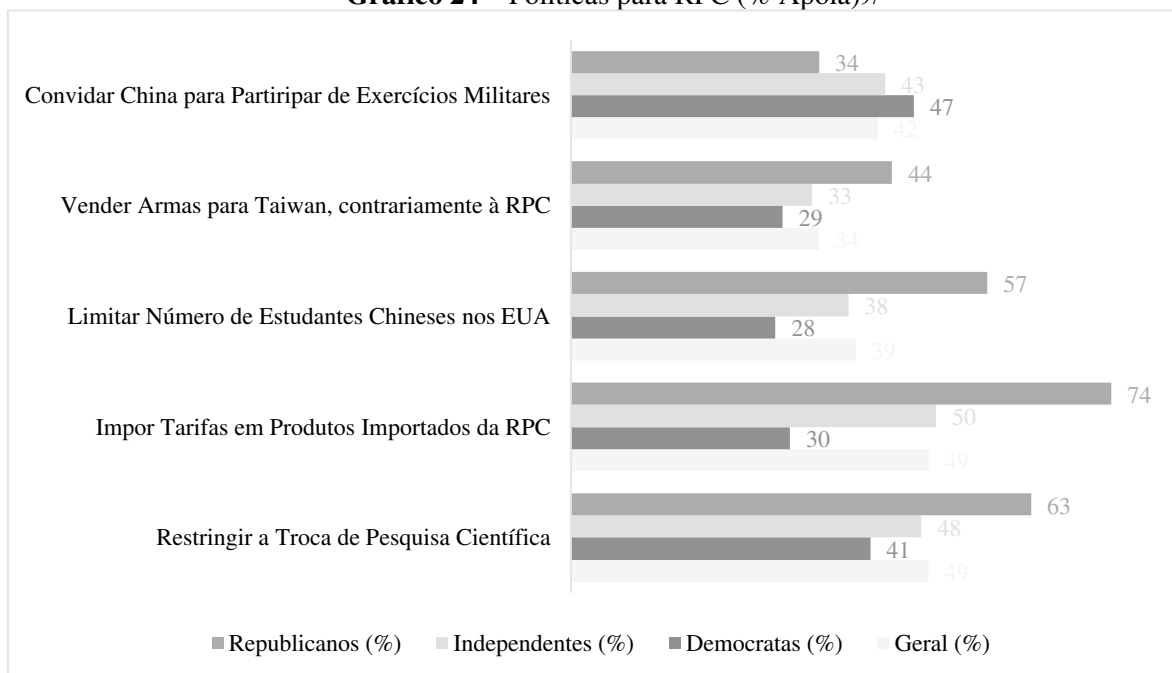
O caso da Coreia do Norte invadir a Coreia do Sul foi posto a título de comparação e por estar na mesma região. É importante notar que relativo a este, a suposição da China invadindo Taiwan encontra consideravelmente menos suporte no uso das tropas estadunidenses para ajudar o país aliado. Ainda assim, é interessante analisar sua variação histórica. Após a colisão entre os aviões em 2001, o percentual da opinião pública que apoia o uso de tropas estadunidenses no caso de a China invadir Taiwan, aumentou quatro pontos percentuais – mantendo-se relativamente constante até 2010, quando diminuiu. Desde então esta vem oscilando, porém de 2018 para 2019, o percentual atingiu seu ápice histórico, tendo agora 38% da opinião pública apoiando o uso das tropas estadunidenses para ajudar Taiwan.

Além disso, em 2015 foi inserida uma nova alternativa nas pesquisas da Chicago Council, qual seja: se a opinião pública estadunidense apoiaria o uso de tropas nacionais caso a China iniciasse um conflito com o Japão. Com isso, vê-se paulatinamente a expansão da noção da região Ásia-Pacífico como o principal entorno estratégico para os EUA na atualidade refletida nas pesquisas de opinião. O apoio caso tal invasão ocorresse, já começa em 2015 com níveis maiores que no caso de Taiwan, e também atinge seu ápice em 2019, com 43%. É interessante notar como a relação da China com a Coreia do Sul e com o Japão vão sendo inseridas nas pesquisas de opinião a partir de 2015, 2016 – ver mais em anexo A.

⁹⁶ Wording: There has been some discussion about the circumstances that might justify using US troops in other parts of the world. Please give me your opinion about some situations. Would you favor or oppose the use of US troops (% favor).

Será que a avaliação sobre quais políticas deveriam ser empreendidas pelos EUA em relação à RPC, em 2019, também muda significativamente a depender da identificação partidária do(a) entrevistado(a)?

Gráfico 24 – Políticas para RPC (% Apoia)⁹⁷



Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2019.

Como já ressaltado anteriormente, a questão da desejabilidade das imposições tarifárias para com a RPC é colorida pela identificação partidária, porém esta não é a única, como se pode notar no gráfico 24. As políticas mais restritivas contam com um maior apoio de republicanos, por exemplo: a proposta de limitar o número de estudantes chineses nos EUA e a de restringir a troca de pesquisas científicas entre os EUA e a RPC são apoiadas mais pelos republicanos, com uma diferença de 29 e 22 pontos percentuais a mais em relação aos democratas, respectivamente.

Em contrapartida, as propostas de convidar a RPC para participar de exercícios militares juntamente aos EUA e seus aliados e a de vender armas para Taiwan são mais respectivamente mais apoiada e mais rechaçada pelos democratas. A primeira conta com um apoio de treze pontos percentuais a mais que os republicanos e a segunda, 15 pontos percentuais a menos que os mesmos.

⁹⁷ Wording: Would you support or oppose the following US policies toward China? (% support)

3.2.1 Análise das hipóteses

H1: A relação sino-americana é saliente para a opinião pública estadunidense.

H2: A identificação partidária não influi na maneira como a opinião pública estadunidense vê a RPC.

Seguindo a metodologia proposta por Page & Shapiro (1983), também utilizada por Carreirão (2017), esta dissertação testará a saliência da relação sino-americana para a opinião pública estadunidense. A fim de fazê-lo serão expostos a seguir os percentuais de entrevistados que responderam “não sei” ou recusaram responder e o histórico de perguntas feitas em torno da República Popular da China ao longo das pesquisas de opinião – este encontra-se no anexo A. Portanto, do histórico será evidenciado no corpo desta dissertação se há escassez de perguntas no que tange à relação sino-americana e, ainda, se houve um aumento de tópicos abordando a mesma.

Por fim, para testar a hipótese de que a opinião pública estadunidense não é influenciada pela identificação partidária na avaliação que a mesma faz da relação sino-americana serão retomados alguns dados já evidenciados nos gráficos 3, 16, 17, 22 e 24, bem como na tabela 1, fazendo uma análise dos mesmos vis-à-vis o histórico da política externa estadunidense para a República Popular da China, jogando luz sobre fatores que podem ter alterado o bipartidarismo na relação sino-americana ao longo do tempo, a ver: a polarização nos EUA.

Abaixo, encontram-se as tabelas dois e três. Nestas, estão expostos os percentuais de entrevistados que responderam “não sei” às perguntas relacionadas à República Popular da China entre 1990 e 2019. Foram postas perguntas mais gerais, como a avaliação da opinião pública estadunidense em torno da RPC como sendo de muito favorável a muito desfavorável; até perguntas mais específicas, por exemplo, se a guerra comercial entre os EUA e a RPC são uma ameaça aos EUA na atualidade. É interessante ler a tabela 3 tendo em mente que a maioria das novas perguntas, postas nas pesquisas de opinião, em torno da República Popular da China, enquadraram-na como ameaça.

Tabela 2 – Percentual de “Não Sei”: 1990 – 2019

Ano	Favorável – Desfavorável (%)	O desenvolvimento da RPC como poder mundial (%)	Se a RPC invadir Taiwan (%)	Confronto entre RPC e Taiwan (%)	Dívida dos EUA para RPC (%)	Conflito militar entre RPC e Japão (%) – uso de tropas
1990		8				
1994	7	6				
1998	10	5	15			
2002	7	2	10			
2004	5	2	7			
2006	6	2	6	2		
2008	3	1	3	1		
2010	5	1	4	2	1	
2012	2	0,6	3		0,8	
2014	5		2			
2015	5		4			4
2016	4					
2017	2	0,4				2
2018	2	0,4	3			3
2019	2					

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2019; Gallup Poll, 2019d.

Tabela 3 – Percentual “Não Sei”, Novas Perguntas: 1998 – 2018

Ano	Garantir que a RPC não domine a Península Coreana (%)	Conflito entre RPC e Japão – ameaça (%)	Guerra Comercial com a RPC – ameaça	Aliado – Inimigo (%)	Líder Mundial em 20 anos (%)	Líder Mundial Hoje (%)
1998				36		
2004						
2006				6		
2008					2	3
2010	2					
2012					2	1
2014						2
2015		0,4				
2016					3	1
2018			0,3	2	2	2

Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2019; Gallup Poll, 2019d.

Como pode ser observado nas tabelas acima, o percentual de entrevistados que recusam responder ou que optam pela alternativa “não sei” é extremamente baixo para a maioria esmagadora das perguntas relacionadas à RPC ao longo do tempo. Na verdade, para todas as perguntas. Haveria, entretanto, duas exceções notáveis e duas intermediárias diante da métrica do índice de saliência proposto por Page & Shapiro (1983).

Sendo as notáveis: os 36% que prefeririam não responder se a RPC era uma aliada; não aliada, mas amigável; não amigável ou inimiga em 1998; e os 15% que disseram não saber se seria desejável o uso de tropas estadunidenses caso a RPC invadissem Taiwan, também em 1998. Já as exceções intermediárias seriam: em 2002, 10% alegou não saber se era desejável o uso das tropas estadunidenses no caso de uma invasão chinesa em Taiwan; e outros 10%, em 1998, preferiram não responder à classificação da RPC como muito favorável, favorável, muito desfavorável ou desfavorável.

Vale ressaltar que, grosso modo, os percentuais de entrevistados optando por responder “não sei” era maior até 2000/2002, quando ainda eram feitas muitas pesquisas por telefone – isto foi notado não somente nas perguntas referentes à RPC. Além disto, até os dias

de hoje, no concernente às pesquisas feitas que abordam a relação sino-americana, notou-se um maior percentual de “não sei” em pesquisas realizadas por institutos midiáticos, que costumam fazer perguntas mais dicotômicas, além de fazê-las no calor de um acontecimento.

Por exemplo, quando a Newsweek Poll, conduzida em 2001, perguntou se os entrevistados acreditavam que a administração Bush deveria ou não deveria requerer ao Congresso permissão para vender armas a Taiwan, 15% responderam não saber. Ou, em pesquisa feita em 1999 pela NBC News e Wall Street Journal, na qual perguntaram “Em se tratando das alegações de que a RPC roubou tecnologia nuclear estadunidense, você acredita que se estas forem verdadeiras quem deve ser majoritariamente responsabilizado: a administração Clinton ou administrações prévias são tão responsáveis quanto a atual?”, 9% responderam “não sei”. Ainda assim, não são percentuais consideravelmente altos.

Em resumo, é evidente que os percentuais de entrevistados que preferem não responder as perguntas em torno da relação sino-americana ou optam pela alternativa “não sei” são baixíssimos na opinião pública estadunidense. No concernente a este indicador, portanto, tem-se que a relação sino-americana é saliente para a opinião pública estadunidense. Haveria, entretanto, escassez de perguntas em torno da mesma?

Como está exposto no anexo A, o número de perguntas feitas nas pesquisas de opinião estadunidense que estão vinculadas à RPC – direta e indiretamente – vem aumentando. No anexo A, têm-se cerca de 100 perguntas feitas entre 1990 e 2019. Até os anos 2000, as perguntas relacionadas à RPC eram mais amplas – como a que questiona se o desenvolvimento da RPC como poder mundial é uma ameaça aos EUA. Porém, as perguntas tornam-se paulatinamente mais específicas. Tendo em 2008, já a adição do déficit comercial estadunidense e de ataques cibernéticos incluídos nesta pergunta acerca das ameaças.

E o surgimento de muitas outras perguntas, como em 2008, quando se questiona “quão preocupada você está com as seguintes questões na relação sino-americana: a indisposição chinesa de diminuir os gases do efeito estufa; o limite que o governo chinês impõe sobre sua população no acesso à internet; a manipulação cambial da moeda chinesa, a fim de incentivar as exportações da RPC; a repressão do governo chinês a dissidentes pró-democracia; a maneira como a RPC lida com o Tibete; a venda de armas pelos EUA a Taiwan, apesar das objeções do governo chinês?”

Entre 2006 e 2007, surgiram onze perguntas sobre a RPC somente nos institutos de pesquisa analisados por esta dissertação. Já entre 2008 e 2010, surgem mais onze. De 2011 a 2012, mais catorze. De 2014 a 2015, aparecem mais dezoito perguntas. Em 2016, mais sete perguntas diretas, porém com uma variedade enorme de perguntas subjacentes às mesmas,

perguntando o porquê de terem respondido que a RPC é uma ameaça, por exemplo. A partir de 2016, as perguntas feitas em torno da relação sino-americana pela Chicago Council on Global Affairs começam a vir acompanhadas de questionamentos que buscam entender o porquê das respostas dadas.

Para os anos de 2017, 2018 e o atual, 2019, a tendência de aumento no número de perguntas continuou, até mesmo passou a ter um número expressivo de pesquisas de opinião cuja temática exclusiva foi a República Popular da China. Deste modo, não somente não existe escassez de pesquisas de opinião que abordem a República Popular da China nos EUA, mas também o número de perguntas que se relacionam a mesma aumentou – e continua aumentando – ao longo dos anos. Não somente há novas perguntas, como as antigas são mantidas.

É interessante notar que *surveys* estadunidenses que abordam a República Popular da China não são somente os que tratam de Política Externa. Em uma pesquisa de opinião feita pela CBC News juntamente a The New York Times em julho de 2000, cujo objetivo era identificar o nível de interesse dos estadunidenses em torno das eleições de 2000 e as intenções de voto dos mesmos, perguntou-se sobre a relação comercial com a RPC, sendo inclusive a única questão de política externa incluída na pesquisa⁹⁸.

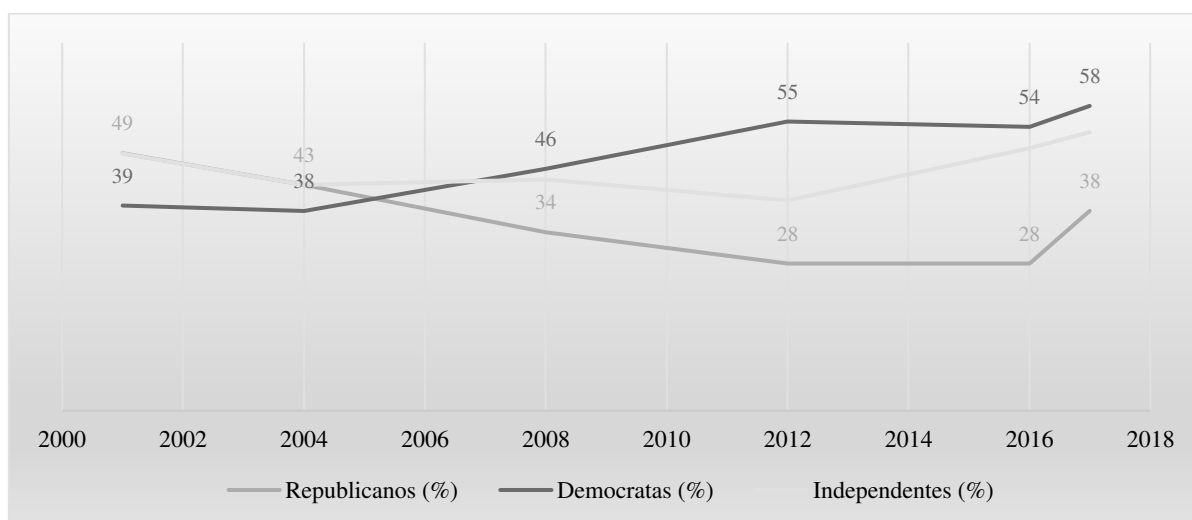
Em resumo, os três indicadores propostos por Page e Shapiro (1983) para testar a saliência de uma questão na opinião pública – quais sejam: o percentual de respondentes que optam pela alternativa “não sei”; se há escassez de pesquisas abordando o tema; e, por fim, se o número de perguntas em torno do tema aumenta ao decorrer dos anos – apontam que a relação sino-americana é uma questão saliente para a opinião pública estadunidense. E ainda, se é possível graduar saliência, fugindo do escopo do que foi proposto por Page e Shapiro (1983), ter-se-ia que a relação sino-americana é cada vez mais saliente para a opinião pública estadunidense, tanto em termos de atenção como de preocupação, *issue attention* e *issue concern*.

Deste modo, a hipótese de que a relação sino-americana é saliente para a opinião pública estadunidense foi confirmada por este trabalho. Sendo possível a partir de então, empreender um estudo que busque analisar as relações de congruência – ou mesmo de incongruência – que podem haver entre a opinião pública e a formulação e prática da política externa estadunidenses.

⁹⁸ Pergunta: When it comes to international trade, should the United States now give the same privileges to China that it gives to other friendly nations, or not?

De outra parte, seria a identificação partidária um fator de influência na avaliação que a opinião pública estadunidense faz da República Popular da China? Vejamos! O gráfico abaixo mostra o percentual de republicanos e democratas que tem uma perspectiva favorável/desfavorável da RPC, de 2000 a 2017.

Gráfico 25 – Opiniões favoráveis à RPC por Identificação Partidária (%)



Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2017.

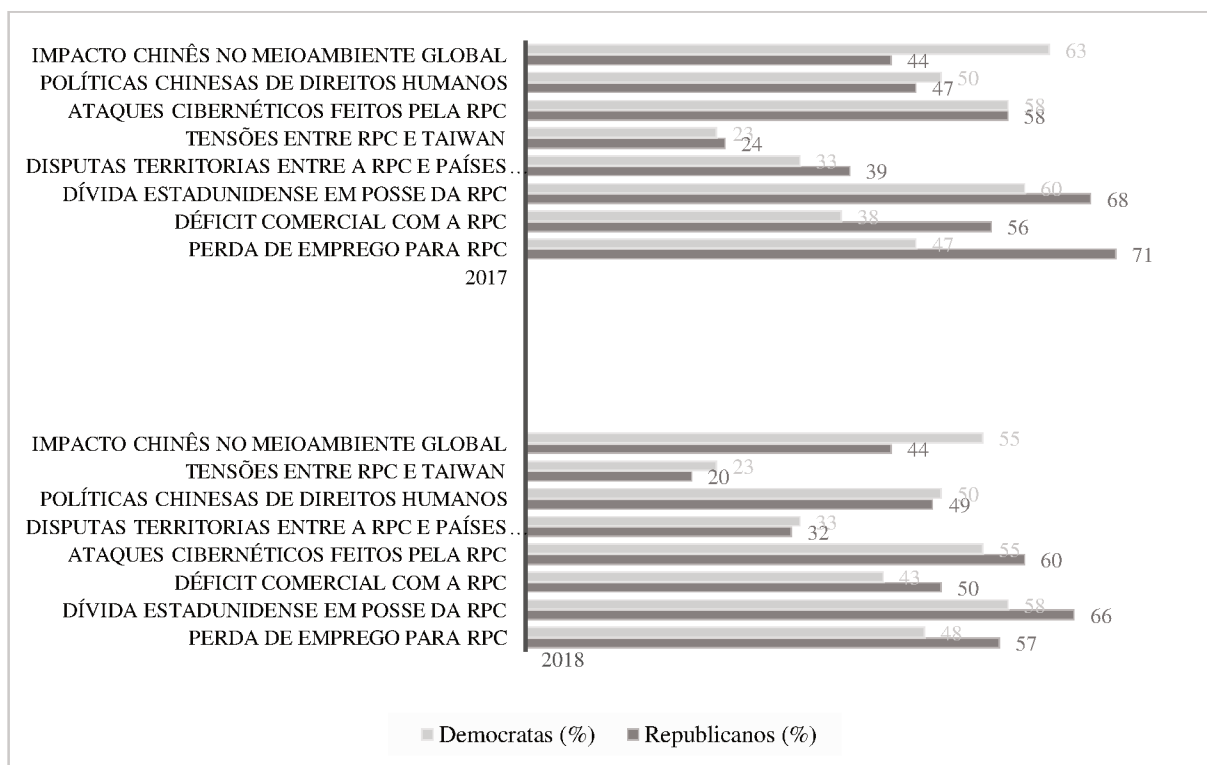
Como visto no gráfico 25, a crise de 2008 mais uma vez aparece como um ponto de inflexão nas avaliações da opinião pública estadunidense no concernente à República Popular da China. A partir de 2008, inverte-se a tendência anterior e os democratas passam a ter opiniões mais favoráveis à RPC que os republicanos. Desde então, a diferença entre as perspectivas da opinião pública em torno da RPC separadas por identificação partidária só aumentou. Em 2016, teve-se a maior disparidade entre as avaliações por partido, sendo que então somente 28% dos republicanos tinham uma opinião favorável acerca da RPC, enquanto 54% dos democratas a tinham.

Vale ressaltar, que no período evidenciado pelo gráfico 25, a avaliação das opiniões parece corresponder ao partido do presidente no poder. Isto é, de 2001 a 2009, tinha-se um presidente republicano, George W. Bush – neste período, a opinião dos republicanos ainda era mais favorável que os democratas, excetuando 2008 e a “inesperada” crise *subprime*. De 2009 a 2017, quando o presidente democrata Barack Obama estava no poder, a opinião dos democratas passa a ser mais favorável à RPC que a dos republicanos.

Deste modo, tem-se que a avaliação da opinião pública como sendo favorável ou não à República Popular da China pareceu variar de acordo com a identificação partidária e com o

partido do presidente em situação. Será, entretanto, que os democratas e republicanos *preocupam-se – issue concern* – com as mesmas questões relacionadas à RPC?

Gráfico 26 – [...] é um Problema Muito Sério para os EUA? 2017 e 2018 por Identificação Partidária



Fonte: Adaptação de Pew Research Center, 2018b.

No gráfico 26, vê-se que as questões que mais preocupam os democratas em relação à República Popular da China são diferentes das que preocupam os republicanos – e ainda, que em algumas delas, os percentuais mudaram muito de 2017 para 2018, uma vez declarada a postura rígida que o governo Trump adotou em torno da RPC, e já travada a guerra comercial com a mesma.

Em 2017, a questão que mais preocupava os republicanos era a perda de emprego dos estadunidenses para a RPC, com 71% afirmando ser este um problema *muito sério* na relação sino-americana. Em seguida, tinha-se o percentual da dívida estadunidense que pertence a RPC, 68%, depois os ataques cibernéticos chineses, 58%. Já em 2018, os republicanos preocupavam-se mais com o percentual da dívida estadunidense em posse da RPC, 66%, depois os ataques cibernéticos, 60%, em seguida a perda de emprego, 57% - sendo que em relação a esta última, houve uma queda de quatorze pontos percentuais.

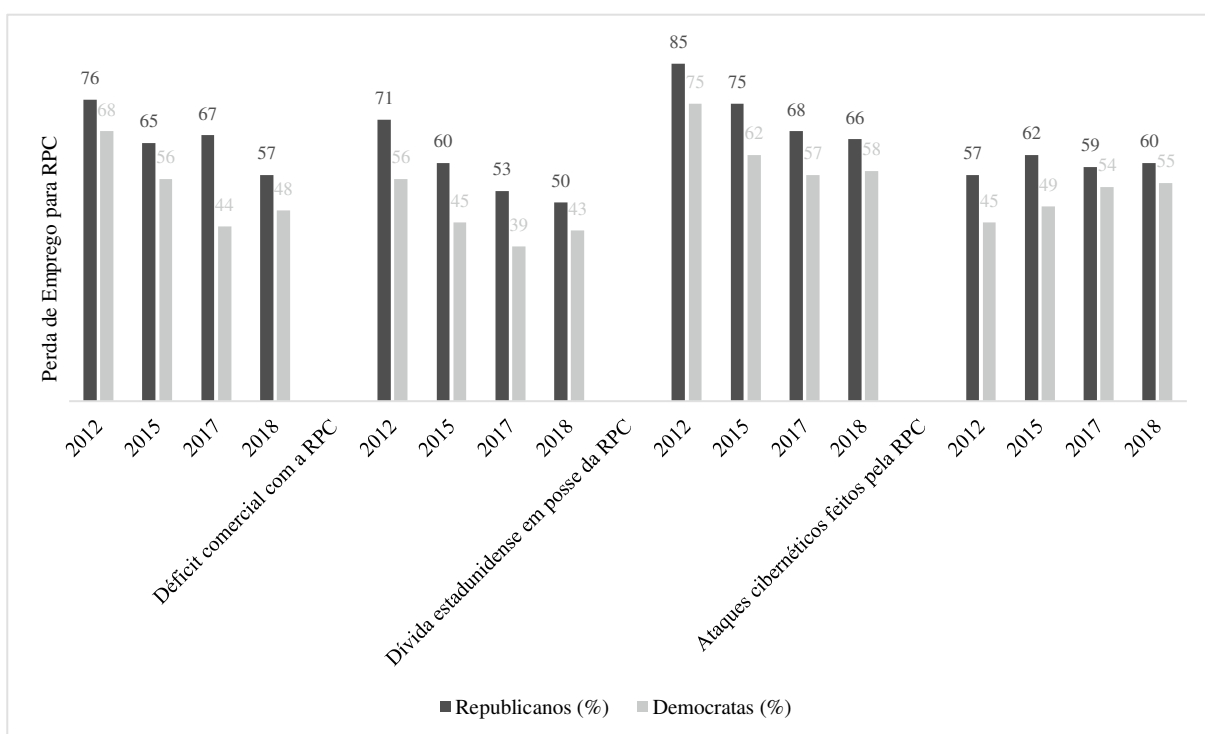
Os democratas, por sua vez, em 2017 tinham no topo de suas preocupações com a RPC o impacto da mesma no meio ambiente, 63%, depois o percentual da dívida

estadunidense nas mãos dos chineses, 60%, depois os ataques cibernéticos, igualando os 58% dos republicanos. Em 2018, em contrapartida, a dívida estadunidense passou a ser a preocupação número um dos democratas, 58%, deixando os ataques cibernéticos e os impactos ao meio ambiente em segundo lugar com 55%.

Percebe-se com o gráfico que, se de um lado os democratas preocupam-se mais com questões ambientais na relação sino-americana, os republicanos preocupam-se mais com questões econômicas como a perda de empregos dos estadunidenses para a República Popular da China. Porém, esta afirmativa só se sustenta na sua visão mais ampla. Os percentuais, para a maioria das categorias, não se distinguem substancialmente entre democratas e republicanos. Com exceção de duas questões em 2017, quais sejam: a perda de empregos para a RPC, 24 pontos percentuais de diferença entre republicanos e democratas, e o déficit comercial com a RPC, 18 pontos percentuais.

Vejam, então, no gráfico abaixo, qual a diferença nas perspectivas da opinião pública estadunidense por identificação partidária para quatro questões entre 2012 e 2018, sendo estas: a perda de emprego dos estadunidenses para a RPC; o déficit comercial dos EUA com a RPC; o percentual da dívida estadunidense em posse do governo chinês; e, por fim, os ataques cibernéticos da RPC.

Gráfico 27 – [...] é um Problema *muito sério* na Relação Sino-Americana, 2012-2018, % por Identificação Partidária



Fonte: Adaptação de Pew Research Center, 2018b.

Primeiro, nota-se que de 2017 para 2018 o percentual de democratas preocupados com qualquer uma das quatro questões apresentadas, aumentou, enquanto o contrário se deu com o percentual de republicanos; destes últimos, excetua-se a questão sobre os ataques cibernéticos, que aumentou um ponto percentual neste período.

Em segundo lugar, nos quatro problemas considerados pelo gráfico, o percentual de republicanos que o consideram *muito sério* para os EUA é maior, em todo o período retratado. Coadunando com o argumento apresentado acima de que os republicanos se preocupam mais com as questões econômicas na relação sino-americana, a ver: o déficit comercial, a dívida estadunidense e a perda de empregos.

Em relação à possibilidade de ataques cibernéticos chineses, é interessante notar que o percentual de republicanos também é maior, tendo, entretanto, diminuído a diferença ao longo dos anos. De 2012 a 2018, a diferença percentual entre republicanos e democratas passou de doze pontos percentuais para somente cinco pontos percentuais.

Este ponto merece especial atenção, visto que muitos especialistas argumentam que o futuro da balança de poder não será determinado pelas capacidades militares de um país, mas tecnológicas. As influências da tecnologia no exercício de poder mundial iriam de ataques cibernéticos a briga pelo fornecimento de internet, o uso de aplicativos. Neste ponto, vale ressaltar a tentativa do governo estadunidense, bem como de muitos governos europeus, nomeadamente do Reino Unido, de banir a entrada da empresa chinesa Huawei nos seus países; bem como a tentativa destes mesmos governos de investigar o aplicativo *TikTok*, sob alegações de censura empreendida pelo governo chinês através deste aplicativo, bem como potencial roubo de dados dos usuários do mesmo.

Em suma, os gráficos 3, 16, 17, 22, 24, 25, 26 e 27 mostraram consistentemente que existe uma diferença entre os posicionamentos da opinião pública estadunidense em relação à República Popular da China de acordo com a identificação partidária dos respondentes. Mesmo condizendo com a expectativa das duas literaturas comentadas, quais sejam: em períodos de presidentes republicanos, estes abrandam suas preocupações, enquanto os democratas as intensificam; e a de que a crise de 2008 foi um ponto de inflexão nas avaliações dos estadunidenses em torno da República Popular da China.

Deste modo, pode-se dizer que a hipótese formulada por esta dissertação de que a identificação partidária não influi nas perspectivas da opinião pública foi derrubada. Sobretudo em anos mais recentes, desde a posse de Trump.

Ainda que seja fortuito e conveniente responsabilizar a vitória de Trump como fator de polarização na relação sino-americana, em entrevista para BBC News (2019), Daniel Kliman,

diretor do centro de estudos em Segurança na região Ásia-pacífico, e Christopher Wray, diretor do Departamento Federal de Investigação (FBI, sigla em inglês), argumentaram que a guinada na política externa estadunidense mais rígida em torno da RPC se daria qualquer que fosse o resultado das eleições de 2016.

Kliman e Wray (BBC, 2019) defendem que a população estadunidense, a burocracia, os *policymakers*, a academia e o empresariado notaram que as estratégias empreendidas em torno da RPC não renderam os frutos esperados. A República Popular da China entrou na OMC e não se tornou mais liberal ou democrática por isso; ao mesmo tempo, as questões territoriais no mar meridional chinês não se tornaram menos contenciosas; a RPC continua manipulando a desvalorização do renminbi em favor das exportações chinesas; esta atraiu grandes empresas estadunidenses devido à mão-de-obra barata, porém as empresas perceberam agora que os custos foram altos, isto é, de tecnologia revertida para a RPC e de propriedade intelectual.

Enfim, existiria desta maneira, uma crescente frustração em torno da política externa estadunidense para a República Popular da China e sua incapacidade de alcançar os resultados ambicionados. Com isso, esta frustração seria generalizada, de modo que, independentemente do partido do presidente eleito em 2016, Wray e Kliman (BBC, 2019) argumentam, a PEE para a RPC iria seguir este mesmo viés, tornando-se mais competitiva para com a RPC.

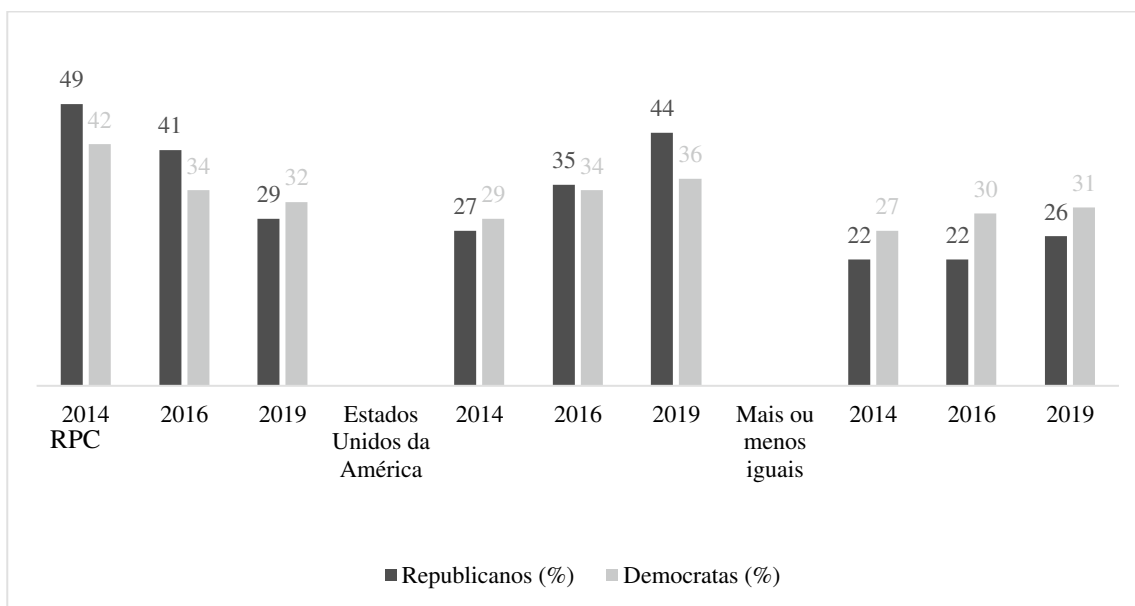
Por fim, será que o crescente ímpeto competitivo é corroborado pela perda de influência dos EUA, ao mesmo tempo que ganho desta pela RPC, no mundo?

3.3 PANORAMA INTERNACIONAL: O DRAGÃO VIS-À-VIS A ÁGUIA

The art of losing isn't hard to master
So many things seem filled with the intent
To be lost that their loss is no disaster
One Art, Elisabeth Bishop, 1983.

As nações todas são mistérios.
Cada uma é todo o mundo a sós.
Mensagem, Fernando Pessoa, 1934.

Para iniciar esta seção, será apresentada a autoimagem dos estadunidenses, separados por identificação partidária, quando confrontados com a pergunta de quem seria o maior poder econômico da atualidade: os EUA, a RPC ou seriam os dois mais ou menos iguais. Para então, em seguida, trazer os gráficos de como outros países veem os EUA e a RPC na atualidade.

Gráfico 28 – Quem é o Maior Poder Econômico na Atualidade: EUA x RPC, por Partido⁹⁹

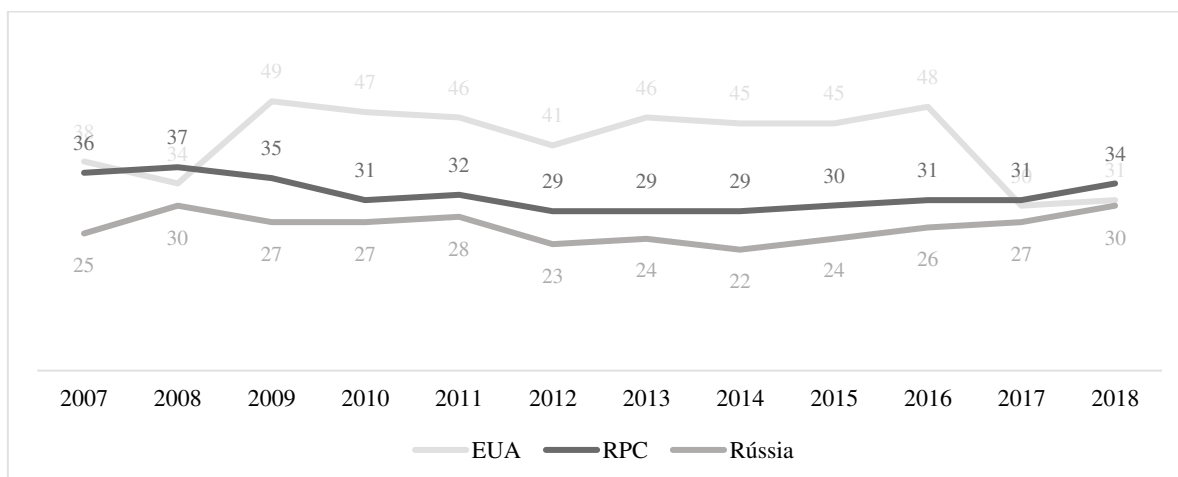
Fonte: Adaptação de Chicago Council, 2019.

No gráfico 28, percebe-se que o sentido da tendência é igual para ambos os partidos tanto nas avaliações dos EUA como nas da RPC. Isto é, tanto o número dos entrevistados que se identificam com o partido democrata, quanto dos que se identificam com o partido republicano ganharam confiança em relação ao poder econômico dos EUA de 2014 para 2019; ao passo que diminuiu o percentual dos respondentes que diziam ser a RPC a maior líder econômica, no mesmo período.

Em linhas gerais, a autoconfiança da opinião pública estadunidense aumentou de 2014 para 2019, ao menos quando comparada com a República Popular da China e na esfera do poder econômico. Entretanto, como mostrado anteriormente, perguntas como: se é desejável aumentar a reputação dos EUA no mundo; se é melhor liderar pelo medo ou pela admiração; se a capacidade dos EUA de implementarem seus objetivos de política externa aumentaram ou diminuiram ao longo do tempo, para citar somente algumas, surgiram nas *surveys* estadunidenses nos últimos anos.

Deste modo, talvez a autoconfiança dos estadunidenses esteja declinando, como está a percepção dos mesmos acerca da economia nacional. Em um panorama internacional, qual seria a perspectiva mundial acerca dos EUA e da RPC? Estaria a RPC ganhando legitimidade pelo mundo em detrimento dos EUA?

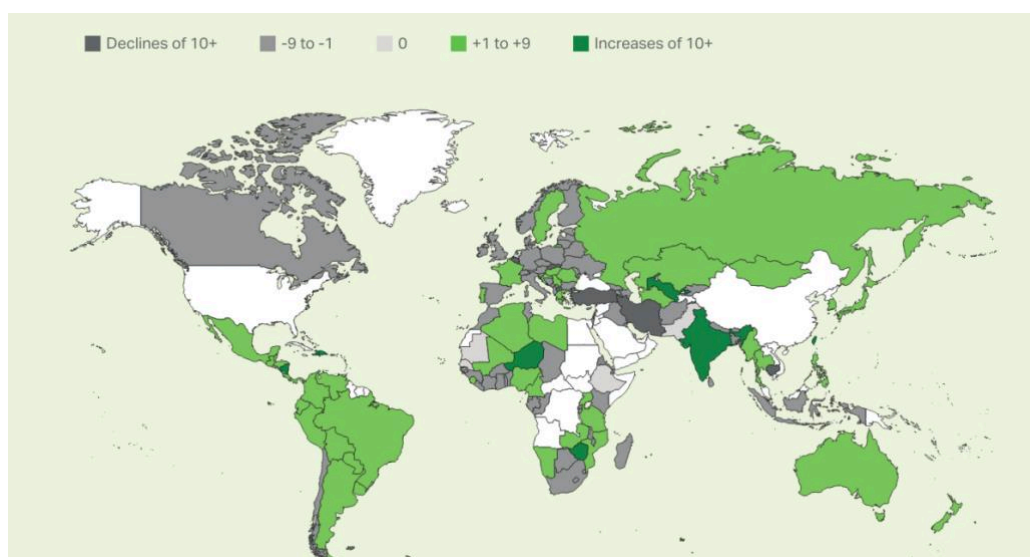
⁹⁹ Wording: At the present time, which nation do you feel is stronger in terms of economic power, the US or China – or do you think they are about equal economically?

Gráfico 29 – Avaliação de Liderança Global (Média de Aprovação, %)

Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019.

O gráfico 29 evidencia dois pontos importantes, quais sejam: o de que a aprovação global da liderança estadunidense, pautada nos 133 países entrevistados, após ter ganhado fôlego e aumentado substancialmente desde a posse de Obama, caiu significativamente em 2017 e ainda não se recuperou; e o de que a taxa média de aprovação da liderança centrada na República Popular da China ultrapassou a dos EUA em 2017 e continua acima do mesmo.

Ainda que a taxa de aprovação média possa ser indicativa para alguns questionamentos, a média costuma ser um valor muito escorregadio. Onde estaria a legitimidade estadunidense aumentando e onde estaria caindo? Ao mesmo tempo, em qual região ou mesmo regiões encontram-se os maiores percentuais de apoio à liderança chinesa? Vejamos nos gráficos abaixo.

Gráfico 30 – Mapa da Média de Aprovação da Liderança dos EUA de 2017 para 2018

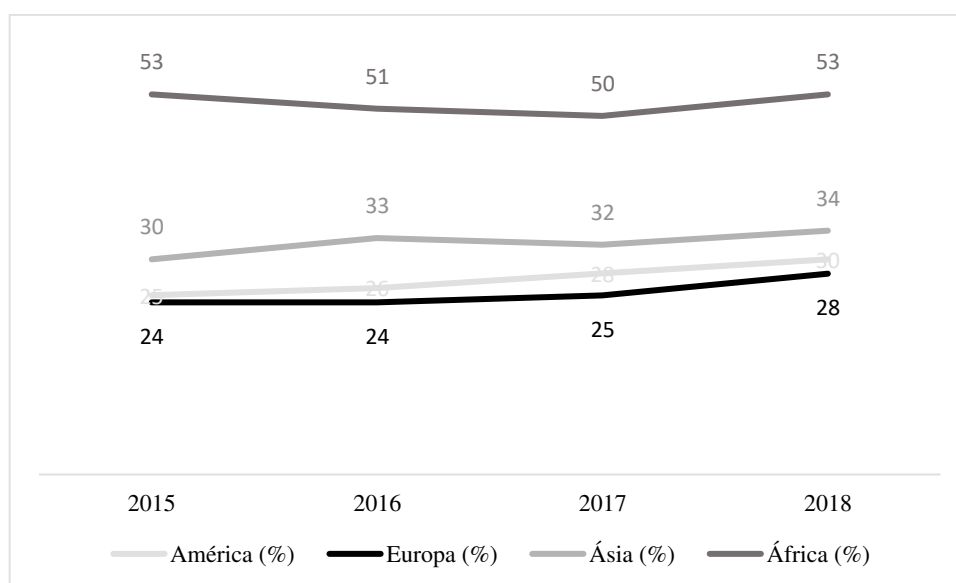
Fonte: Gallup Poll, 2019f.

Gráfico 31 – Mapa de Visões Favoráveis da RPC em Percentual, pelo Mundo
Favorable views of China

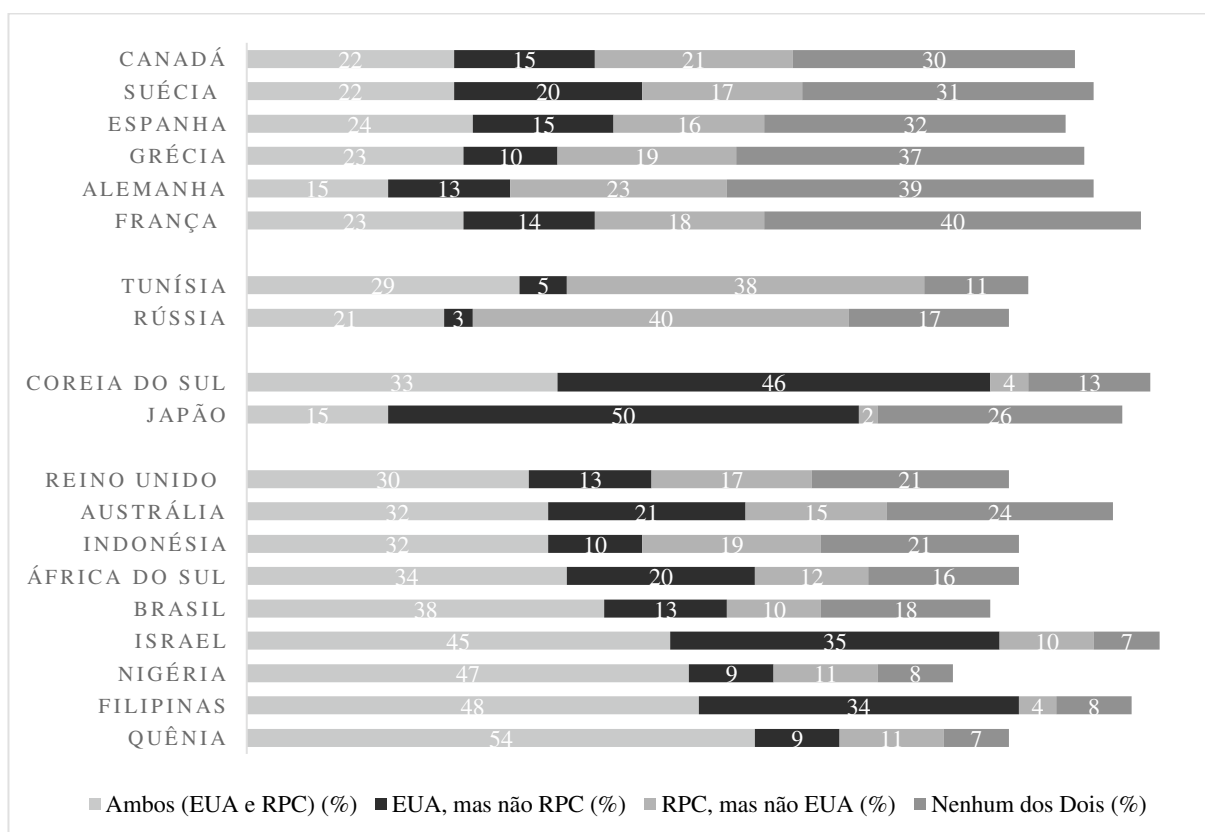


Fonte: Pew Research Center, 2018.

Gráfico 32 – Taxa de Aprovação Média da Liderança Chinesa dividida em Quatro Regiões



Fonte: Adaptação de Gallup Poll, 2019f.

Gráfico 33 – Taxa de Aprovação dos EUA e da RPC por País em 2018(%)

Fonte: Adaptação de Pew Research Center, 2019c.

Os gráficos acima mostram como a preocupação dos EUA sobre uma possível perda de legitimidade no mundo, ou ainda de diminuição de aprovação do seu papel como único, ou principal, líder global possa estar em decadência é parcialmente fundamentada. Se analisarmos os gráficos 30 e 31 em conjunto, perceberemos, no gráfico 30, que as regiões nas quais diminuíram os percentuais das populações que aprovam a liderança dos EUA são quase que inteiramente correspondidas pelas regiões no gráfico 31 em que há um maior percentual da população com uma visão favorável da República Popular da China – os principais pontos seriam em países de África, Europa Continental e América do Norte.

Deste modo, seria uma maior porcentagem, nas populações mundiais, de opiniões favoráveis à República Popular da China correspondida por uma menor legitimidade da liderança estadunidense? Não. Em primeiro lugar, é importante ressaltar a diferença de *wording*, índices de opiniões favoráveis não correspondem à liderança. Em segundo lugar, as populações mundiais ainda não veem a liderança de uma em detrimento da outra.

Como mostra o gráfico 33, dentre os países ressaltados pelo mesmo, a maioria esmagadora tem ou uma opinião favorável sobre ambos ou não tem opinião favorável de nenhum dos dois. Ou seja, ter, bem como não ter, uma perspectiva favorável acerca dos EUA

não implica em ter, ou não ter, uma opinião desfavorável acerca da RPC. As perspectivas não são dicotômicas – uma avaliação ruim da RPC não corresponde a uma boa dos EUA, vice-versa.

Por outro lado, se analisarmos alguns países do gráfico 33 junto com o gráfico 32, veremos que em alguns países, e mesmo regiões, os posicionamentos favoráveis em torno da República Popular da China estão crescendo e os posicionamentos em torno dos EUA, caindo. O gráfico 32 nos mostra que as regiões onde há maior apoio à liderança chinesa seriam em países de África e da Ásia, mas principalmente de África. Já no gráfico 33, vemos que os únicos dois países que são claramente mais favoráveis à RPC são a Rússia e Tunísia. Ao passo que, excetuando o Japão e a Coreia do Sul, todos os outros seriam favoráveis ou desfavoráveis a ambos.

Em resumo, na medida em que possa existir um medo crescente nos EUA pela possível perda de legitimidade internacional, pelo o que os gráficos acima indicam, investir em um combate com a República Popular da China ou tentar desacreditá-la talvez não sejam as melhores estratégias dado que o objetivo seja aumentar a legitimidade dos EUA no mundo. De novo, mundo entendido como os 133 países entrevistados, posto que vimos que o aumento das perspectivas favoráveis em torno de um país não está relacionado à diminuição das perspectivas positivas acerca do outro.

Se a preocupação é manter a legitimidade no exercício da liderança internacional, os EUA talvez devessem investir na manutenção das alianças formadas pelo mundo, bem como na criação de novas alianças, como sugere a opinião pública estadunidense nos *surveys*. Ao mesmo tempo, deveriam procurar mais conformidade entre retórica e prática. Se a maioria esmagadora da população estadunidense defende que se espie outros países, inclusive aliados como a Coreia do Sul, aos olhos do mundo, fica insustentável a reclamação dos EUA e dos estadunidenses de poderem estar sendo espionados pela RPC ou pela Rússia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao esmiuçar os posicionamentos das diferentes instituições estadunidenses acerca da República Popular da China parece nos termos deparado com visões e, portanto, anseios distintos para a relação sino-americana. Ainda, comparando não somente os olhares da burocracia, dos presidentes e da opinião pública entre 1991 e 2019, mas também da política externa estadunidense efetivamente empreendida em torno da RPC, nesta encontramos a ação dos condicionantes estruturais tolhendo as possibilidades pela águia aventadas.

Não diferente de qualquer situação relacional, na relação sino-americana há sempre uma narrativa em torno da mesma, mesmo que acompanhada de ambivalências e nuances. A partir da análise da PEE efetivamente posta em prática, dos posicionamentos distintos encontrados na academia estadunidense e da intensificação e caráter das perguntas que abordam a RPC nas pesquisas de opinião, visualiza-se qual narrativa predominou, ou melhor, quais narrativas prevaleceram ao longo do período analisado por esta dissertação.

Em 1991, avistando o mundo a partir da janela estadunidense, tinha-se, no cenário internacional, o ainda muito recente fim da Guerra Fria: nos EUA, um presidente altamente simpático à RPC e veementemente defensor da manutenção das relações com a mesma sem condicionantes ou punições, ainda existia o medo do crescimento econômico do Japão e no horizonte mundial e os EUA jogavam os holofotes para o Oriente Médio, sombreando a visão dos mesmos para o continente europeu, sem, no entanto, serem míopes no empreendimento da política externa para Europa e para Ásia.

Nesta toada, as pesquisas demonstravam um crescente interesse da opinião pública pela Ásia. Mais especificamente, tentavam averiguar se era o Japão ou a República Popular da China o país cujo maior interesse estadunidense deveria ser investido. Invariavelmente as respostas indicavam esta última. Clinton elegeu-se em 1993 prometendo ser mais rígido com o Japão e não “mimar” violadores de direitos humanos como a República Popular da China.

Em contrapartida, nem Clinton endureceu sua política externa para o Japão nem os percentuais favoráveis da opinião pública estadunidense cresceram significativamente em relação à Terra do Sol Nascente. Ao passo que, em relação ao Reino do Meio, o comércio passou a ser entendido crescentemente como um meio de socializar o mesmo segundo os ditames estadunidenses. Entretanto, tanto a opinião pública como parte da burocracia, dos *policymakers* e da academia estadunidenses se posicionaram como ávidos defensores do condicionamento do título de Nação Mais Favorecida a RPC a melhorias nos direitos humanos.

No início dos anos 1990, desta forma, a crescente percepção da RPC como uma ameaça – neste momento, ainda “o desenvolvimento da RPC como poder mundial”, a visão do governo chinês como cruel violador dos direitos humanos e, por fim, o entendimento do comércio como meio para batalhar contra a RPC, pautaram a grande narrativa da relação sino-americana, sob os olhos da águia.

Tendo dito isto, nesse momento ainda era comum e forte também o entendimento de que, através do comércio, os EUA socializariam a RPC no sistema internacional construído pelo primeiro. Isto é, que incrementando as relações comerciais com a RPC, melhorariam juntamente as condições sócio-políticas chinesas, liberalizando e democratizando a RPC no decorrer do tempo. “[...] nós teremos mais comércio. Nós teremos mais cooperação internacional. Nós teremos mais intensidade e constância no diálogo das questões de direitos humanos” (CLINTON, 1994 apud LAMPTON 2002, p.45).

Assoberbados em combater o terrorismo, inicialmente no Oriente Médio, para então no mundo, os EUA não deixaram de ter contenciosos com a RPC. Porém, estes já não ganhavam a capa principal dos jornais, por assim dizer. Em 2001, a RPC tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio; em 2005, esta tentou adquirir a empresa UNOCAL nos EUA, encontrando, porém, resistência da opinião pública e do governo estadunidenses. Chegou, enfim, 2008 com todas as mudanças que viriam a partir de então.

Nas pesquisas de opinião já se notavam vicissitudes. Em primeiro lugar, aumentou o número de questões envolvendo a República Popular da China. Em segundo lugar, a maioria das perguntas passavam a enquadrá-la como uma ameaça aos EUA, encontrando correspondência no alto percentual de respondentes que assim a encaravam. Ao mesmo tempo, foram surgindo questões sobre os EUA em comparação direta com a República Popular da China, como qual seria a maior potência econômica na atualidade; por fim, os *surveys* mostraram contornos partidários entre os respondentes.

Neste ponto, a partir de 2008 começa a ser percebido que a identificação partidária dos entrevistados tinha um papel nas respostas dadas pelos mesmos nas questões relacionadas à RPC. Naquele momento, as diferenças eram pequenas, podendo serem anuladas pelos riscos de endogeneidade implícitos a qualquer correlação. Entretanto, a partir de 2016, a polarização política é intensificada nos EUA; passou, ela mesma, a ser incluída nos *surveys* entre as alternativas de ameaças críticas aos EUA. E no país do Tio Sam, polarização é partidarização, ou melhor, fortalecimento das identificações partidárias e acirramento das diferenças entre os correligionários de diferentes partidos.

A relação sino-americana não permaneceu incólume à polarização. Pelo contrário, vê-se nas pesquisas que a identificação partidária e o partido do presidente em situação eram, ou ainda são, fatores de influência no posicionamento adotado pela opinião pública estadunidense. Desse modo, se um respondente for democrata e o presidente republicano, como é atualmente o caso, o entrevistado será, na maioria dos casos, mais favorável à RPC e menos otimista em relação ao futuro dos EUA. Caso este seja republicano, tem-se o inverso.

Além disso, percebeu-se com os *surveys* que o bipartidarismo influi também na agenda que cada votante advoga para a relação sino-americana. Os democratas estão mais preocupados com as questões relativas aos direitos humanos e ao meio ambiente; vendo no comércio com a RPC um meio de melhorar essas questões. Por sua vez, os republicanos *securitizam* a narrativa da relação sino-americana e veem no comércio um instrumento para cortar as asas do dragão, temendo que este alce voo e não queira, enfim, ter a águia como sua companheira de viagem.

O reavivamento e fortalecimento do *Committee on the Present Danger* – comitê cujo objetivo constitutivo é ressaltar a ameaça *inerente*, afirmam eles, ao crescimento chinês, bem como a guerra comercial travada contra a RPC em 2018, ainda em andamento, são indicativos de que há, não somente na opinião pública dos entrevistados republicanos, como na burocracia, na academia, e na presidência estadunidenses hoje um ímpeto competitivo desenfreado para com a RPC.

Na atualidade, a *grand* narrativa da relação sino-americana parece enquadrar-se no jargão da RPC como *dragon slayer*, mesmo que a contragosto de alguns. Ao mesmo tempo, os que desejam uma relação sino-americana menos competitiva – seja na opinião pública dos democratas, em partes da mídia, de *policymakers* ou mesmo de alguns burocratas – não estão lutando para tal. Estão estes azafamados em oporem o atual presidente em tantas outras questões, sobretudo no processo de impeachment em curso. A relação sino-americana, ainda que saliente, não é sentida como urgente, quando o sentimento de iminência é, aparentemente, necessário para mobilizar oposições.

É importante ressaltar, entretanto, que até mesmo os que apoiam uma política externa estadunidense mais rígida ou competitiva para a RPC não necessariamente dão suporte à maneira como a mesma está sendo empreendida. São notórias e recorrentes as críticas, inclusive entre os correligionários do atual presidente, afirmando ser este míope e irresponsável na condução, dentre outras políticas, da PEE na região Ásia-pacífico. Republicanos, bem como democratas, defendem que a manutenção das alianças na região deveria ter maior importância na agenda de política externa atual.

Aliás, vale ressaltar que a política externa estadunidense e a condução da mesma no governo Trump são uma das poucas áreas em que há concordância entre democratas e republicanos. Isso é assim tanto em relação à população, à mídia, à burocracia, quanto ao Capitólio e à Casa Branca.

Neste sentido, é significativo e contundente o exemplo de dois casos amplamente notórios nas pesquisas de opinião contemporâneas – o processo de *impeachment* e a retirada das tropas estadunidenses da Síria, desencadeando bombardeios da Turquia contra os Curdos. Ainda que essa não seja diretamente uma questão sino-americana (é uma questão indiretamente relevante, visto que a República Popular da China, aliada russa para as questões do Oriente Médio, buscava ganhar espaço nas resoluções do conflito sírio desde o início do mesmo).

Enquanto que no caso de *impeachment* há claramente uma divisão partidária (dentre os argumentos dos republicanos tem-se inclusive que o processo como posto é uma questão partidária e, portanto, não deveria ser levado adiante); no caso das retiradas das tropas estadunidenses, ambos os partidos – tanto na opinião pública quanto no Capitólio – posicionaram-se veementemente contrários às ações do presidente Trump. Desta forma, se há espaço para consenso entre democratas e republicanos, este seria na política externa.

Em resumo, entre 1991 e 2019, a maneira como a águia, entendida pela opinião pública estadunidense, entreviu o dragão variou conforme os eventos. Em alguns, pareceu somente reagir, como na atual guerra comercial. Em outros, posicionar-se, como quando se pôs contrária à aquisição da empresa estadunidense UNOCAL pelo governo chinês em 2005; em outros ainda, demandou, quando dos massacres em Tiananmen em 1989 e seus desdobramentos comerciais; ou ainda, fez vista grossa – como nas atuais manifestações de Hong Kong ou na possível influência do governo chinês nas eleições de 1996.

Em suma, entre 1991 e 2019, a relação sino-americana ganhou novas interpretações. Ser ou não ser é de veras a questão. A ambivalência e o direcionamento mais competitivo da PEE para com a RPC, ainda que legítimos, são obviamente políticos e circunstâncias do seu tempo, o que não quer dizer que será efêmero.

Em vista disso, a reflexão que surge é caso o acirramento da competição na relação sino-americana servirá aos propósitos da águia e se este conterà o crescimento e a influência do dragão no mundo. Poucos acreditariam hoje no comércio como instrumento de democratização e liberalização da RPC. Entretanto, o oposto ao mesmo pode também não se sustentar.

Assim como a política de engajamento de Clinton e a de rebalanceamento de Obama podem não ter gerado os resultados esperados pelos estadunidenses, a competição desenfreada

de Trump, respaldada por parte da opinião pública, da burocracia, do empresariado, do *lobby*, poderá também não atingir as ambições nela implícitas. Desta vez, porém, poderá ter como um *recoil effect* o despertar do dragão. Que maneira melhor há de criar um dragão, se não acreditando que existe um? O inimigo, para usar um termo caro à PEE, pode se tornar a criatura do seu próprio criador.

Para futuras pesquisas, portanto, será interessante notar se esta nova abordagem dos EUA em relação à RPC atingirá seus objetivos, contendo o crescimento chinês pelo mundo, mas sobretudo na região Ásia-pacífico. Ainda, visto que foi confirmado que a relação sino-americana é saliente para a opinião pública estadunidense, futuras pesquisas podem analisar se há uma correlação, e ainda inferir com isto causalidade, entre a opinião pública e a formulação da política externa estadunidenses. Este trabalho analisou a relação sino-americana através da opinião pública estadunidense. Trabalhos anteriores da autora analisaram outras instituições. Futuras pesquisas podem agora confrontar esses achados com a política externa chinesa para os EUA e ainda se debruçar sobre como a relação de ambas as potências influem em outros países.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ANGELL, Norman. **The Great Illusion: A Study of the Relation of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage.** 3. ed. Nova Iorque: G.p. Putnam's & Sons, 1911. 446 p.
- AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert de. **A Política Externa Norte-americana para a República Popular da China: cooperação ou competição?**. 2008. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas.** Rio de Janeiro: Bom Livro, 1922. 191 p.
- BARROS, Manoel de. **Livro Sobre Nada.** Rio de Janeiro: Alfaguara, 1996.
- BISHOP, Elizabeth. **The Complete Poems: 1927-1979.** Farrar, Straus And Giroux: Nova Iorque, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. (1982). **A opinião pública não existe.** In: THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis
- BROMLEY-TRUJILLO, Rebecca; POE, John; LEISING, Jordan. **The importance of salience: Public opinion and state policy action on climate change.** *Journal Of Public Policy.* Cambridge, p. 1-35. 30 out. 2018.
- BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. The Clash of the Titans. **Foreign Policy,** Washington, v. 146, p.46-50, jan. 2005.
- BURSTEIN, Paul. The Impact of Public Opinion on Public Policy: A Review and an Agenda. **Political Research Quarterly,** Washington, v. 56, n. 1, p.29-40, mar. 2003.
- BUSH, George H W. **President George H.W. Bush Holds Morning News Conference and Comments on Demonstrations in Tiananmen.** 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D60oXUjqGTA>. Acesso em: 04 fev. 2019.
- CARREIRÃO, Yan. (2015). **Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional.** *Opinião Pública,* vol. 21, no 2, 2015 (p. 393-430). <http://www.scielo.br/pdf/op/v21n2/0104-6276-op-21-02-00393.pdf>
- CARREIRÃO, Yan de Souza; SILVA, Peterson; BASTIANI, Maria Teresa de. **Congruência entre políticas públicas e opinião dos eleitores no Brasil pós-Constituinte. Uma análise relativa às políticas sociais e de segurança pública.** In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Artigo.** Caxambu: Anpocs, 2017. p. 1 - 29. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt05-28/11084-congruencia-entre-politicas-publicas-e-opiniao-dos-eleitores-no-brasil-pos-constituente-uma-analise-relativa-as-politicas-sociais-e-de-seguranca-publica-1/file>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O debate metodológico nos estudos de congruência política: uma revisão da literatura internacional. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 27, n. 69, p.1-28, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987319276902>.

CENTER, Pew Research. **Americans, Japanese: Mutual Respect 70 Years After the End of WWII**. 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2015/04/07/americans-japanese-mutual-respect-70-years-after-the-end-of-wwii/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CENTER, Pew Research. **As Trade Tensions Rise, Fewer Americans See China Favorably**: Concerns about China include economic threats, cyberattacks, environmental damage and human rights. 2018b. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2018/08/28/as-trade-tensions-rise-fewer-americans-see-china-favorably/#americans-concerned-about-chinas-economic-strength>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CENTER, Pew Research. **China**. 2000. Disponível em: <https://www.pollingreport.com/china.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CENTER, Pew Research. **Despite talk of ‘trade war’ with China, highest U.S. tariffs are on imports from other Asian countries**. 2018a. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/04/05/despite-talk-of-trade-war-with-china-highest-u-s-tariffs-are-on-imports-from-other-asian-countries/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CENTER, Pew Research. **How Americans See China**. 2012a. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2012/09/18/how-americans-see-china/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CENTER, Pew Research. **People in other countries don’t necessarily see U.S. and China in a zero-sum competition**. 2019c. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/06/10/people-in-other-countries-dont-necessarily-see-u-s-and-china-in-a-zero-sum-competition/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CENTER, Pew Research. **U.S.-China Economic Relations in the Wake of the U.S. Election**. 2012b. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2012/12/10/u-s-china-economic-relations-in-the-wake-of-the-u-s-election/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CENTER, Pew Research. **U.S. Views of China Turn Sharply Negative Amid Trade Tensions**. 2019b. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2019/08/13/u-s-views-of-china-turn-sharply-negative-amid-trade-tensions/>. Acesso em: 14 out. 2019.

CENTER, Pew Research. **5 charts on global views of China**. 2018c. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/10/19/5-charts-on-global-views-of-china/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

CENTER, Pew Research. **5 facts about the national debt**. 2019a. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/07/24/facts-about-the-national-debt/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CEPIK, Marco. **Segurança Nacional e Segurança Humana: problemas conceituais e consequência políticas**. Security and Defense Studies Review. Vol. 1. Spring 2001

CLINTON, Bill. **Address Accepting the Presidential Nomination at the Democratic National Convention in New York**. 1992. Disponível em:

<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-accepting-the-presidential-nomination-the-democratic-national-convention-new-york>. Acesso em: 02 mar. 2019.

COUNCIL, Chicago. **America Divided: Political Partisanship and US Foreign Policy**. 2015. Disponível em:

https://www.thechicagocouncil.org/sites/default/files/CCGA_PublicSurvey2015.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

COUNCIL, Chicago. **American Public Opinion and Foreign Policy**. 2012. Disponível em: <<https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/36230>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

COUNCIL, Chicago. **American Public Opinion and U.S. Foreign Policy**. 2014. Disponível em: <<https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/36216>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

COUNCIL, Chicago. **American Public Opinion and U.S. Foreign Policy**. 2002. Disponível em: <https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/3673>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COUNCIL, Chicago. **American Public Opinion and US Foreign Policy**. 2018. Disponível em: <https://www.thechicagocouncil.org/blog/running-numbers/2018-year-chicago-council-surveys>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COUNCIL, Chicago. **Global Views 2010: American Public Opinion and Foreign Policy**. 2010. Disponível em: <https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/31022>. Acesso em: 14 fev. 2019.

COUNCIL, Chicago. **Rejecting Retreat: Americans Support US Engagement in Global Affairs**. 2019. Disponível em: <https://www.thechicagocouncil.org/issue/public-opinion>. Acesso em: 06 out. 2019.

COUNCIL, Chicago. **What Americans Think about America First**. 2017 Chicago Council Survey of American Public Opinion and US Foreign Policy. 2017. Disponível em: <https://www.thechicagocouncil.org/publication/chicago-council-survey-data>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CZIN, Jonathan. Dragon-slayer or Panda-hugger?: Chinese Perspectives on “Responsible Stakeholder” Diplomacy. **Yale Journal Of International Affairs**, New Haven, v. 200, n. 2, p.100-112, jul. 2007.

DORIA, Thais Simoes. **O vaivém da Política Externa estadunidense: o estudo da relação sino-americana entre 1989 e 2001**. 2016. 62 f. Monografia - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DRURY, A. Cooper; LI, Yitan. **U.S. Economic Sanction Threats Against China: Failing to Leverage Better Human Rights**. Foreign Policy Analysis. Malden, p. 307-324. maio 2006.

ERIKSON, Robert; TEDIN, Kent. (2011). **American Public Opinion: Its Origins, Content, and Impact**, Oitava Edição. London: Longman.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINI, Sílvia. **Contribuições para o conceito de opinião pública**. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 171-185, out. 1995. ISSN 1807-0191. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641001/8521>. Acesso em: 05 ago. 2018.

FORDHAM, Benjamin O; KLEINBERG, Katja B. International Trade and US Relations with China. **Foreign Policy Analysis**. Oxford, p. 217-236. jul. 2011.

FOYLE, Douglas C. **Counting the Public In: Presidents, Public Opinion, and Foreign Policy**. New York: Columbia University Press, 1999. 379 p.

FRIEDBERG, Aaron L. The Debate Over US China Strategy. **Survival**, Londres, v. 57, n. 3, p.89-110, abr. 2015.

FRIEDBERG, Aaron. **On the Rise of China and the Strategic Threat to the United States**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UYRafS4mtTA>. Acesso em: 12 out. 2019.

GALACE, Uriel N. **In Retrospect: Assessing Obama's Asia Rebalancing Strategy**. 2016. Disponível em: <http://www.fsi.gov.ph/in-retrospect-assessing-obamas-asia-rebalancing-strategy/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

GERRING, John. Causation: A Unified Framework for the Social Sciences. **Journal Of Theoretical Politics**, Bloomington, v. 17, n. 1, p.163-198, abr. 2005.

GLYNN, Carrol; HERBST, Suzan; O'KEEFE, Garret; SHAPIRO, Robert. (1999). **Public Opinion**. Boulder: Westview Press.

GRAHAM, Thomas W. **The politics of failure: strategic nuclear arms control, public opinion, and domestic politics in the United States: 1945-1980**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1989.

GRIES, Peter H; CROWSON, H Michael; CAI, Huajian. God, guns, and . . . China?: How ideology impacts American attitudes and policy preferences toward China. **International Relations Of The Asia-pacific**, Oxford, v. 12, n. 1, p.1-40. 2012.

HEMMINGS, John. **Hedging: The Real U.S. Policy Towards China? Is America trying to contain China?:** No, it could be just hedging its bets.. 2013. Disponível em: <https://thediplomat.com/2013/05/hedging-the-real-u-s-policy-towards-china/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

HOLSTI, Ole R.. **Public Opinion and Foreign Policy: Challenges to the Almond-Lippmann Consensus** Merston. **International Studies Quarterly**. Oxford, p. 439-466. dez. 1992.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

KEOHANE, Robert; GOLDSTEIN, Judith. **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change.** Ithaca: Cornell University Press, 1993. 304 p.

KISSINGER, Henry. **On China.** Londres: Penguin Books, 2012. 624 p.

KUSNITZ, Leonard A. **Public Opinion and Foreign Policy: America's China Policy, 1949-1979.** Westport: Greenwood Press, 1984. 191 p.

LAMPTON, David M. **Same Bed, Different Dreams: Managing U.S.- China Relations, 1989-2000.** Oakland: University Of California Press, 2002. 510 p.

LEE, Wei-chin. US Arms Transfer Policy to Taiwan: From Carter to Clinton. **Journal Of Contemporary China.** Beijing, p. 53-75. maio 2000.

LIMA, M. R. S. 2002. **Foreign Policy and Democracy: A Preliminary Analysis of the Brazilian Case.** Trabalho apresentado na Convenção anual da Associação Internacional de Sociologia, realizada em Nova Orleans, de 24 a 27 de março. Disponível em: <http://www.isanet.org/noarchive/lima.html>. Acesso em: 28.jun.2018.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion.** New York: Free Press, 1997. 288 p.

MACHADO, Hugo Gabriel de Souza Leão. **O processo de remilitarização do Japão no Complexo Regional de Segurança da Ásia Oriental.** Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499719750_ARQUIVO_OPROCES SODEREMILITARIZACAODOJAPAONOCOMPLEXOREGIONALDESEGURANCADA ASIAORIENTAL.pdf. Acesso em: 06 nov. 2019.

MAGNOLI, Demetrio; BARBOSA, Elaine Senise. **O Leviatã Desfiado: Liberdade Versus Igualdade.** Rio de Janeiro São Paulo: Record, 2013.

MARSTON, Hunter. **The U.S.-China Cold War Is a Myth: The 20th century's great standoff doesn't explain the emerging dynamic between Washington and Beijing.** 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/09/06/the-u-s-china-cold-war-is-a-myth/>. Acesso em: 02 out. 2019.

MEARSHEIMER, John J; WALT, Stephen M. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs.** Nova Iorque. ago. 2016.

MILLER, Warren; STOKES, Donald. Constituency influence in Congress. *American Political Science Review*, 57, p. 45-56, 1963.

MONROE, Alan. **Consistency between public preferences and national policy decisions.** *American Politics Quarterly.* Thousand Oaks, p. 3-19. jan. 1979.

MOSKA. Disco: Móbile. Música: O Mundo. Londres: Emi, 2000.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal Rovira. **Populism: A Very Short Introduction.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. 136 p.

NEWS, ABC; POLL, Washington Post. **China**. 2001. Disponível em: <https://www.pollingreport.com/china.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.
 NEWS, BBC. **What does the US want from China? What is its endgame?** 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-50334297>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

NEWS, CBS; TIMES, New York. **Monthly Poll #1, July 2000**. 2000. Disponível em: <<https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/3120>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

NEWS, NBC; JOURNAL, Wall Street. **China**. 1999. Disponível em: <https://www.pollingreport.com/china.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The spiral of silence: Public opinion - our social skin**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. 277 p.

NYE, Joseph S. **The Future of Power**. Nova Iorque: Public Affairs, 2011. 320 p.

PAGE, Benjamin I; SHAPIRO, Robert y. Effects of Public Opinion on Policy. **The American Political Science Review**. Cambridge, p. 175-190. mar. 1983.

PARIS, Roland. Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?. **International Security**, Cambridge, v. 26, n. 2, p.87-102, ago. 2001.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego por Bernardo Soares**. Lisboa: Ática, 1982.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1967. 323 p.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Instituições, Palavras e Ideias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, n. 1, p.15-47, jan. 2006.

POLL, Bloomberg Politics. **International Trade / Global Economy**. 2016. Disponível em: <https://www.pollingreport.com/trade.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019.

POLL, Gallup. **Americans' Views of the United States' Greatest Enemy (Trends)**. 2019c. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/227906/americans-views-united-states-greatest-enemy-trends.aspx>. Acesso em: 12 out. 2019.

POLL, Gallup. **Americans' Views on Trade in the Trump Era**. 2019b. Disponível em: <https://news.gallup.com/opinion/gallup/267770/americans-views-trade-trump-era.aspx>. Acesso em: 27 out. 2019.

POLL, Gallup. **Americans Rate China, U.S. as Leading Economic Powers**. 2018c. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/231380/americans-rate-china-leading-economic-powers.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2019.

POLL, Gallup. **Americans Split on Outlook for U.S. Power.** 2019e. Disponível em: <https://news.gallup.com/opinion/polling-matters/246974/americans-split-outlook-power.aspx>. Acesso em: 23 out. 2019.

POLL, Gallup. **China.** 2019d. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/1627/china.aspx>. Acesso em: 23 jul. 2019.

POLL, Gallup. **China's Leadership Gains Global Admirers.** 2019f. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/247196/china-leadership-gains-global-admirers.aspx>. Acesso em: 20 maio 2019.

POLL, Gallup. **China's U.S. Image the Most Positive in Three Decades.** 2017. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/204227/china-image-positive-three-decades.aspx>. Acesso em: 26 out. 2019.

POLL, Gallup. **Economic Confidence Drops to Lowest Level Since Shutdown.** 2019a. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/266960/economic-confidence-drops-lowest-level-shutdown.aspx>. Acesso em: 20 out. 2019.

POLL, Gallup. **Favorable Views of Japan, China Keep Climbing.** 2018. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/228638/favorable-views-japan-china-keep-climbing.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2019.

POLL, Newsweek. **China.** 2001. Disponível em: <https://www.pollingreport.com/china.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PROUST, Marcel. **In Search of Lost Time.** Nova Iorque: Modern Library, 1999.

RACLE, Gabriel. **L'éveil de la Chine.** 2006. Disponível em: <https://l-express.ca/leveil-de-la-chine/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REIBY, Audun. **Public Opinion and US China Policy: A Quantitative Analysis of the Relationship between American Public Opinion and American Foreign Policy toward China, 1990-2004.** 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, University Of Oslo, Oslo, 2012.

ROY, Denny. The "China Threat" Issue: Major Arguments. **Asian Survey**, Berkeley, v. 36, n. 8, p.758-771, ago. 1996.

RUDD, Kevin. **An Alternative Future for US-China Relations.** 2014. Disponível em: <http://fairbank.fas.harvard.edu/neuhauser>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p.40-59. 2013.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power.** Oxford: Oxford University Press, 2014. p.432.

STRANGE, Susan. The Persistent Myth of Lost Hegemony. **International Organization**, Cambridge, v. 41, n. 40, p.551-574, abr. 1987.

SUETTINGER, Robert L.. **Beyond Tiananmen: The Politics of U.S.-China Relations 1989-2000**. Washington: Brookings Institution Press, 2003. p. 5.

TAMA, Jordan. **Bipartisanship in a Polarized Age: The U.S. Congress and Foreign Policy Sanctions**. 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2553401. Acesso em: 08 jul. 2019.

THIES, Clifford F. Polls and Elections: The Chicago Record Poll and the Election of 1896. **Presidential Studies Quarterly**. Washington, p. 127-138. mar.2018.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p.191-228, 2006.

WALT, Stephen M. **Yesterday's Cold War Shows How to Beat China Today**. 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/07/29/yesterdays-cold-war-shows-how-to-beat-china-today/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979. 256 p.

WAYNE, Stephen J. **The Multiple Influences on U.S. Foreign Policy-Making**. An Electronic Journal of The U.S. Department of State. Washington, p. 25-27. maio 2000.

WEISSBERG, R. Collective vs. dyadic representation in Congress. *American Political Science Review*, n. 72, p. 535-547, 1978.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 2, p.391-426, mar. 1992.

WLEZIEN, Christopher. On the Salience of Political Issues: The Problem with 'Most Important Problem'. **Electoral Studies**, Oxford, v. 24, n. 1, p.555-579, dez. 2005.

ZALLER, John (1999 [1996]). **The myth of massive media impact revived: New support for a discredited idea**. In: MUTZ, Diana; SNIDERMAN, Paul; BRODY, Richard (eds.) (1999, 4th ed.). *Political persuasion and attitude change*. Michigan: The University of Michigan Press. (pp. 17-78).

ZHAO, Minghao. Is a New Cold War Inevitable?: Chinese Perspectives on US–China Strategic Competition. **The Chinese Journal Of International Politics**. Oxford, p. 371-394. 2019.

ANEXO A – PERGUNTAS RETIRADAS DAS PESQUISAS DE OPINIÃO VINCULADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, À RELAÇÃO SINO-AMERICANA

Não se pretende fazer uma lista exaustiva das perguntas feitas em torno da RPC. Porém, é evidente que não somente há abundância de perguntas que abordem a relação sino-americana, como também que está aumentando o número das mesmas ao longo dos anos; o aumento de perguntas se dá também em questões mais específicas, porém estas param uma vez que as questões são resolvidas. Por exemplo, se a opinião pública estadunidense apoiava a entrada da RPC na OMC (2000-2001); sobre a colisão dos aviões chinês e estadunidense (2001); se esta apoiava a venda da UNOCAL para o governo chinês (2005); se esta acreditava que o então presidente George W. Bush não deveria atender as Olimpíadas de Pequim como símbolo de protesto contra o desrespeito aos Direitos Humanos na RPC (2008) – para citar somente algumas.

Abaixo estão as principais perguntas relacionadas à República Popular da China feitas entre 1991 e 2019, algumas começaram a ser feitas já em 1978, por isso este ano aparece em evidência na primeira categoria, indicando que começaram nele, mas continuam até hoje. Há muitas outras perguntas feitas sobre a relação sino-americana em pesquisa de opinião pública estadunidense, entretanto, ressaltar as aqui elencadas já consolida o argumento de que não há escassez de perguntas, sem, ao mesmo tempo, exaurir sua atenção na leitura.

A partir de 1978:

- Many people believe that the United States has a vital interest in certain areas of the world and not in others. That is, certain countries of the world are important to the U.S. for political, economic or security reasons. I am going to read a list of countries. For each, tell me whether you feel the U.S. does or does not have a vital interest in that country – China, Taiwan (Chicago Council).
- I am going to read you a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next ten years. For each one, please tell me if you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all ... [The Development of China as a world power] (Chicago Council).
- What do you feel are the two or three biggest foreign policy problems facing the United States today? [Relations with China].

A partir de 1990:

- Please tell me whether in your estimation the following countries will play a greater role or a lesser role in the next 10 years than they do today – China (1994)
- In your view, which continent is more important to the U.S.? (1994)
- In terms of American vital interests today, which country is more important to the United States? Japan, China or both equal important? (1998)
- Do you favor or oppose the use of economic sanctions against each of the following countries? – China (1998).
- There has been some discussion about the circumstances that might justify using U.S. troops in other parts of the world. I would like to ask your opinion about some situations. First, would you favor or oppose the use of U.S. troops ... If China invaded Taiwan (1998, Chicago Council)
- Some people have claimed that the Chinese government tried to influence the 1996 elections through illegal campaign contributions. From what you've heard or read, do YOU think the Chinese government tried to influence the elections, or not? (CBS NEWS, 1997)
- Do you think Bill Clinton personally did anything WRONG in his 1996 campaign fundraising activities? [IF YES, ASK:] Do you think Clinton's activities were UNethical or ILLegal? (CBS NEWS, 1997)
- How do you rate the Bush administration's handling of the following problems? Would you say the administration's handling of (ITEM) has been excellent, good, fair, or poor? – Relations with China. (1998 – Questioned previous and forward presidents as well).
- Which of the following do you think is more important in determining a country's overall power and influence in the world – a country's economic strength, or its military strength? (1998)

A partir de 2000:

- When it comes to international trade, should the United States now give the same privileges to China that it gives to other friendly nations, or not? (CBC News/ New York Times, July 2000).
- In general, do you think that the following countries practice fair trade or unfair trade with the United States? – China (2002).
- Do you favor or oppose having diplomatic relations with the following countries? – China (2002).
- I would like to know how much influence do you think each of the following countries has in the world. Please answer on a 0 to 10 scale; with 0 meaning it is not at all influential and 10 meaning it is extremely influential. – China (2002).
- Do you think the US should or should not make active efforts to ensure that no other country becomes a superpower? (2004)
- Currently there is a debate about outsourcing U.S. jobs, that is, moving jobs to countries where wages are lower. Which position is closer to yours? (2004).
- The World Trade Organization was established to rule on disputes over trade treaties. If another country files a complaint with the World Trade Organization and it rules against the U.S., as a general rule, should the U.S. comply with that decision or not? (2002)
- Please select if you agree or disagree with the following statement: The U.S. is playing the role of world policeman more than it should be. (2002)
- Do you think that it is more likely that someday China's economy will grow to be as large as the U.S. economy or that the U.S. economy will always stay larger than China's? (2006)
- If China's economy were to grow to be as large as the U.S. economy, do you think that would be mostly positive, mostly negative, or equally positive and negative? (2006)
- In dealing with the rise of China's power, do you think the U.S. should: Undertake friendly cooperation and engagement with China; actively work to limit the growth of China's Power. (2006).
- Do you think the U.S. loans more money to China or that China loans more money to the U.S.? (2006)
- In recent months, there have been several recalls of products manufactured in China. Do you think products imported from China are more dangerous than products

imported from other countries, OR do you think the recent recalls have just made it appear as though Chinese products are more dangerous than products from other countries? (CBC News, October 2007)

- In general, how would you rate the overall quality of manufactured goods produced in China? Would you say they are typically excellent, very good, good, only fair, or poor? (CBC News, October 2007)
- Thinking now about your buying habits over the past few years, do you generally buy any products made in China, or not? [IF YES, ASK:] Have you stopped buying products made in China as a result of the recent recalls, or haven't you? (CBC News, October 2007)
- As you may know, the U.S. owes money to many countries around the world, including China. In your view, is debt with China a serious problem for the U.S., or not a serious problem? [IF YES, ASK:] Is U.S. debt to China a more serious problem than U.S. debt to other countries, or not? (CBC News, December 2007)
- What one country anywhere in the world do you consider to be the United States' greatest enemy today? (CBC News, December 2007)
- Below is a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next 10 years. For each one, please select whether you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all. – A confrontation between mainland China and Taiwan. (2006)
- When it comes to economic development do you think the way that the Chinese government manages its economy and its political system is more of an advantage or more of a disadvantage for China? (2006)

A partir de 2008:

- Over the last few years do you think the ability of the U.S. to achieve its foreign policy goals has increased, decreased, or remained about the same. (2008)
- How worried are you, if at all, that China could become a military threat to the U.S. in the future? Please say whether you are very worried, somewhat worried, not very worried, or not worried at all. (2008)
- How concerned are you about the following issues in U.S.-China relations?
China's unwillingness to commit to limit its greenhouse gases;

Chinese government limiting its people's access to the internet;

China's keeping its currency cheap to make its exports more competitive;

China's repression of pro-democracy dissidents;

China's treatment of Tibet;

U.S. weapons sales to Taiwan, despite China's objections;

- Do you think the United States and Japan should or should not work together to limit the rise of Chinese power in the years ahead? (2008)
- As China becomes increasingly powerful in the East Asia region, do you think the U.S. should: Seek to strengthen its alliance with Japan so as to offset China's power; Downplay its alliance with Japan so as to improve U.S. relations with China; Make no change in its alliance with Japan. (2008).
- Below is a list of possible foreign policy goals that the United States might have. For each one, please, select whether you think that it should be a very important foreign policy goal of the United States, a somewhat important foreign policy goal, or not an important goal at all? – Improving America's standing in the world; (2008).
- Do you think the United States and South Korea should or should not work together to limit the rise of Chinese power in the years ahead? (2010).
- Is it your impression that South Korea has a closer relationship with China, with the United States, or equally close with both? (2010).
- Now thinking about U.S. foreign policy in Asia, do you think the U.S. should put a higher priority on: building up our strong relations with traditional allies like South Korea and Japan, even if this might diminish our relations with China; Building a new partnership with China, even if this might diminish our relations with our traditional allies; (2010).
- Below is a list of possible foreign policy goals that the United States might have. For each one, please, select whether you think that it should be a very important foreign policy goal of the United States, a somewhat important foreign policy goal, or not an important goal at all? - "Make sure China does not dominate the Korean Peninsula". (2010).
- Below is a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next 10 years. For each one, please select whether you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all. – U.S. debt to China; cyber-attacks on U.S. Computer Networks; (2010).

A partir de 2011:

- Do you think the United States' influence in the world is increasing, decreasing, or staying about the same? (CBC News, January 2011).
- By the end of 2011, do you think the United States will be more respected by other countries in the world than it is today, do you think it will be less respected by other countries in the world than it is today, or don't you think there will be much change? (CBC News, January 2011).
- Do you think China's growing economy is a major threat, a minor threat, or not a threat to the economic well-being of the United States? (CBC News, January 2011).
- By the end of 2011, do you think the United States economy will have gained ground to China's economy, do you think it will have lost ground to China's economy, or don't you think there will be much change? (CBC News, January 2011).
- Do you consider China an ally of the United States, friendly but not an ally, unfriendly, or an enemy of the United States? (CBC News, November 2011).
- Do you think the recent economic expansion of China has been generally good for the U.S. economy, or bad for the U. S. economy, or had no effect on the U.S. economy? (CBC News, November 2011).
- Do you think China's military is a major threat to the security of the United States, a minor threat, or not a threat? (CBC News, November 2011).
- Some people say the United States has a unique character that makes it the greatest country in the world. Others say that every country is unique, and the United States is no greater than other nations. Which view is closer to your own? (2012).
- Next, I would like you to think about where the greatest threats to U.S. security will come from in the future. Do you think they will come from Asia, the Middle East or somewhere else? (2012)
- [U.S. and China] At present, are the following countries mostly rivals or mostly partners? (2012)

[China and Japan] At present, are the following countries mostly rivals or mostly partners?

U.S. and Japan] At present, are the following countries mostly rivals or mostly partners?

[U.S. and South Korea] At present, are the following countries mostly rivals or mostly partners?

- How do you feel about the U.S. government's plans to pivot our diplomatic and military resources away from the Middle East and Europe and more toward Asia? (2012).
- Do you think that the U.S. military presence in East Asia increases or decreases stability in the region? (2012).
- In America's relations with [if DOV_SPLIT = 1: South Korea; If DOV_SPLIT = 2: Japan], how high a priority should the US place on each of the following: (2012)

Limiting the rise of China's power;

Protecting freedom of navigation on the sea lanes between the U.S. and East Asia;

Building a regional security alliance between the U.S. and East Asian countries;

Building a regional free trade area with the U.S. and East Asian countries;

Trying to bring about regime change in North Korea.

- Which candidate would do a better job handling U.S. policy towards China? ([IF NECESSARY:] Regardless of how you intend to vote, which candidate do you think would do a better job handling U.S. policy towards China? -- Barack Obama or Mitt Romney?) (CBC News/ October, 2012)

A partir de 2014:

- Below is a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next 10 years. For each one, please select whether you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all: Border disputes between China and its neighbors. (2014)
- How effective do you think each of the following approaches are in achieving the foreign policy goals of the United States-- very effective, somewhat effective, not very effective or not effective at all? (2014)

Maintaining U.S. military superiority;

Placing sanctions on other countries that violate international law;

Signing free trade agreements with other countries;

Maintaining existing alliances;

Building new alliances with other countries.

- Do you think the United States should or should not have long-term military bases in the following places? (2014).
- For each, please select whether you think the U.S. government should be secretly spying on the government of that country or not: China. (2014).
- Which nation do you feel is stronger in terms of military power, the U.S. or China - or do you think they are about equal militarily? (2014).
- Which nation do you feel is stronger in terms of economic power, the U.S. or China - or do you think they are about equal economically? (2014).
- Why do you support U.S. government's plans to pivot our diplomatic and military resources away from the Middle East and more towards Asia? (missing = 50.5%) (2014).

Asia is powerful/growing in power/influence;

Asia is a bigger problem/threat/danger.

A partir de 2015:

- Below is a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next 10 years. For each one, please select whether you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all: A confrontation between China and Japan. (2015).
- And how prepared do you feel the U.S. government is to deal with the following threats? (2015)

The development of China's economic power;

The development of China's military power.

- From your point of view, how desirable is it that the following countries exert strong leadership in world affairs? The U.S. – China – Russia – The European Union – Japan. (2015).
- What kind of leadership role should the United States play in the world? Should it be the dominant world leader, or should it play a shared leadership role, or should it not play any leadership role? (2015).
- How much confidence would you say you have in the following countries to deal responsibly with world problems? – The U.S. – China – Russia – Japan (2015).

- And now, thinking about U.S. national security, how important are the following regions to the security interests of the United States? Europe – Asia-Pacific – the Middle East – Latin America (2015).
- Now thinking about the U.S. economy, how important are the following regions to the economic interests of the United States? Asia-Pacific? Europe? The Middle East? Latin America? (2015).
- Please indicate how important the following factors are to the United States remaining competitive with other countries in the global economy:

Supporting open trade around the world;

Reducing federal budget deficits;

Encouraging companies to locate their headquarters in the U.S.;

Strengthening intellectual property enforcement abroad;

Reducing the cost of attending college.

- In your opinion, are the following countries playing a very positive, somewhat positive, somewhat negative or very negative role in resolving the key problems facing Asia? Japan, the U.S., China. (2015).
- Thinking about the future, how likely do you think it is that each of the following will be a potential source of conflict between major powers in Asia? (2015).

Economic competition between Asian countries;

The growth of Chinese military power;

Relations between mainland China and Taiwan;

The U.S. military presence in Asia and the Pacific.

- Do you think that China is a very reliable, somewhat reliable, not very reliable or not at all reliable partner to the United States? (2015)

A partir de 2016:

- [China's economic power] Below is a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next 10 years. (2016).
- [China's military power] Below is a list of possible threats to the vital interest of the United States in the next 10 years. (2016).
- [Maintaining superior economic power worldwide] Below is a list of possible foreign policy goals that the United States might have. (2016)

- [China] In your opinion, are relations between the United States with the following countries improving, worsening or staying about the same? (2016).
- Based on what you know, do you think the U.S. should or should not participate in the following international agreements? (2016). [The Paris Agreement]
- And do you think that generally China is: 1. Trying to undertake friendly cooperation and engagement with the United States 2. Actively working to undermine U.S. international power and influence. (2016).
- Do you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable or very unfavorable view of the following people: [Chinese immigrants in the United States]? (2016).

A partir de 2017:

- When it comes to overall US foreign policy, do you feel things are generally heading in the right direction, or are they off on the wrong track? (2017).
- When it comes to cyber-attacks, which of the following are you most concerned about: 1. Theft of Americans' personal information and finances; 2. Damage to US infrastructure. (2017).
- How much of a role do you think American values like democracy should play in shaping US foreign policy - a major role, a minor role or no role at all? (2017).
- How much of a role do you think American values like human rights should play in shaping US foreign policy - a major role, a minor role or no role at all? (2017).
- [Chinese President Xi Jinping] Do you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable, or very unfavorable view of the following world leaders? (2017).
- [US President Donald Trump] Do you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable, or very unfavorable view of the following world leaders? (2017).
- [Impose sanctions on Chinese companies and banks that do business with North Korea] Please tell me whether you would support or oppose each of the following kinds of U.S. action to pressure North Korea to stop building its nuclear weapons program. (2017).

A partir de 2018:

- [The possibility of a trade war with China] For each one, please, select whether you see this as a critical threat, an important but not critical threat, or not an important threat at all. (2018).
- [Improving America's reputation with the world] For each one, please, select whether you think that it should be a very important foreign policy goal of the United States, a somewhat important foreign policy goal, or not an important goal at all. (2018).
- In order to achieve US foreign policy goals internationally, do you think it is more important for the US to be feared or admired around the world? (2018).
- And today, do you think the United States is more feared or more admired around the world? (2018).
- How important are relationships with the countries listed below to the US economy? [China] (2018).
- In trying to achieve US foreign policy goals, do you think it is more effective: 1. When the United States works with other countries in alliances and agreements to tackle world problems; 2. When the United States tackles world problems on its own; (2018).
- [China] Do you think that the following countries are respected more in the world today than they were ten years ago, are respected less, or are respected about as much now as ten years ago? (2018).
 [United States] Do you think that the following countries are respected more in the world today than they were ten years ago, are respected less, or are respected about as much now as ten years ago? (2018).
- And how much does respect in the world for the United States matter for American leaders when trying to achieve US foreign policy goals – a great deal, a fair amount, not very much or not at all? (2018).
- Among the following, which do you think are the two most important in determining the United States influence in the world today? (2018).

- [Second most important] Among the following, which do you think are the two most important in determining the United States influence in the world today? (2018).

[Most important] Among the following, which do you think are the two most important in determining China's influence in the world today? (2018).

[Second most important] Among the following, which do you think are the two most important in determining China's influence in the world today? (2018).

Its economic power;

Its military power;

Its political system;

Its leadership on international issues;

Its technology and innovation;

Its economic assistance to other countries;

Its culture.

- If the United States gets into a trade war with China, how concerned are you that this would hurt the local economy in your area? (2018).
- Do you think raising tariffs and barriers to imports from other countries will do more to protect American jobs and help the U.S. economy, raise the costs of consumer goods and hurt the U.S. economy, or will it not have much impact one way or the other on the U.S. economy?" (NBC News/ Wall Street Journal Poll) (2018).
- "Do you approve or disapprove of Donald Trump's decision to impose new tariffs on steel and aluminum imports?" (CBC News) (2018).
- Trump announced plans to impose taxes known as tariffs on some goods that are made in other countries and imported to the United States. China has responded by announcing planned tariffs on some U.S. goods sold in China. Do you think this situation will be good or bad for jobs in the United States? (ABC News/ Washington Post Poll) (2018).

A partir de 2019:

- As you may know, the Trump administration has increased tariffs or fees on imported goods from a number of countries. In response, some of these countries have increased tariffs on American goods. Overall, do you think these increased tariffs between the

U.S. and its trading partners have been good or bad for the United States?" (Pew Research Center) (2019).

- In the short term, do you think the United States' decision to raise tariffs on Chinese imports will make the economy better, make the economy worse, or will it not have much of an effect? (CBS News Poll) (2019).
- Some have said the U.S. and China are involved in a trade war -- that is, a dispute over tariffs and trade policy. Who do you think will win a trade war in the long run? (CBS News Poll) (2019).
- Who do you think will bear more of the costs of these tariffs on Chinese goods: the producers in China or American consumers? (Monmouth University Poll) (2019).